

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

CAROLINA PEIXOTO GONTIJO DE OLIVEIRA BONETTI

**LEITURA E MEMÓRIA EM *DIDASCALICON DE STUDIO LEGENDI*:
RECURSOS DIDÁTICOS ATEMPORAIS**

CAROLINA PEIXOTO GONTIJO DE OLIVEIRA BONETTI

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVÁÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**LEITURA E MEMÓRIA EM *DIDASCALICON DE STUDIO LEGENDI*:
RECURSOS DIDÁTICOS ATEMPORAIS**

CAROLINA PEIXOTO GONTIJO DE OLIVEIRA BONETTI

**PARANAVÁÍ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**LEITURA E MEMÓRIA EM DIDASCALICON DE STUDIO LEGENDI: RECURSOS
DIDÁTICOS ATEMPORAIS**

Dissertação apresentada por CAROLINA PEIXOTO GONTIJO DE OLIVEIRA BONETTI, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaíba, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino. Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientador(a):
Prof^(a). Dr(a).: CONCEIÇÃO SOLANGE BUTION PERIN

PARANAÍ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B712L	<p>Bonetti, Carolina Peixoto Gontijo de Oliveira Leitura e memória em didascalicon de studio legendi: recursos didáticos atemporais / Carolina Peixoto Gontijo de Oliveira Bonetti. - - Paranavaí, 2018. 128 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Conceição Solange Bution Perin. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí, Centro de Ciências Hu- manas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR.</p> <p>1. Ensino. 2. Leitura. 3. Ensino medieval. 3. Hugo de São Vitor. I. Perin, Conceição Solange Bu- tion, orient. II. Universidade Estadual do Paraná. Campus de Paranavaí. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino. For- mação Docente Interdisciplinar - PPIFOR. III. Título.</p> <p>CDD 21. ed. 371.396</p>
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CAROLINA PEIXOTO GONTIJO DE OLIVEIRA BONETTI

**LEITURA E MEMÓRIA EM DIDASCALICON DE STUDIO LEGENDI: RECURSOS
DIDÁTICOS ATEMPORAIS**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Conceição Solange Bution Perin (Orientadora) –
UNESPAR – Paranavaí

Prof^a. Dr^a. Ângela Mara de Barros Lara – UEM – Maringá

Prof. Dr. Paulo César Gomes – UNESPAR – Paranavaí

Data de Aprovação:
12 de março de 2018

DEDICATÓRIA

Àqueles que se dedicaram a mim durante esta jornada, me servindo com apoio espiritual, emocional e acadêmico: meu esposo Tiago, minhas irmãs Camila e Mônica, meus pais Agostinho e Maria de Fátima, meus sogros João e Maria José, e aos amigos irmãos. Aos companheiros de estudo que conquistei durante as disciplinas que fiz: Aline Polido, Elaine Volpato, Isaías Júnior, Juliana Verri, Luiza Brum, Maria Nilvane Zanella e, em especial, minha companheira de estudos Núbia Pimenta, que sem titubear compartilhou comigo o que aprendeu e me ensinou tanto! Também dedico este trabalho à minha orientadora Conceição Solange, um exemplo de docente que generosamente me proporcionou momentos de aprendizado que levarei para minha vida. Certamente todos que referenciei aqui, foram presença do amor e da graça Divina da qual não sou merecedora.

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao amor Divino, do qual sou presenteada todos os dias de minha vida por meio dos que me cercam.

Realizada sou por ter um esposo e amigo que foi paciente, amoroso e altruísta durante esta jornada.

Agradeço aos colegas de trabalho, que me entenderam, me incentivaram, que acreditaram no meu potencial e me auxiliaram como puderam para que eu alcançasse este sonho.

Todo o meu amor aos amigos que foram mais que irmãos, que me ampararam e sempre intercederam por mim.

Igualmente direciono o mais profundo amor que há em mim aos meus familiares, que compreenderam minha ausência, me inspiraram com suas palavras e me incentivaram com seu amor e acolhimento.

Dispensando minha gratidão aos colegas da quarta turma do PPIFOR - Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar da UNESPAR *Campus* Paranavaí, que souberam superar os embaraços típicos de nossa jornada para que nos mantivéssemos unidos, servindo de alicerce uns para os outros.

Aos docentes que me inspiraram e me formaram, desde a pré-escola. Cada um com sua contribuição despertou em mim o amor pelo ato de ensinar.

Os meus mais sinceros agradecimentos a Prof^a. Dr^a. Conceição Solange Bution Perin, por seus conselhos, suas instruções, seu cuidado e sua preocupação com minha formação.

“De todas as coisas a serem buscadas, a primeira é a *Sapiência*¹, na qual reside a forma do bem perfeito” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.1, p.47).

¹ [Destaques do autor].

BONETTI, Carolina Peixoto Gontijo de Oliveira. **LEITURA E MEMÓRIA EM DIDASCALICON DE STUDIO LEGENDI: RECURSOS DIDÁTICOS ATEMPORAIS**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientadora: Conceição Solange Bution Perin. Paranavaí – PR, 2018.

RESUMO

Neste estudo, tivemos o objetivo de analisar a proposta de Hugo de São Vítor, em *Didascalicon de Studio Legendi*, em busca de elementos pedagógicos que auxiliem o trabalho docente contemporâneo. Para isto, por meio de uma revisão bibliográfica e nos baseando na metodologia de estudo da História Social, buscamos compreender alguns acontecimentos do período em que esta obra foi escrita, entre os séculos XI e XII; reconhecer as influências filosóficas do autor; e examinar as recomendações sobre a leitura que foram direcionadas aos alunos da escola de São Vítor. A problemática desta pesquisa permeou-se na atemporal necessidade de se conhecer estratégias de ensino que colaborem com a aprendizagem de nossos alunos, considerando que o interesse no estudo é a etapa fundamental para a aquisição de conhecimentos. Justificamos esta pesquisa com o entendimento de que os escritos clássicos nos aproximam da compreensão do que é contemporâneo e beneficiam nossa memória, colaborando com a formação humana. Para conquistar a Sapiência, amplamente discutida na proposta hugoniana, a leitura foi sugerida como método de estudo e de ensino que, amparado pela memória, pode reduzir o embrutecimento que a falta de conhecimento pode causar a um ser humano e à sociedade. Abordamos o assunto memória por ele ter um caráter inerente ao aprendizado, e que deve ser exercitado para que seja possível encontrar na história da humanidade a sabedoria acumulada por nossos antepassados. Os resultados obtidos em nossa análise nos levaram a entender que, os profissionais que lidam com ensino e aprendizagem precisam, além de aprimorar suas metodologias de ensino, agir de modo coerente, pois o comportamento prudente e sábio do docente é um dos recursos didáticos mais importantes a ser utilizado.

Palavras-chave: Ensino; Idade Média; Hugo de São Vítor; *Didascalicon*; Leitura e Memória.

BONETTI, Carolina Peixoto Gontijo de Oliveira. **READING AND MEMORY IN *DIDASCALICON DE STUDIO LEGENDI***: TIMELESS DIDATIC RESOURCES. 127 f. Dissertation (Master in Teaching) – State University of Paraná. Supervisor: Conceição Solange Bution Perin. Paranavaí – PR, 2018.

ABSTRACT

In this study, we had the objective of analyzing the proposal from Hugh of Saint Victor, *Didascalicon de Studio Legendi* in, teaching elements that help the teaching contemporary work. For this, by means of a literature review and based on the methodology of study of Social History. We seek to understand some events of the period in which this work was between the eleventh and twelfth centuries; recognize the author's philosophical influences; and examine the recommendations on reading that were directed to students of the school of St. Victor. The problems of this research permeated in timeless need to know teaching strategies that work together with the learning of our students, whereas the interest in the study is the fundamental stage for the acquisition of knowledge. Justify this research with the understanding that the classic writing in approach the understanding of what is contemporary and benefit from our memory, collaborating with the human formation. To again Wisdom, widely discussed in the proposal hugonian, the reading was suggested as a method of study and teaching that, bolstered by the memory, can reduce the degradation that lack of knowledge can cause a human being and society. We approach the subject memory by him have an inherent character, learning and that should be exercised so that you can find in the history of mankind the wisdom accumulated by our ancestors. The results obtained in our analysis led us to understand that, the professionals who deal with teaching and learning need, in addition to hone their teaching methodologies, to act in a consistent manner, because the prudent and wise teacher's behavior is one of the most important resources to be used.

Keywords: education; Middle Ages; Hugh of Saint Victor; Didascalicon; Reading and memory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HUGO DE SÃO VÍTOR, SUA OBRA E SEU PERÍODO.....	21
2.1 BREVE BIOGRAFIA.....	21
2.2 <i>DIDASCALICON</i> UM NOVO MÉTODO DE ENSINO	25
2.3 O DESENVOLVIMENTO URBANO NOS SÉCULOS XI E XII.....	30
2.3.1 A AGRICULTURA	31
2.3.2 CRISE NO FEUDALISMO: AS CIDADES GANHAM ESPAÇO.....	33
2.3.3 O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E O COMÉRCIO: A OCASIÃO E SUAS NECESSIDADES	40
2.3.4 REFORMA GREGORIANA: UM REFLEXO DO NOVO MODO DE PENSAR DO MEDIEVO?	44
2.3.5 O CONHECIMENTO COMO CAMINHO: MONASTÉRIOS, ESCOLAS LAICAS E UNIVERSIDADES.....	49
3 O MÉTODO DE ESTUDO DE HUGO DE SÃO VÍTOR EM <i>DIDASCALICON: DE STUDIO LEGENDI</i>.....	56
3.1 DIDASCALICON: O DIFERENCIAL DE UM MÉTODO PEDAGÓGICO PARA O MEDIEVO.....	58
3.1.1 A SAPIÊNCIA, A FILOSOFIA E A CIÊNCIA: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA CONCEPÇÃO EDUCATIVA HUGONIANA	66
3.2 CONDIÇÕES PRELIMINARES PARA O ESTUDO: RUMO À SAPIÊNCIA	77
3.3 LEITURA: INSTRUMENTO PARA ALCANÇAR A SAPIÊNCIA	86
4 A RELEVÂNCIA DA LEITURA E DA MEMÓRIA PARA A FORMAÇÃO HUMANA	97
4.1 A MEMÓRIA E O ESTUDO DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO HUMANA	101
4.2 LEITURA E MEMÓRIA COMO MEIO DE SUPERAR A FRAGMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE.	109
4.2.1 A LEITURA PROPORCIONANDO AOS PEQUENOS A CONDIÇÃO DE PENSAR NOVOS CAMINHOS	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

REFERÊNCIAS.....	125
------------------	-----

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa nos dedicamos, com primazia, ao estudo da obra *Didascalicon de Studio Legendi*, de Hugo de São Vítor. Desde o início nos questionávamos sobre como o método de estudo proposto por este autor poderia contribuir para o ensino e aprendizagem dos alunos da educação básica brasileira. Esperávamos encontrar nesta obra, metodologias que solucionasse a fragmentação do ensino. Tendo este objetivo, realizamos leituras de diversos textos que retratam a história medievais, tais como os de Pirenne (1964), Bloch (2002), Le Goff (1979, 1990, 1991, 1992, 1998, 2005, 2006, 2007, 2008), Franco Jr (1989) e Oliveira (2012, 2017). Como resultado deste exercício de pesquisa e análise, nos deparamos com problemáticas tão remotas quanto atuais. Percebemos então que o empenho em solucionar os problemas sociais por meio do estudo é antigo e que este intento depende muito mais da vontade humana do que dos espaços escolares.

Em uma viagem à Espanha em 2016, onde realizamos estudos e pesquisas sobre nosso tema, tivemos a oportunidade de conhecer o diretor da tradução da obra *Didascalicon* do latim para o castelhano, Javier Ciordia Vergara, que em uma conversa informal nos apresentou algumas questões sobre o pensamento de alguns ilustres medievais, inclusive Hugo de São Vítor. Os assuntos deste diálogo nos fizeram apreender que, mediante os temas próprios de cada período, o ser humano utiliza os recursos a ele disponíveis em busca do bem comum². Os esclarecimentos de Vergara somado às leituras realizadas, à contribuição teórico-metodológica das disciplinas obrigatórias e optativas do programa de Mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Paraná, *Campus Paranaíba*, as quais fizemos no decorrer de 2016, nos fizeram mudar o rumo de nossas interpretações, e a explicaremos adiante.

Em minha trajetória acadêmica pude perceber que, os temas que dizem respeito à história da educação me motivam a aprender cada vez mais. Aos vinte e um anos de idade me graduei em Licenciatura Plena em Pedagogia, na antiga

² Oliveira (2012, p.57), em seus escritos, trata sobre a concepção de “bem comum” a qual nos referimos. Ao seu ver, cada grupo buscou (e ainda busca) direitos que beneficiem seus próprios integrantes, ou seja, “comum” não se trata de todas as comunidades, e o “bem” pode não significar benefício para todos os homens. Isto é retratado pela autora com fatos históricos, e diante dessa característica, ela conclui que a compreensão do “bem comum” se altera conforme as transformações sociais e é adaptada a cada “Grupo Específico”.

Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paranavaí, que atualmente é um *campus* da Universidade Estadual do Paraná. Desenvolvi durante o referido período de estudos projetos de Iniciação Científica, com os quais pude verificar meu interesse em pesquisar temas relacionados ao ensino e aos resultados da atuação docente no aprendizado dos alunos. Sob orientação da professora Conceição Solange Bution Perin, realizei esta pesquisa com a qual me torno Mestre em Ensino, aos vinte e oito anos. Nesta etapa de minha vida acadêmica conheci um pouco sobre a Idade Média e o ensino do século XI ao XII, temas que me foram apresentados por minha orientadora por meio da obra de Hugo de São Vítor. Compreendendo a importância do estudo sobre este período para a atuação docente, percebo o quanto ainda desconheço sobre a história da nossa sociedade e que outros, antes de mim, também se preocuparam com o aprendizado de seus alunos e buscaram contribuir com isto.

Hugo de São Vítor propôs um método que facilitaria o aprendizado dos estudantes de seu período. Dissertou sobre a ordem das leituras, a escolha dos materiais de estudo, sobre o uso da memória e, sobretudo, a respeito do exercício da vontade. Deste modo, deixou claro que o êxito de qualquer método dependeria do interesse pessoal do indivíduo em segui-lo. Considerando isto, levantamos a nova questão norteadora da pesquisa: como um professor do ensino básico poderia colaborar com o amadurecimento acadêmico de seu aluno, tornando-o prudente e ciente da história da qual faz parte, se boa parte do processo depende da dedicação pessoal do sujeito e se a própria formação docente encontra-se esvaziada? Compreender o estilo de leitura considerado por este autor como instrumento principal de formação humana e, extrair da proposta hugoniana elementos pedagógicos que auxiliem o trabalho docente contemporâneo, foram os objetivos finais do estudo.

Justificamos a importância desta pesquisa analisando que a leitura das obras de autores clássicos, em destaque a de Hugo de São Vitor, nos favorece a interpretação da nossa realidade, nos ensina sobre a relevância do desenvolvimento intelectual por meio da leitura e da escrita e, nos beneficia com a conservação de nossa Memória Coletiva.

Ivan Illich (2002) ao estudar sobre as letras, as considerou como espelhos que refletem as transformações significativas na estrutura mental dos povos. Atestamos isto nas leituras de *Didascalicon*, pois identificamos as impressões de seu autor sobre o período e percebermos algumas características típicas de sua época. Também nela observamos coerência na postura de Hugo de São Vítor ao indicar suas ideias com

um estilo de escrita característico dele. Em vista disto, utilizamos, com apoio da metodologia de pesquisa sugerida por Marc Bloch (2002), a obra hugoniana como arcabouço teórico para respondermos o problema que norteou a pesquisa e, então alcançarmos os objetivos propostos.

Para alcançar nossos objetivos foi necessário situar o contexto da obra, nos inteirando sobre as relações sociais de seus contemporâneos; identificar as influências teórico-filosóficas que direcionaram estes escritos; interpretar os conselhos sobre o ato de ler dado aos alunos da abadia de São Vítor por meio deste clássico, como possibilidade de ressignificar nossas práticas de ensino e aprendizagem atuais; e por fim, compreender leitura e memória como conceitos didáticos atemporais e que podem colaborar com a formação docente.

O século XII ainda estava grávido dos principais movimentos que trouxeram mudanças na forma de ensinar, e não se tinha definido ainda se o saber era um dom divino ou fruto do conhecimento (OLIVEIRA, 2009). O método de ensino e estudo de São Vítor obteve destaque neste período por acrescentar aos estudos da filosofia, os conteúdos das sete Artes Mecânicas³. Ao notabilizar estes conhecimentos, ele demonstrou estar atento às necessidades materiais da sua sociedade - que enfrentava várias transformações (sociais, culturais e econômicas).

São Vítor tratou nos primeiros capítulos de *Didascalicon* sobre o currículo acadêmico intelectual e também sobre o comportamento moral. Entretanto, a relevância dos ensinamentos da obra (para nossa pesquisa) está nas regras sugeridas para o estudo, alicerçado na leitura (*lectio*⁴). Seguindo tais preceitos, ele acreditava que seus discípulos chegariam até a Sapiência.

Hugo de São Vítor defendia que ao adquirir os conhecimentos sobre os assuntos terrenos⁵ (por meio de uma metodologia de leitura correta), os alunos

³ Hugo de São Vítor dividiu os conhecimentos da filosofia em quatro Ciências. Em cada Ciência, ele inseriu subdivisões intituladas como Artes. Na ramificação da filosofia, chamada por ele de Ciência Mecânica, encontram-se as sete artes mecânicas: lanifício, armadura, navegação, agricultura, caça, medicina e teatro (ATHAYDE, 2007).

⁴ “Um sistema de ensino-aprendizagem que, sozinho, marcou a docência medieval entre os séculos VI a XII. Seu potencial descansava-se na leitura literal, posterior comentário e interpretação de sentenças extraídas habitualmente da Bíblia, dos autores patrísticos, das artes liberais e de seus compêndios ou antologias” (CIORDIA, 2007, p.521) [Tradução nossa].

⁵ Hugo de São Vítor considerou estes assuntos como pertencentes ao mundo sublunar: “[...] composto pelos quatro elementos ar, fogo, água, terra, chama-se ‘obra da natureza’, isto é, veio à existência por

exercitariam suas capacidades intelectivas e de modo colaborativo se sucederia a aquisição dos saberes teóricos (teologia, física e matemática). Para ele, todos estes conhecimentos eram necessários para formar o homem idealizado por ele e pelos estudiosos do século XII, que procuravam superar as mazelas de sua sociedade com o estudo. Sendo partes do mesmo todo, a segunda classe de conhecimentos sem a primeira não poderia cumprir a sua função de reatar a amizade do homem com seu Criador. Por isto, os conhecimentos teóricos não deveriam ser estudados, exclusivamente, e em detrimento da lógica, ética e mecânica.

Para São Vítor o remédio que solucionaria as adversidades humanas era o conhecimento e assim o sugeriu como caminho para aquisição da virtude (oposta aos vícios). Sem a virtude seria impossível chegar até a Sapiência, ou à amizade com Deus. Para alcançar a virtude era necessário que o aprendizado advindo da leitura fosse significativo. Em seu período o acesso a escritos era dificultoso, e os estudantes recorriam com frequência ao uso da memória para efetivarem seu aprendizado. Então recomendou seu método de estudos, descrito em *Didascalicon*. Nele dividiu as ciências, seus conteúdos e seus respectivos suportes de estudo (manuscritos) de acordo com seus níveis de importância e graus de dificuldade.

Didascalicon de Studio Legendi foi escrito por volta do ano 1130⁶. Portanto, o período que nos dedicamos a estudar está entre os finais do século XI e o século XII. A seção que se dedica a contextualizar a obra e seu autor, nos mostra quão movimentado foi o ambiente medieval contemporâneo a eles, já que neste período aconteceu um intenso movimento populacional que foi tratado por Le Goff (1979) como revolução econômica da segunda idade feudal. Um notável impulso urbano ocorreu e o florescimento das cidades trouxe diversificação dos trabalhos e dos produtos que deveriam atender à demanda de uma sociedade urbana.

O trabalho agrícola naquela época, era o combustível do funcionamento desta economia onde a produção deveria ser cada vez maior. Os mercadores e os comerciantes encontravam seu lugar na sociedade, e a burguesia, com lentidão, se ascendia em detrimento da nobreza feudal inerte. *Didascalicon de Studio Legendi* traz

obra do fogo do artífice do mundo supralunar... O mundo sublunar tem princípio e fim” (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.63).

⁶ Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011) relata que a primeira aparição da obra, de acordo com Vanden Eyden é de antes do ano de 1125, mas que a data mais exata parece ser em meados de 1130.

profunda riqueza de informações sobre o período em que seu autor viveu e carrega a memória do Homem Medieval situado neste momento de ebulição social.

Para o estudo sobre os fatos elencados acima, consideramos neste trabalho o método que o próprio Hugo de São Vítor elucidou: aprender com prioridade a autenticidade dos fatos. Para isto há a necessidade de se buscar os dados principais da história: a pessoa; o fato; o tempo e o lugar. Com um exercício de introspecção, conhecer a história é uma ampla oportunidade para compreendermos a nossa Memória Coletiva, aprendermos lições com ela e entender como chegamos ao que chamamos de hoje.

Entre as leituras selecionadas para contextualizarmos Hugo de São Vítor, além de utilizarmos o próprio livro *Didascalicon de Studio Legendi* nas traduções do Latim para o Português⁷, consultamos a tradução do Latim para o castelhano⁸ a fim de enriquecer nossa compreensão dos escritos. Jacques Le Goff (1924 – 2014), e Franco Jr. são os historiadores que nos embasam durante toda a pesquisa e nos situam a respeito do desenvolvimento urbano ocorrido na transição entre a alta e a baixa idade média.

Nossa metodologia de pesquisa se fundamenta na teoria da História Social, com a qual se compreende a História como uma Ciência em movimento. Isto porque seu objeto de estudo (assim como o deste trabalho) não se trata do passado, mas sim dos homens no tempo. Bloch (2002) complementa este pensamento asseverando que

[...] [Pois, em primeiro lugar,] a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. Como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, em contrapartida, uma ciência total do Universo, em seu estado presente? (BLOCH, 2002, p.52).

Estudar a história é compreender os fenômenos supracitados. Estes, de certa forma, possuem caráter abstrato e por isto Marc Bloch (1886 – 1944) recomendou cautela aos que os examinam. Isto porque quando observamos o modo como os

⁷ Utilizamos duas traduções do latim para o português: a primeira, feita por Antonio Marchionni em 2001, tem seu título traduzido como *Didascálicon. Da arte de ler*. A segunda, feita por Tiago Tondinelli em 2015, recebeu o título: *Didascalicon. A arte de ler*.

⁸ A tradução feita do latim para o castelhano foi preparada por Carmen Muñoz Gamero e Maria Luisa Arribas em 2011, e tem o título *Didascalicon de Studio Legendi (El afán por el estudio)*.

acontecimentos se entrelaçam conseguimos entender o presente por meio do passado e compreender o passado pelo presente, inferindo de modo instintivo nossas vivências pessoais. O escritor do prefácio da obra “Apologia da História ou o Ofício do Historiador” de Marc Bloch, explica que a metodologia da qual seu autor é precursor,

[...] recusa uma história que mutilaria o homem (a verdadeira história interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas idéias e atos) e que mutilaria a própria história, esforço total para apreender o homem na sociedade e no tempo (LE GOFF, 2002 *apud* BLOCH, 2002, p.20).

Para estudar sobre o método de leitura de Hugo de São Vítor é necessário assimilar (como o próprio São Vítor instruiu) o período de origem da obra *Didascalicon* e também de seu autor. Isto é essencial para termos clareza sobre o tema. As sugestões deste autor em sua obra também são úteis para a organização de nossas pesquisas e leituras. Diante disto, é preciso considerar o objeto de pesquisa dentro de seu tempo e nos distanciarmos da figura de “serviçal da erudição”⁹ da qual Bloch (2002) comentou. O caminho para este fim requer que nós, durante a leitura, tratemos o tempo como algo em movimento, já que ele “[...] é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança” (BLOCH, 2002, p.56).

Esta obra hugoniana de cunho pedagógico, trouxe em si a memória de seu tempo passado e também de seus contemporâneos. Com ela, é possível construir nossas percepções sobre o hoje, desde que a observemos sem julgamentos pejorativos. Para isto, recorreremos a autores que colaboram com esta metodologia de pesquisa, que estudaram o período em que se situa nosso objeto de estudo e que foram referenciados no início desta seção.

A obra *Didascalicon*, além de relevante para os seus dias, também carrega em seu bojo princípios educativos atemporais. Por meio de sua leitura, observamos a preocupação de seu autor em indicar o método de estudo que colaboraria com as condições do ensino do século XII e que lapidaria o Homem Medieval. Isto numa época em que a memória era recurso principal de armazenamento de conhecimentos. Diante disto, nos clareia as possibilidades de estudo sobre a memória pela perspectiva de leitura proposta por São Vítor.

⁹ Bloch nos explica que ao olhar para os fatos passados devemos considerar os homens que ali estavam. Em suas palavras “[...] são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição” (BLOCH, 2002, p.54). No homem está embutido sentimentos e motivos colaterais às suas decisões.

Os estudiosos antigos tiveram grande relevância para a história do medievo, já que eles carregavam em si a memória de sua cultura e sociedade. Da mesma forma eram tratadas as pessoas com mais idade, consideradas guardiãs da memória e da cultura. No período de Hugo de São Vítor a memória cultural já era armazenada em escritos, mas para a maior parte da população Ocidental ela era repassada oralmente.

Desempenhando papel significativo nas sociedades, a memória é alvo de estudos há muitos séculos. Na Antiguidade, por exemplo, temos as considerações de Agostinho, Aristóteles e Avicena; no século XIII, as dos dominicanos Alberto Magno e Tomás de Aquino. Sobre a organização da memória histórica, e a relação que há entre linguagens e memória Henri Atlan nos informa que “A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas” (ATLAN 1972 *apud* LE GOFF, 1990, p.425).

A memória é onde se desenvolve a história. Assim ela resguarda o passado, serve o presente e o futuro. Por tal mérito, é preciso ter em mente que a memória dos povos é instrumento de emancipação e não de alienação (LE GOFF, 1990). A utilização da memória tanto escrita como capacidade intelectual é alvo da quarta seção desta dissertação. Nos baseando na intencionalidade do que foi tratado acima, buscamos na seção referida, relacionar a memória obtida por meio da leitura como meio de uso da razão. Isto por que, dada a facilidade que as tecnologias existentes nos deram para arquivar nossos conhecimentos, a utilização da leitura como recurso de consulta à memória de nossa sociedade nos remete a possibilidade de um novo sentido para nosso trabalho docente. Ao lermos sobre memória, nos parece tão óbvio o seu uso e necessidade, mas, como um paradoxo, os recursos que nos estão disponíveis para potencializa-la em benefício de nosso povo talvez não sejam utilizados para este fim.

Didascalicon é considerado um tratado de leitura, e analisado de forma mais ampla, conclui-se que também é um tratado educativo sobre estudo, ou melhor, sobre a arte de ensinar e de aprender (GAMERO, 2008). Nesta obra de tantos predicados, encontramos as recomendações de um monge que fomentou o aprendizado nos aspectos: sociais, incentivando as boas obras e a transmissão dos conhecimentos adquiridos; na questão espiritual, recomendando a busca pelas coisas do alto e a utilização do estudo como deleite; e nos assuntos morais, impulsionando a busca

pelas virtudes e combatendo as vicissitudes. Tudo isto foi versado seguindo um padrão de escrita congruente, onde as etapas de ensino pregadas foram utilizadas na elaboração de seu próprio manuscrito.

Estruturamos as unidades desta dissertação considerando os quatro dados sugeridos em *Didascalicon* como necessários para o estudo da história: *a pessoa*: Hugo de São Vítor; *o fato*: a leitura da qual sua obra disserta como método de estudos; *o tempo*: o recorte temporal deste estudo, finais do século XI e início do século XII; *o lugar*: o Ocidente Medieval.

Na segunda seção, intitulada “Hugo de São Vítor, sua obra e seu período”, dissertaremos sobre o autor, o tempo e o lugar. Este será o momento em que apresentaremos alguns aspectos da vida de Hugo de São Vítor como data e local de nascimento, formação e alguns detalhes sobre suas produções. Para responder ao item que diz respeito ao fato histórico, na terceira parte deste trabalho com o título “O método de estudo de Hugo de São Vítor em *Didascalicon: de Studio Legendi*”. Nela discutimos sobre a leitura como método para obter a sabedoria, discorrida pelo mestre na obra, relacionando-a com o período em que foi escrita. Na última seção explanaremos sobre a memória, buscando trazer aos docentes um direcionamento sobre sua atuação, com uma proposta que poderá modificar o relacionamento destes com os conteúdos estudados/ensinados e seu olhar a respeito do aprendizado de seus alunos.

2 HUGO DE SÃO VÍTOR, SUA OBRA E SEU PERÍODO

As diversas problemáticas que vivenciamos em nossa sociedade, tornam-se pauta das discussões que envolvem a instrumentalização da educação formal com frequência. Com a intenção similar da busca pelo bem comum, e em uma organização de sociedade diversa à nossa, Hugo de São Vítor elaborou no século XII a obra intitulada *Didascalicon de Studio Legendi*. Nela, discorreu sobre seu método de ensino e estudo, entrelaçando – entre os assuntos abordados – o ato de ler como instrumento necessário para se obter o conhecimento. A respeito da obra e suas recomendações, tratamos na seção “O método de Estudos de Hugo de São Vítor em *Didascalicon de Studio Legendi*”. Por ora, buscamos neste capítulo compreender o período em que este autor viveu, a fim de entender as questões sociais implícitas em seu contexto e, que podem ter despertado nele a necessidade de discorrer sobre assuntos ligados ao ensino.

Na primeira unidade desta seção fizemos uma breve biografia do autor. Breve pois, pouco são os dados fidedignos encontrados a respeito dele. Na segunda unidade, buscamos responder questões que nos fizeram compreender melhor o autor e sua obra. Tais indagações são sobre motivação de São Vítor em escrever um manual didático pautado na leitura e, a relevância deste manual para o homem medieval.

Na terceira unidade, organizada em cinco subseções contextualizaremos o período em que o autor escreveu a obra. Para isto explanaremos sobre a economia pautada na agricultura; sobre a crise no feudalismo; a respeito o crescimento demográfico, suas causas e efeitos; trataremos de algumas mudanças na organização da cristandade ocorridas devido à Reforma Gregoriana; e por fim, sobre a organização dos ambientes de ensino do século XI e XII.

2.1 BREVE BIOGRAFIA

Não são exatos os dados que encontramos sobre a vida do autor de *Didascalicon de Studio Legendi* antes de sua chegada à abadia de São Vítor, devido a isso citamos algumas hipóteses levantadas a respeito da data e do local de seu

nascimento. Esses dados foram obtidos no estudo preliminar que inicia a edição bilíngue (latim e espanhol) do livro *Didascalicon de studio legendi* (El afán por el estudio) (2011), fruto das pesquisas realizadas para a elaboração da tese doutoral de Carmen Muñoz Gamero. Essa autora também participou da preparação da edição dessa obra e sugere o ano de 1096 como nascimento de Hugo de São Vítor, resultado do cálculo empreendido a partir dos dados que se tem com mais precisão – por estarem registrados em documentos da abadia: o ano (1141) e a idade de seu falecimento (45 anos). Da mesma forma é retratada a naturalidade, e a hipótese mais defendida é a de que ele nasceu em Hartingam, na Saxônia (GAMERO 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011).

Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011) apontou os escritos de Johan Winnigstedt, do século XVI, sobre a história da religião, que situam Hugo de São Vítor na família Blankenburg. Adiante, a autora assinala que outro autor, J. D. Leuckfeld, continuou o relato sobre a genealogia da nobre família. De acordo com esses estudos, Hugo de São Vítor foi o filho primogênito do conde Conrado de Blankenburg, e ao optar por dedicar-se à religião, passou o direito ao título de sucessor de seu pai ao seu irmão, Burcardo. Foi noviço em Halberstad, mas mudou-se para Paris em companhia de um tio ancião, em um período de crise em sua região, em meados do ano 1115. Foi na abadia de São Patrício, em Hamersleven, que ele adotou as regras de Santo Agostinho. Porém, Paris é a cidade onde dedicou sua vida ao estudo e à meditação. Acredita-se que seu notório histórico de escritos e sua relevante contribuição ao desenvolvimento da cultura ocidental são consequências de suas vivências nesta “[...] ciudad que irradiaba y encarnaba los ideales del Renacimiento del siglo XII [...]” (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.18).

Sobre o motivo de sua mudança para Paris, Gamero (2008) pontua que também pouco se sabe. Em *Didascalicon*, ele explana sobre viver em terras estrangeiras como uma oportunidade para o aprendizado:

Eu mesmo desde menino tomei o caminho do exílio, e sei com quanta tristeza o espírito abandona o estreito fundo de um pobre tugúrio, mas sei também com qual liberdade, mas tarde desdenha habitações de mármore e casas munidas de teto (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.19, p.167).

¹ “[...] cidade que irradiava e encarnava os ideais do Renascimento do século XII [...]” (GAMERO , 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.18) [Tradução nossa].

Na assertiva “O mundo inteiro é um exílio para quem faz filosofia [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.19, p.167), São Vítor não utilizou o fato de estar fora de sua pátria desde criança como oportunidade para autocomiseração, pelo contrário, demonstrou maturidade ao citar a vivência como aprendizado, e acrescenta que é “[...] início da virtude para o ânimo exercitado aprender devagar a trocar primeiramente estas coisas visíveis e transitórias, para que depois consiga também deixá-las” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.19, p.167).

Com cerca de 19 anos de idade, o filho primogênito do Conde Conrado de Blankenburg, chega a Paris, cidade aclamada por Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011) como a mais importante do Ocidente Medieval, se instalando na escola de São Vítor, onde continuou sua formação monástica sob a direção do superior Tomás. Há indícios de que ele exerceu, por um tempo, o papel de superior nesse local. Com missão e ideais claramente reformadores, que em alguns momentos se contrapuseram aos interesses econômicos e políticos de seu tempo, a abadia passou por tempos de conflitos, por lutas de poder que ocasionaram o assassinato de Tomás. Dessa forma, após dezesseis anos de sua chegada (no ano de 1131), o então cônego Hugo de São Vítor substituiu seu superior e se tornou encarregado da direção da escola. A partir desse momento, a figura que ele representava, bem como suas obras, ganharam respeito e visibilidade devido à divulgação de seus próprios discípulos. A ordem dos vitorinos é conhecida também por dar muita importância à formação intelectual. Isto tornou a atuação educativa e os inúmeros manuscritos do mestre relevantes para os historiadores, como, por exemplo Jacques Le Goff, que o denomina como “um grande pedagogo” (LE GOFF, 2007, p. 85). Com tais características, o “célebre mosteiro” de São Vítor obteve seu lugar entre as escolas mais notórias de seu período, como as de Notre Dame e Santa Genoveva (HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011).

A história nos mostra que o Hugo de São Vítor findou seus dias dedicando-se à abadia de São Vítor, localizada à margem esquerda do rio Sena. Após sua morte, em 1145, o abade Guilduino solicitou um inventário de todas as obras hugonianas. Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011) revela em seus estudos que quarenta e oito obras são atribuídas a Hugo de São Vítor, as quais foram listadas por Patrice Sicard no *Indiculum Merton College* (Oxford). A produção escrita dele foi farta, classificada por Poirel em quatro temas: Obras Pedagógicas (7); Obras de Exegese (13); Obras sobre Teologia especulativa (11); e Obras sobre Espiritualidade (12).

Ainda há cinco obras que não estão nessa classificação, e Poirel as catalogou como “Otras obras, Cartas y Sentencias²” (HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.28).

É inegável que as produções de Hugo de São Vítor foram inspiradas nos tantos autores importantes que ele conheceu. Destes, ele aprendeu os conhecimentos que interpretou e que à sua maneira propagou. Este também é o caso das obras de Tomás de Aquino:

Nos textos de Tomás de Aquino, os autores do passado são tratados como aqueles que fundam um alicerce de conhecimentos que possibilita aos homens do presente (no caso do mestre medieval, o século XIII; no nosso, o século XXI), igualmente construir suas verdades e suas raízes (OLIVEIRA, 2012, p. 25).

É costume o homem buscar entender a história de seu povo por meio dos instrumentos que a ele estão disponíveis. Sobre esta importância dada à memória histórica, vemos em que “São as sociedades cuja Memória Social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma Memória Coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (LE GOFF, 1990, p.476). *Didascalicon* é um livro clássico e respalda pesquisas sobre o século XII. Por ele percebemos a memória daquele povo e compreendermos a história antiga a eles, conseguimos embasar nossas discussões sobre o tema, refletindo sobre o tempo presente.

Acreditamos que isto também ocorreu à São Vítor e que as leituras que empreendia de autores clássicos, trouxeram à tona assuntos que ele utilizou para construir suas ideias. Calvino (1994) destaca as importantes marcas que os livros clássicos trazem para a compreensão histórica da sociedade, frutos de leituras que precederam a nossa e carregam os traços (na linguagem ou nos costumes) deixados na cultura. Este autor ainda frisa que “Para poder ler os clássicos, temos de definir ‘de onde’ eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto leitor se perdem numa nuvem atemporal” (CALVINO, 1994, p.14). Diante disto buscamos, mediante a leitura da obra clássica *Didascalicon* e dos acontecimentos relevantes do período de seu polígrafo, compreender o que impulsionou a elaboração de seus métodos para aquisição do conhecimento.

Salientamos que novos conhecimentos foram necessários para atender às demandas de uma sociedade que passava a ter uma nova percepção sobre o mundo

² “Otras obras, Cartas e Declarações” (HUGO DE SÃO VÍCTOR, 2001, p.28) [Tradução nossa].

e o papel do homem nesse “novo mundo”. A maneira como os conhecimentos são repassados muito revela sobre dado período, e colaborando para a construção desse novo ideal de homem encontramos a didática de Hugo de São Vítor em “*Didascálicon – A arte de Ler*” (2001), considerada por Gamero (2008) um dos símbolos da existência de um Renascimento Cultural no século XII. É necessário cuidado ao analisar documentos históricos: “[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado” (BLOCH, 2002, p.8).

Diante do exposto, entendemos que não obteríamos a resposta para a problemática norteadora de nossa pesquisa se não fizéssemos durante nossa análise as perguntas corretas que direcionariam nosso olhar ao que realmente é relevante ao estudo. Por isto, formulamos questionamentos secundários que nos nortearam: o que motivou Hugo de São Vítor, no século XII, a elaborar um manual didático pautado na leitura? De que forma esse manual poderia trazer melhorias na formação do homem medieval?

Tratamos da primeira questão nos parágrafos seguintes, contudo a segunda indagação será abordada na seção três.

2.2 DIDASCALICON UM NOVO MÉTODO DE ENSINO

A compreensão de fatos históricos pode ser semelhante à montagem de um quebra-cabeças, até porque “[...] só entendemos a história quando compreendemos o seu caminhar, ‘sempre’ composto de partes constitutivas do todo” (OLIVEIRA, 2012, p.26). Hugo de São Vítor, ciente do que o passado proporcionara ao seu presente, reelaborou o conhecimento que adquiriu, adequando-o às necessidades de seu tempo. Em *Didascalicon De Studio Legendi* ele recomendou, de modo didático, as etapas de estudo que aproximariam seus discípulos da Sapiência. O diferencial deste método hugoniano esteve em considerar que as ciências práticas (usuais do cotidiano medieval) complementam as ciências teóricas (que levaria o sujeito até a Sapiência). Isto demonstra como São Vítor interpretou as questões de seu período.

Como já comentamos, a influência no pensamento hugoniano provém dos escritos antigos, que o embasaram na compreensão de sua sociedade. O leitor

experiente e que possui conhecimentos razoáveis sobre os filósofos clássicos, consegue perceber que a filosofia de São Vítor tem

[...] parentesco com conceitos neoplatônicos, orientais e cristãos a um só tempo. O *Pseudo-Dionísio*, o *Comentário de Macróbio* ao ciceroniano *Somnium Scipionis* e os escritos de *Boécio* inspiram conceitual e verbalmente as páginas do *Da arte de ler*. Particularmente vivos são, decorrentes do *Timeu* de Platão e dos neoplatônicos Filon e Plotino, conceitos como a correspondência entre a alma do mundo e a alma do homem, a definição do homem essencialmente como alma, a divindade do intelecto humano, a reciprocidade da *Ratio* em seus três níveis: na mente divina, na natureza, no homem³ (MARCHIONNI⁴, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.13).

São Vítor ressignificou os conhecimentos que obteve em suas leituras e nos ensinamentos que recebeu durante toda sua formação. Utilizando a sua obra, apresentava aos seus alunos “[...] um quadro geral dos estudos e das disciplinas, para que eles se situassem [...]” (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.14). *Didascalicon* “É, na história, o primeiro livro pedagógico direcionado diretamente aos alunos, que nele encontravam conselhos sobre as qualidades que fazem do jovem um bom *discípulo*, cuja virtude suprema é a *disciplina*” (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.14)⁵. Quando a obra ilustra o modo e a ordem de leitura que um estudioso deveria seguir, ela comprova estar relacionada com o método *lectio* (GAMERO, 2008). Deste modo, ler é a pedagogia de São Vítor e quando nos referimos ao estudo sob a perspectiva dele, está implícito em nossas assertivas o ato de ler.

Logo nas primeiras seções de *Didascalicon*, considerando o assunto relevante para a formação intelectual de seus discípulos, mostra sobre o que a filosofia se dedica. Entre as definições, está a seguinte: “A filosofia é a disciplina que investiga com provas plausíveis as razões de todas as coisas divinas e humanas’. E assim, a razão teórica de todas as atividades humanas é de competência da filosofia” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.1, p.85).

³ [Destques do autor].

⁴ Antônio Marchionni escreveu a introdução de uma das edições da obra "Didascálicon - Da Arte de Ler", os trechos referenciados em seu nome situam-se especificamente na edição da editora Vozes latim-português de 2001, que também foi traduzida por ele.

⁵ [Destques do autor].

Hugo de São Vítor ainda complementa essa explicação ponderando que não são todas as atividades práticas consideradas filosóficas, e explana que “[...] a filosofia diz respeito a todas as coisas ‘sob um certo aspecto’” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.1, p.85). O mestre estruturou a filosofia dividindo-a em teórica, prática, mecânica e lógica. Gamero (2008, p.203) sublinha que ao tratar desse assunto, o autor de *Didascalicon* acrescentou ao currículo tradicionalmente teórico das artes liberais uma eminente orientação prática, e isso foi determinante para definir a personalidade cultural do século XII. No entanto, na concepção hugoniana esta orientação prática não sobrepôs a importância da ciência teórica para o desenvolvimento do intelecto do homem.

De acordo com Gleiser (1997), concomitantemente às lutas em prol da Terra Prometida nos séculos XII e XIII, Aristóteles e Ptolomeu conquistaram apreciadores. Com seus ensinamentos, estes autores redirecionaram a atenção do homem medieval para a natureza, pois era comum entre os gregos a observação e a reflexão sobre ela como forma de encontrar respostas às questões postas ao seu tempo. São Tomás de Aquino (1225-1274) também estava entre os adeptos das ideias aristotélicas e estas foram, devagar, aceitas pelos clérigos. Anterior a São Tomás de Aquino, Hugo de São Vítor pareceu ter se conscientizado da necessidade de adequar seus estudos às novas ideias que emergiam, direcionando de modo sutil os seus ensinamentos para o estudo da natureza. O homem daquele período foi posto em contato com a natureza e reivindicou a sua capacidade de “[...] imitarla, de dominarla, de transformarla mecánicamente [...]”⁶, não apenas dominar as artes para falar e pensar de modo correto, mas dominar “[...] la ética para actuar con rectitud... le preocupó también el valor práctico, utilitario y pedagógico del saber técnico”⁷ (GAMERO, 2008, p.203).

Pouco a pouco, desvela-se o que Gamero (2008) considerou como um suposto renascimento cultural do século XII, quando as Artes Mecânicas foram consideradas prolongamento ético do saber prático. Isto porque a ação mecânica do homem fortaleceu a natureza frágil deste conhecimento. Em *Didascalicon*, há um trecho em que São Vítor se ocupou em explicar a origem das artes, valorizando a ação (ou prática) cotidiana do homem para a constituição destas:

⁶ “[...] imitar, dominar e, de transforma-la mecanicamente [...]” (GAMERO, 2008, p.203) [Tradução nossa].

⁷ “[...] a ética para atuar com retidão... se preocupou também com o valor prático, utilitário e pedagógico do saber técnico” (Idem) [Tradução nossa].

[...] antes que existisse a gramática, os homens escreviam e falavam. Antes que existisse a dialética, eles distinguiam o verdadeiro do falso. Antes que existisse a retórica, eles tratavam dos direitos civis. Antes que existisse a aritmética, eles sabiam contar. Antes que existisse a música, cantavam. Antes que existisse a geometria, mediam os campos. Antes que existisse a astronomia, captavam os ritmos dos tempos através dos cursos das estrelas (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.10, p.79).

No trecho acima vemos que a relevância da teoria se justifica pela prática. Ao valorizar o exercício intelectual que o estudo das artes proporciona ao ser humano, o autor ainda ressaltou que mesmo derivadas de seu uso, as artes são melhores que o uso. São Vítor demonstrou-se inovador por abordar a prática dessa maneira, contudo expressou sua sutileza ao retomar ligeiramente em seu discurso a importância da teoria. Levando em conta o período e o contexto em que estava inserido, sua postura é justificada por Oliveira (2012), pelo fato de os homens medievais tornarem do passado o seu presente, em especial, nos aspectos religiosos (vale ressaltar que a filosofia e as ciências nesse período eram assuntos religiosos). As ideias hugonianas estavam bem alicerçadas no passado, mas mesmo assim demonstraram um olhar voltado em seu presente, consolidando as convicções do autor sobre seu contexto com o uso da análise histórica que estava ao seu alcance. O mestre considera que ambas, prática e teoria, se complementam e seguem caminhos diferentes, e buscam “[...] la meta última de la felicidad⁸” (GAMERO, 2008, p.204).

As ciências mecânicas retratam o olhar de São Vítor para a realidade de seus contemporâneos no tocante ao trabalho. Em um período onde os burgueses lutavam pelo direito de trabalharem sem o jugo do Senhor Feudal, o autor de *Didascalicon* dividiu a mecânica em sete ciências. Estas, foram subdivididas em dois grupos de três e quatro itens, comparados ao *trivium* e *quadrivium* pelo caráter do suporte oferecido em cada conjunto. Em outras palavras, o primeiro grupo, comparado ao *trivium*, é composto por três ciências: a ciência da lã, a das armas e a da navegação. Segundo o mestre, estas “[...] dedicam-se à proteção externa da natureza humana, de modo que esta natureza se protege dos incômodos [...]” (Livro II, Cap.20, p.111). O segundo, equiparado ao *quadrivium*, traz quatro ciências que tratam de conceitos que, diferente

⁸ “[...] o objetivo final da felicidade” (GAMERO, 2008, p.204) [Tradução nossa].

do primeiro grupo, dão suporte ao interior do ser humano: a agricultura, a caça, a medicina e o teatro.

Baseados na filosofia helenística, em especial na escola estoica, os saberes até o século XII eram divididos em três áreas: física, lógica e ética. Hugo de São Vítor acrescentou a estes um novo ramo do saber: a mecânica, um conhecimento de caráter mais prático, indutivo e experimental (GAMERO, 2008). Esta autora ressalta que rompendo com o antigo formato, o mestre visualizou a divisão quadripartida dos saberes e, em um movimento dialético entre teoria e prática descreveu os conhecimentos mecânicos em *Didascalicon*. Tudo isto com o intuito de colaborar com a formação do homem daquele período.

São Vítor não ousou reproduzir os autores do passado, mas se fundamentou neles para construção de sua compreensão sobre seu presente. Transformou “[...] la tradicional visión poyética de los saberes mecánicos en una praxis profesional orientada a la mejora y progreso del hombre... una reconsideración ética, técnica y profesional de los mismos⁹” (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.32). Por isto *Didascalicon* é uma obra que define o pensamento pedagógico do século XII.

A compreensão dos fatos históricos está para além do caráter contemporâneo dos fenômenos acontecidos (LE GOFF, 1979). É preciso ter clareza de que os séculos XI e XII sediaram o princípio de diversas mudanças na organização social do Ocidente Medieval. Nestas mudanças “A marca urbana não é menor no domínio intelectual e artístico” (LE GOFF, 2005, p.75), e o declínio do modelo de ensino monástico promovido no século XII foi oportuno ao desenvolvimento da cultura e da arte ocidental. Hugo de São Vítor esta elencado juntamente com Cluny como importantes figuras do período em que a influência monástica estava em seu auge. A participação de ambos com suas atividades de ensino marcou “a aurora de novos tempos” (LE GOFF, 2005, p.75).

O período vivenciado por Hugo de São Vítor é considerado um momento historicamente relevante. Nele, houve impulsos que ocasionaram o que é conhecido por Renascimento dos séculos XV e XVI (LE GOFF, 1979). Diante disso, nas próximas subseções discorreremos sobre alguns acontecimentos importantes, no intuito de compreender melhor o desenvolvimento urbano do Ocidente Medieval.

⁹ “[...] a tradicional visión poyética dos saberes mecânicos em uma práxis profissional orientada, visando a melhora e o progresso humano... uma reconsideração ética, técnica e profissional dos saberes (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.32)” [Tradução nossa].

2.3 O DESENVOLVIMENTO URBANO NOS SÉCULOS XI E XII

Hugo de São Vítor está entre os principais pensadores da Idade Média Central, que compreenderam “[...] um novo papel da razão no estudo do mundo natural e supranatural” (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.18). Situados em um ambiente de alterações sociais e econômicas, eles acreditavam que o estudo solucionaria os problemas sociais de seu tempo. Por este motivo São Vítor sugeriu seu método de estudo (que recorria à *lectio*) como meio de educar o novo homem idealizado pela urbanização.

Muitos fatores colaboraram para o desenvolvimento das cidades. Destacamos entre eles: o aumento da produção agrária – favorecido pela mudança climática; a crise no feudalismo – despontando o novo modo de pensar do Homem Medieval; o crescimento demográfico – ocasionado, entre outros motivos, pela mudança nos modos de guerrear; a reforma gregoriana – colaborando com a crise estrutural do sistema feudal; e por fim, a reorganização das instituições de ensino.

Iniciamos a contextualização sobre este período de significativas mudanças tratando sobre a agricultura, assunto cuja importância está pressuposta em seu caráter essencial dentro de uma sociedade. Compreender sobre a organização do trabalho em uma sociedade nos traz muito sobre ela. No século XII, “O trabalho-penitência, o trabalho-castigo da Alta Idade Média, concepção nascida de uma leitura bíblica focalizada no Gênesis e na queda, cede lentamente lugar à idéia de um trabalho útil aos homens, capaz de conduzir os trabalhadores à salvação” (LE GOFF, 1992, p.100). Dentro deste conceito de trabalho, considerado necessário ao homem, estava o trabalho designado aos que moravam no meio rural, que inicialmente se tratava do manuseio da terra e da produção de materiais para isto.

Com a movimentação urbana, o trabalhador passou a ser visto de modo diferente: “Desenvolve-se um outro esquema que funda ideologicamente seu lugar na sociedade, o das artes mecânicas, isto é, dos ofícios” (LE GOFF, 1992, p.100). Hugo de São Vítor se destacou neste momento, por descrever as sete Artes Mecânicas. Dentre elas, a agricultura.

2.3.1 A AGRICULTURA

Le Goff (2007) assevera que em meados do ano mil, aconteceu uma reestruturação social e política entre os cristãos e, que foi de grande relevância para a atual organização territorial europeia. A questão agrária permeou essas mudanças e se afirmou a agricultura do cereal, que, posteriormente, tornou a Europa “o mundo do pão”. O autor ainda ressalta que aquela região “[...] teria conhecido entre 900 e 1300 um clima ótimo marcado por uma elevação das temperaturas médias de um a dois graus e por uma umidade menor que favorecia a cultura dos cereais [...]” (LE GOFF, 2007, p.78). Essa questão climática foi importante para que se aumentassem os rendimentos obtidos das colheitas daquele período. À vista disto, acrescentava-se a quantidade de trabalhadores e, buscava-se melhores instrumentos para as atividades rurais.

Vemos em Le Goff (1992) que na origem do grande movimento urbano medieval permeava uma formatação econômica basicamente agrícola e fundamentada na exploração das terras pelos camponeses. Havia um Senhor Feudal, dono da propriedade onde o solo era explorado, que exercia sobre seus subordinados “[...] um conjunto de poderes e direitos” (LE GOFF, 1992, p.55). Na obra intitulada “As raízes medievais da Europa”, lemos que as três células principais dessa nova organização a que nos referimos era “o senhorio, a aldeia e a paróquia”, tendo como figura de destaque e liderança o castelo feudal (LE GOFF, 2007, p.79). O autor complementa:

O senhorio designa o território dominado pelo castelo e engloba as terras e os camponeses que têm o seu senhor. O senhorio compreende, portanto, as terras, os homens, as rendas, ao mesmo tempo que a exploração das terras e a produção dos camponeses; e também um conjunto de direitos que o senhor exerce em virtude de seu direito de comando, administração e aplicação da justiça (LE GOFF, 2007, p.79).

Para a manutenção e o desenvolvimento daquela economia, o trabalho agrícola era fundamental. Hugo de São Vítor acreditava que aquele que buscasse a erudição precisava aprender sobre todas as ciências. O estudo da mecânica seria útil ao homem do medievo, tornaria o trabalho prático também um alvo da reflexão. Sobre essa questão, escreve: “O mesmo ato, com efeito, pode pertencer à filosofia em seus princípios teóricos, mas pode ser excluído dela em sua realização prática; por

exemplo, para ficar no mesmo dado, a teoria racional da agricultura é coisa do filósofo, sua execução é coisa do camponês” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.4, p.59). O autor entendia que aprender os conteúdos das ciências mecânicas seria uma maneira de exercitar as capacidades intelectivas, deste modo o sujeito se prepararia para adquirir os conhecimentos teóricos (os que o fariam alcançar a Sapiência).

Em *Didascalicon*, Hugo de São Vítor tratou a agricultura como uma das sete artes da filosofia mecânica. Ao descrevê-la foi sucinto, destacando aspectos sobre os quatro tipos de terrenos existentes para o plantio: “[...] campo arável, destinado à sementeira; campo arbóreo, destinado às plantas, como vinhedo, pomar e bosques; campo pastoril, como prados, vales e descampados; campo florido, como hortos e roseirais” (HUGO DE SÃO VÍTOR, Livro II, Cap.20, p.117).

Cada período produz e sistematiza saberes que atendem as necessidades de sua sociedade. O trabalho com a terra, por exemplo, é imprescindível ao homem desde os tempos primitivos, mas foi na Idade Média Central que seu caráter essencial começou a ser utilizado também para fins mercadológicos. Neste contexto, o empenho de São Vítor em descrever a ciência da agricultura nos faz refletir sobre o cuidado dele em situar seus discípulos sobre os assuntos ligados ao funcionamento de sua sociedade. Neste caso, a respeito de algo intimamente ligado à economia e organização social. Ao estudar sobre isto, o aprendiz estaria lapidando seu caráter em busca do bem comum, e trilharia o caminho até a Sapiência.

Ao evidenciar a divisão entre o trabalho prático e o trabalho teórico, o mestre acentua que a filosofia é a responsável pelo estudo das “[...] razões de todos os atos e esforços humanos” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.4, p.59). Nesse sentido, a leitura não serviria apenas aos conteúdos que a tradição estoica havia deixado como herança. Outro sentido para o ato de ler começou a ser abordado. Oliveira (2012) coaduna com essa premissa ao apontar *Didascalicon* de Hugo de São Vítor como um notável exemplo de que os livros foram invenção da cidade, entre os séculos XII e XIII.

Ainda sobre o protagonismo dos livros, em suas pesquisas Illich (2002) expõe que possivelmente a obra de São Vítor colaborou para o início de uma era livresca, posto que a intencionalidade de seus escritos transcendeu à mera recopilação de textos antigos. Além disto, exibiu uma intencionalidade pedagógica ao classificar a Educação como saber prático. Essa estruturação dos saberes veio como resposta às transformações assistidas pelos séculos XI e XII, início do declínio feudal. Nas

subseções a seguir tratamos dessa temática que, inclusive, permeia todas as modificações sociais apresentadas.

2.3.2 CRISE NO FEUDALISMO: AS CIDADES GANHAM ESPAÇO

Para discorrermos acerca da urbanização ocorrida entre os séculos XI e XII, julgamos oportuno “[...] aceitar o fato de que o nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais devem-se a um conjunto complexo de estímulos e, sobretudo, a diversos grupos sociais” (LE GOFF, 2005, p.69). A crise estrutural do feudalismo esteve entre os fenômenos que mais colaboraram para a expansão das cidades medievais. No século XI, a população do Ocidente Medieval se organizava em aldeias, dentro dos senhorios. Estas resumiam-se em agrupamentos de camponeses e de súditos, que para seu sustento dependiam do plantio em terras que pertenciam ao seu senhor. Franco Jr (1989) analisa esse período sob a perspectiva das cruzadas. Este autor salienta que, fundamentados no setor agrícola, os feudos cultivavam não somente para suas necessidades alimentícias, mas também para a produção de roupas, armas e utensílios. A diferença substancial entre feudalismo e os modelos de organização socioeconômica de outros momentos históricos está na servidão, uma categoria de mão de obra intermediária (nem escravo – como na Antiguidade, e nem assalariado – como na Modernidade).

Recorreu-se então a um tipo intermediário, a servidão, na qual o trabalhador presta serviços compulsórios como na escravidão, mas não é considerado um objeto (na Antiguidade o escravo era “uma ferramenta que fala”). De fato, ele estava vinculado a um lote de terra, e não a uma pessoa, não podendo ser desapossado dele (FRANCO JR. 1989, p.11-12).

Os servos destes feudos pouco a pouco conquistaram direitos, evidentemente, devido às condições que favoreceriam os senhores feudais. Le Goff (1998) relatou que o direito à banalidade favoreceu o gradual surgimento das cidades. Este seria uma espécie de direito ao uso das ferramentas agrícolas do Senhor Feudal mediante algum tipo de pagamento. De certa forma, um aluguel de instrumentos necessários para o cultivo de plantações que gerariam ao camponês o sustento. As famílias oriundas deste tipo de trabalho, começaram a se reunir em torno do Senhor que fornecia os utensílios e que lhes cobrava taxa, inclusive, para que fosse permitida a venda da colheita manuseada nestas condições. Em suas palavras,

[...] a partir do século XI, aproximadamente, esse direito espalha-se essencialmente no campo, e forma-se uma estrutura que é típica da feudalidade, que se chama a “senhoriagem banal”. Mas esse termo, a banalidade, diz respeito também ao território urbano e, sobretudo, suburbano (LE GOFF, 1998, p.16).

As modificações na produção agrícola estão elencadas entre os fatores socioeconômicos que impulsionaram a urbanização¹⁰. Com um caráter novo, o movimento urbano medieval se iniciou a partir de agrupamentos populacionais: “Esses núcleos são dominados ou por um senhor eclesiástico, o bispo, em geral, nas cidades episcopais, ou por um senhor leigo, sobretudo um conde, desde a época carolíngia” (LE GOFF, 1998, p.16-17).

As aglomerações de povoados não aconteceram de forma repentina. “[...] Desde o século XII, a evolução das cidades medievais consistiu na reunião, lenta e numa única instituição, do núcleo primitivo da cidade e de um ou dois burgos importantes” (LE GOFF, 1998, p. 17). O domínio da cidade se estendeu pouco a pouco ao redor destes agrupamentos e ela passou a exercer direitos mediante coleta de taxas: é isso que se chamará de subúrbio. Nessa relação de interdependência, o Senhor Feudal passou a cada vez mais precisar dos rendimentos das plantações de suas terras. Fonte de renda da qual passou a cada vez mais demandar “[...] em função do custo crescente do equipamento militar e da totalidade das despesas necessárias à ‘vida nobre’” (LE GOFF, 1992, p.56). Os equipamentos militares tornaram-se itens indispensáveis ao cotidiano medieval, sobretudo porque entre os finais do século XI e XIII houve uma considerável movimentação dos povos do ocidente nos territórios do Oriente Médio, Península Ibérica e Europa Oriental (FRANCO JR, 1989).

Em Hugo de São Vítor (2001) a ciência da agricultura foi abordada como uma das subdivisões das Artes Mecânicas; observamos também que, historicamente, se ampliou a necessidade social e econômica do aprendizado sobre novas técnicas de trabalho agrícola. Da mesma forma, encontramos em *Didascalicon* a ciência das armas, a segunda entre as sete ciências a ser contemplada pelo mestre. Explanamos sobre as armas se tornarem convenientes ao cotidiano do medieval, “[...] o tipo de guerra da época implicava em grandes gastos de equipamento (cavalo, armaduras,

¹⁰ “A partir do século X, mas principalmente do XI, é o grande período de urbanização – prefiro utilizar esse termo mais do que o de renascimento urbano, já que penso que, salvo exceção, não há continuidade entre a Idade Média e a Antiguidade” (LE GOFF, 1998, p.16).

armas) [...]” (FRANCO JR, 1989, p.14). Diante dessa conjuntura, somente quem possuísse meios para manutenção de tais equipamentos é que conseguiria participar desses embates. O autor continua seu raciocínio a respeito desse tema, sublinhando que havia também a necessidade de o senhor tornar-se um guerreiro, “[...] para defender sua terra dos invasores. Em função disso, ele se tornava protetor da população das suas terras e naturalmente recebia a obediência dos protegidos” (FRANCO JR, 1989, p.14).

O século XII foi palco de turbulentos confrontos. Alguns historiadores afirmam que os principais momentos de tensão social, neste período, se localizaram no campo e a melhora no arsenal se tornou necessidade de sobrevivência dentro do próprio feudo. Isto porque

Entre senhores e camponeses a luta era endêmica. Por vezes, exasperava-se em crises de extrema violência. [...] no campo as sublevações visavam não apenas a melhorar a situação dos camponeses, fixando, diminuindo ou abolindo os serviços e dívidas que pesavam sobre eles, mas expressavam muitas vezes a própria luta pela vida. A maioria deles constituía uma massa à beira do limite alimentar, da fome, da epidemia (LE GOFF, 2005, p.299).

A urbanização trouxe ao Homem Medieval outra perspectiva de vida, oposta à esta relatada na citação acima, com mais estabilidade. Desta forma, as lutas entre senhores feudais e camponeses se tornaram parte da cena medieval. “Uma das virtudes das pessoas das cidades é, durante muito tempo, ter um lugar. O cidadão é alguém que talvez parta em peregrinação, mas que, normalmente, tem um lugar: frequentemente ele tem uma casa, ao passo que o camponês pode perder sua terra” (LE GOFF, 1998, p.55). A liberdade de viver na (e da) cidade passou a ser também o motivo de muitos embates. Neste contexto de batalhas, São Vítor escreveu sobre a ciência das armas.

O autor de *Didascalicon* escreveu seu método pedagógico utilizando-o. Relacionou o ensino e o aprendizado dos conhecimentos (teológicos) com a construção de um edifício. Toda edificação necessita, sobretudo, fundamentar-se em cimento e, em sua comparação esta fundamentação se refere à história. Neste momento tratamos de seus ensinamentos sobre a ciência das armas, e vemos sua metodologia aplicada a eles também. Nas explicações desta arte mecânica, o mestre Hugo de São Vítor (2001) escreveu sobre a etimologia da palavra “arma”, derivada do termo em latim “*armus*”, que significa braço. O sentido da palavra está, historicamente,

relacionado ao fato de as armas munirem “[...] o braço, que costumamos opor aos golpes” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.22, p.114). A etimologia deste termo nos conta a história que está por trás dele e de seu uso e assim, São Vítor iniciou a fundamentação do conhecimento sobre as armas.

Adiante, tratou desse assunto listando os itens necessários para a execução dessa arte, considerando o uso de diversos tipos de matérias, como “[...] pedras, madeiras, metais, areias e argilas” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.22, p.114). O tema é apresentado na obra como uma ciência instrumental e o mestre deixou claro que essa classificação é dada “[...] não somente porque em suas operações utiliza instrumentos, mas também porque com o material disponível de alguma massa faz algum instrumento” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.22, p.115). Recorrendo também ao uso seu método, explicou sobre quem, como e com o que se realizaria a produção do arsenal.

Diante dessa arte de produção manual, o autor organiza a ciência do armamento em duas classes: a arquitetônica e a artesanal (ou fabril). A primeira classe refere-se ao trabalhador (e ao trabalho) que lida com as pedras (cortadores de pedras e pedreiros) e com as madeiras (carpinteiros e marceneiros), abarcando também os que executam ambas as atividades. Os instrumentos utilizados para manusear essas matérias-primas também são elencados: “[...] machados e martelos, lima e caibros, serras e brocas, plainas, facas, colher de pedreiro e esquadro [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.22, p.115). Na elaboração das peças, há algumas etapas listadas na obra e que eram executadas pelo artífice, o qual executava seu trabalho “[...] polindo, afinando, esculpindo, limando, incidindo, conectando, rebocando sobre qualquer material com argila, tijolo, pedra, madeira, osso, areia, cal, gesso e outros materiais parecidos dos operários” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.22, p.115).

A segunda classificação da ciência do armamento dedica-se ao trabalho artesanal, também chamado de fabril. Esta, por sua vez, divide-se em duas: “[...] uma é executada com o martelo, que, batendo sobre uma massa, dilata-a numa forma, e a outra é a fundição, que fundindo uma massa, a reduz a uma forma” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.22, p.115). Após elencarmos as informações principais sobre o processo geral de produção das armas, julgamos oportuno expor o que foi considerado arma para nosso autor: “[...] são armas propriamente aquelas com as quais nos cobrimos, como o escudo, a couraça, o elmo, ou com as quais golpeamos,

como a espada, o machado de lâmina dupla, a lança... dardo e a flecha” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.22, p.113-115).

As ideias hugonianas enfatizavam o trabalho manual necessário à sobrevivência de seu povo. As batalhas aconteciam e a produção das armas como meio de defesa está pressuposta. Ciente desta necessidade, utilizou-a como meio de formar integralmente seus alunos, entenda como: “As ciências mecânicas, destinadas ao corpo, são chamadas ‘adulterinas’ [...] ‘imitativas’, porque o trabalho do artífice ‘imita’ a natureza, que, como dissemos, indica o mundo divino” (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, nota de rodapé, p.69). Toda a criação é mortal, e considerada por São Vítor como obra da natureza. Relacionando as obras da natureza como reflexo da ação divina,

[...] O artífice e o trabalhador, por exemplo, executa obras, e isto não pertence à filosofia; mas, enquanto pensa suas obras, ele conecta-se aos modelos vindos da natureza, imitando-os... o artífice está olhando para as essências divinas supralunares. Este ato é filosófico. Por esta razão, pela primeira vez na história, Hugo considera o trabalho humano como parte da filosofia, pois o trabalho possui uma dimensão filosófica quando é executado com os olhos voltados para os modelos divinos das obras humanas (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, nota de rodapé, p.59).

Quando ensinou sobre os trabalhos humanos (que não são filosóficos ou espirituais), São Vítor destacou a possibilidade de eles levarem o aprendiz a filosofar. Contudo, para isto seria necessário que o homem ao executá-lo voltasse seus olhos para os modelos divinos, ou seja, a própria criação. Desta forma, o indivíduo estaria se aproximando da essência divina, posta ao ser humano antes do pecado original.

O fato é que o homem daquele período já não tinha o mesmo anseio daquele que vivera na Alta Idade Média. O imobilismo da nobreza feudal já não era mais suficiente, e uma nova classe começava a ascender compartilhando desse sentimento. Oliveira (2012) ressalta a dificuldade de delimitar uma data certa para qualquer processo histórico, e em suas pesquisas afirma que foi no século XI o auge da insatisfação dos servos dessas aldeias feudais. “A violência da ‘revolução comunal’ é uma resposta à violência feudal [...] em seguida, produz-se o movimento de emancipação das cidades: o impulso é dado no fim do século XI, mas o século essencial é o XII” (LE GOFF, 1998, p.96-97).

Buscando promover a libertação das comunas (cidades do medievo ocidental) que estavam sob domínio desse sistema de governo, aconteceram guerras

declaradas entre a população e seus senhores. Diante do pressuposto de que outros acontecimentos por trás dessa grande cena foram determinantes para que ela acontecesse, vemos que as movimentações (social e econômica) traziam em seu bojo a necessidade de novos conhecimentos e habilidades. Esse novo homem, que tomava forma em meio a essa movimentação, buscava na cultura e na educação novos ares de motivação e sociabilidade (GAMERO, 2008). O caminho até o triunfo é repleto de outras histórias e essa efervescência pode ter sido um dos motivos materiais para um dos acontecimentos que fomentaram modificações significativas no Ocidente Medieval: as cruzadas (OLIVEIRA, 2012).

As expedições militares realizadas pelo Ocidente Católico entre os finais do século IX ao século XIII são também chamadas de cruzadas. Franco Jr. (1989) assevera que a origem desse termo decorre do fato de seus participantes serem reconhecidos, naquele período, como “soldados de Cristo” e “marcados pelo sinal da cruz”. Nos textos medievais, essa sequência de embates é retratada como: “[...] ‘peregrinação’, ‘guerra santa’, ‘expedição da Cruz’ e ‘passagem’” (FRANCO JR, 1989, p.7). Tais jornadas tiveram papel marcante na organização social do período analisado, e ao lermos sobre o tema, notamos que essas batalhas não foram somente a causa, mas também efeito da efervescente mudança do cotidiano medieval. O surgimento das cidades medievais, como vimos, principiou-se nos feudos e Franco Jr acredita que, como as demais formações sociais, o feudalismo era instável e se modificou desde o momento em que se estruturou. Essas mudanças que se originaram nas estruturas desse sistema socioeconômico criaram condições para o surgimento das cruzadas, que para o autor “[...] deveriam representar uma válvula de escape para as tensões sociais, econômicas e políticas provocadas pela própria dinâmica do feudalismo” (FRANCO JR, 1989, p.15) e que trouxeram pouco a pouco as cidades para a cena medieva.

Carregando em seu interior a expansão de novas atividades econômicas como a do comércio, a cidade na Idade Média Ocidental entra em cena, de acordo com Oliveira (2012), como “[...] espaço onde se verificam as novas formas de existência social. Aliás, em muitos casos, o surgimento das cidades coincide com a expansão dessas novas formas” (OLIVEIRA, 2012, p.21), ela ainda retrata duas explicações sobre as origens da cidade:

Umam afirmam que as cidades ressurgiram em virtude da permanência do clero em determinados espaços que antes eram cidades romanas, fato que possibilitou que estes locais ganhassem forças, se desenvolvessem e se tornassem centros administrativos, assim que se estabeleceu certa paz na sociedade, oriunda da implantação e organização do sistema feudal. Outras afirmam que as cidades surgiram em locais de fácil acesso ao comércio, como nas confluências de rios e encruzilhadas de estradas (OLIVEIRA, 2012, p.27-28).

Essas explicações não nos trazem o momento e o modo exato do surgimento desse ambiente urbano, entretanto nos mostram como a história indica o processo de organização dos ambientes citadinos. Também chamada de comunas, eram definidas como “[...] um acontecimento eminentemente do seu tempo, fruto das relações feudais e do ressurgimento do comércio” (OLIVEIRA, 2012, p.28). Concomitante a esses acontecimentos – permanência do clero e o fervor comercial –, as comunas foram resultado do que assinalamos: as batalhas entre os servos e seus senhores. Estas se originaram por meio da “[...] luta pela libertação dos domínios senhoriais... encravadas no sistema feudal, filhas desse sistema e que, para conseguir romper com suas origens, tiveram que travar ásperas batalhas contra seus senhores” (OLIVEIRA, 2012, p.28) pondera que. É importante destacar que eram nomeadas “comunas” as cidades que recebiam do rei as chamadas “Cartas de Liberdade”, e que esse movimento de libertação que ocorreu em todo o Ocidente medieval marcou de maneira especial as cidades localizadas no território francês, nos clareando o contexto de desenvolvimento da cidade em que Hugo de São Vítor passou a maior parte de sua vida e onde produziu várias obras.

Oliveira (2012) relata sobre a movimentação social ocorrida entre os séculos XI e o XIII por meio das comunas e do surgimento das universidades. Por meio de suas reflexões, compreendemos que as cartas comunais foram fundamentais para a consolidação dessas cidades, que adquiriam autonomia dentro de seus espaços “intramuros”. Houve uma necessidade crescente do mercado urbano ao homem medieval. Os senhores feudais vendiam e compravam os bens que desejavam e o camponês conseguia o dinheiro para pagar os tributos cobrados pelo senhor, que por sua vez cobrava “[...] sobre o transporte e a venda das mercadorias no seu domínio, taxas, pedágios e diversos direitos” (LE GOFF, 1992 p.56). E dessa forma, gradativamente se configura a utilidade mútua do mercado tanto para o meio urbano como para o mundo rural.

O comércio e a produção artesanal se desenvolveram, “[...] uma vez que os comerciantes e artesãos tiveram mais autonomia para decidir sobre seus negócios, e suas relações” (OLIVEIRA, 2012, p.30). Os habitantes dessas cidades, chamados de burgueses, aos poucos começam a influenciar as decisões políticas. Ocasionalmente a divisão do trabalho urbano do trabalho rural, as relações civis e políticas também começaram a tomar um novo formato. Isso gerou naquela sociedade interesse em outros conhecimentos para, por exemplo, desenvolver a eloquência dos comerciantes, atores dessa cena de transformação social. São Vítor acreditava que aprender as Artes Mecânicas seria a etapa inicial (ou o fundamento do edifício em construção) dos estudos. Desta forma o aprendiz teria condições de buscar, em seguida, a profunda interpretação dos conhecimentos sagrados (teológicos).

Na próxima subseção, nos dedicamos sobre os motivos que ocasionaram a retomada do comércio ao ambiente medieval. Como elemento de desgaste do regime feudal, a atividade comercial foi um dos fenômenos emergidos no processo de urbanização que trouxeram novas possibilidades de sustento ao Homem Medieval.

2.3.3 O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E O COMÉRCIO: A OCASIÃO E SUAS NECESSIDADES

As mudanças estruturais de uma sociedade geralmente são fomentadas por fatores sociais e econômicos. O aumento demográfico do Ocidente na Idade Média Central justificou-se por vários motivos que, assim como outros aspectos existentes por trás desta cena, estão descritos nesta subseção. Em *Didascalicon*, as movimentações comerciais foram abordadas de modo que pressupomos seu caráter substancial para aquele povo. Por isto, assimilar a relevância do aumento demográfico para as transformações econômicas deste período foi essencial à compreensão do método de estudo proposto por Hugo de São Vítor aos seus discípulos, na abadia de São Vítor, em Paris.

Estudando os séculos XI e XII encontramos muitos fenômenos gerais que são interligados de tal forma, que se torna difícil afirmar até que ponto podem ser considerados causa ou efeito desta movimentação. É certo, para Le Goff (1992), que durante tais acontecimentos ocorreu uma revolução da cristandade medieval. Destacou também que sem dúvida, é fato “[...] a existência de uma revolução

quantitativa. O número de cidades e o de sua população conhecem entre 1150 e 1340 [...] um crescimento espetacular” (LE GOFF, 1992, p.3). O ápice essencial desse crescimento quantitativo de habitantes das áreas urbanas, para o autor, provavelmente aconteceu entre 1150 e 1300, e esse fator teve impactos mais relevantes para a cultura e organização de uma sociedade do que as variações da população rural.

“As cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, urdem incessantemente a vida dos homens... São os aceleradores de todo o tempo da história” (LE GOFF, 1992, p.4). Com esta ilustração compreendemos melhor a grandeza do que houve no período em que *Didascalicon* foi escrito. Percebemos que a obra traz em sua essência a formação de um homem com características substanciais para a manutenção de um ambiente urbano.

O aumento populacional do Ocidente pode ter sido, de acordo com Franco Jr (1989), um dos possíveis pontos de partida para o início das cruzadas. Entre suas causas está a elevação das temperaturas - que colaborou com o aumento da produção agrícola (e melhorias na alimentação); a redução de mortes por doenças epidêmicas vindas de outras regiões¹¹ (ocasionada pelo agrupamento populacional dentro dos espaços feudais - atividade senhorial); e, as intervenções da Igreja no modo de guerrear¹² - que gerou redução substancial de mortes.

Outra perspectiva é a ocorrência de uma relativa paz que propiciou, por meio da retomada do comércio, a modernização da economia, principalmente pelo fato de as rotas terrestres e marítimas terem se tornado menos perigosas. Complementa:

[...] com a diminuição da mortalidade por acidentes e a melhoria das condições de alimentação e das possibilidades de subsistência, produz-se um incomparável surto demográfico que fornece à cristandade consumidores, produtores, uma mão-de-obra, um reservatório onde o comércio vai buscar os seus homens... o grande episódio militar das Cruzadas já não passa de uma fachada épica à sombra da qual se intensifica o comércio pacífico (LE GOFF, 1991, p.7).

¹¹ O autor ainda pontua que das terras orientais eram “[...] de onde quase sempre provinham as epidemias [...]” (FRANCO JR, 1989, p.15).

¹² Houve “dois movimentos criados pela Igreja na tentativa de pacificar a Europa feudal: a Paz de Deus (fins do século X) proibia, sob pena de excomunhão, ataques a clérigos não armados, camponeses e comerciantes; a Trégua de Deus (início do século XI) interditava as lutas três dias por semana e em certas épocas do ano” (Ibidem, p.24).

Com novas formas de subsistência, a urbanidade é quem define “[...] o primado da função econômica” das cidades (LE GOFF, 1991, p.9), e mesmo diante da resistência da Igreja – sob certa influência dos senhores feudais –, as atividades desenvolveram-se e, paulatinamente, a sociedade se organizou para atender a essas demandas. Por exemplo, para que o comércio acontecesse eram necessárias a existência e a melhoria de rotas, portos marítimos e fluviais e vias de comunicações. Em *Didascalicon*, encontramos as lições de Hugo de São Vítor sobre a ciência da navegação, em que enuncia que “A navegação abrange todo o comércio de compra, venda e troca de mercadorias domésticas ou estrangeiras... penetra regiões remotas, adentra litorais nunca vistos [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.23, p.115). Sabiamente, o mestre retratou a importância dessa atividade laboral para a nova organização social proposta pelos seus contemporâneos: “Este tipo de dedicação reconcilia as nações, aplaca as guerras, consolida a paz, e transfere os bens privados para o uso comum de todos” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.23, p.116).

O aumento demográfico, ao mesmo tempo em que fomentou o desenvolvimento de uma sociedade com características urbanas, também provocou um mal-estar para as estruturas da economia, de raízes feudais. Com mais habitantes, reduziu-se a parcela de terra para cada família de servos, obrigando muitos destes a procurarem outro modo de subsistência, o que impulsionou as atividades de trocas comerciais. Esse formato de movimentação econômica trouxe um ônus para o feudalismo, já que um dos pilares de sua sustentação era o trabalho servil. Fora das propriedades feudais, muitos camponeses não conseguiam firmar seu sustento com o trabalho comercial e isto oportunizou o aumento da população marginalizada. Franco Jr (1989) esclarece que essa classe social passou a ser combatida, o que de certa forma tratou-se de um controle populacional e social do período.

O contexto urbano do século XII presencia mudanças no comportamento e na essência dos comerciantes, que alcançaram distâncias maiores para exercerem sua atividade: “O comerciante adentra outras regiões, negocia com o Oriente, etc. e, em decorrência, esse novo universo de relações exige um novo sujeito ou, ao menos, um sujeito com um perfil distinto daquele que vivia das trocas entre o campo e a sua cidade” (OLIVEIRA, 2012, p.31). Os mercadores conscientizaram-se de que para exercerem suas atividades necessitavam ler e escrever, “[...] especialmente para a elaboração das cartas de crédito e para a descrição das rotas terrestres” (OLIVEIRA,

2012, p.94). Saber ler e escrever em latim – a linguagem escrita do período – tornou-se pertinente não só pelo fato de os acordos comerciais serem redigidos nesse idioma, mas por se tratar de um conhecimento preliminar para a aquisição dos saberes eruditos, ensinados nos mosteiros.

A história nos mostra que o século XI e o início do século XII constituiu a “fase do desenvolvimento selvagem das cidades” (LE GOFF, 1992, p.79). A origem dessas organizações urbanas deu-se “da reunião das casas e dos campos em torno de dois elementos essenciais, a igreja e o cemitério” (LE GOFF, 2007, p.79). Isto porque estes locais foram (e ainda são) considerados sagrados para cristandade. Dessa forma, organizavam-se as bases que estruturariam a formatação das novas cidades. Le Goff (1992) esclarece que estes agrupamentos urbanos não são os mesmos existentes na Antiguidade e na alta Idade Média, e que suas diferenças estariam, essencialmente, em seus objetivos. O movimento citadino do qual tratamos, buscava fortalecer-se em uma comunidade apta para representar os seus cidadãos (que naquele momento não recebiam essa nomenclatura), unidos entre si por pertencerem ao mesmo lugar (que no futuro passou a ser chamado de cidade).

Uma nova formatação de sociedade se formou, com aparência urbana e papéis um tanto quanto equilibrados

[...] entre nobreza, que participa do movimento urbano mais do que se tem afirmado, burguesia que dá o tono, se não o tom, à sociedade; e classes trabalhadoras, das quais uma parte – urbana – fornece a massa de mão-de-obra às cidades, e a outra – rural – alimenta a cidade e é penetrada por seu dinamismo (LE GOFF, 1999, p.1).

Nesse envolvimento da sociedade, cada qual com sua função, as influências dessa nova organização coletiva não ficaram somente no âmbito econômico. Em Le Goff (1992), entendemos a urbanização como causa, mas também como efeito do desenvolvimento da cristandade latina. Em outra obra, este mesmo autor complementa que o cristianismo “preservou no Ocidente a continuidade urbana” (LE GOFF, 2005, p.69). É interessante destacarmos que o termo cristandade refere-se, especificamente, aos povos que professavam o cristianismo. Durante esse período, a França esteve entre as principais regiões do ocidente medievo que colaboraram para o auge da expansão cristã, e essencialmente foram estas que propulsionaram muitas modificações sociais, principalmente no que tangem às atividades econômicas.

As questões sociais, culturais e econômicas desse período estavam intimamente ligadas à influência eclesiástica, e algumas mudanças que se encontravam em processo de maturação desde os séculos anteriores culminaram nesse período. E é sobre essa reorganização da Igreja, responsável pela separação Igreja-Estado, que nos dedicamos na próxima subseção.

2.3.4 REFORMA GREGORIANA: UM REFLEXO DO NOVO MODO DE PENSAR DO MEDIEVO?

Nos séculos X e XI, aconteceram algumas movimentações entre os clérigos, que estavam insatisfeitos com a excessiva interferência dos nobres nos assuntos da cristandade. Esta agitação, em meio à tantas crises, colaborou com o desenvolvimento da urbanização, uma vez que seus resultados permitiram a comunidade de cristãos adaptar-se à evolução da cidade. Entre o século XI e XII

[...] a Igreja protege o comerciante e ajuda-o a vencer o preconceito que fazia dele um objeto de desprezo pela classe senhorial ociosa. Ela procura reabilitar a atividade responsável pelo progresso econômico e transformar o trabalho-castigo definido no Gênesis - o homem decaído deve, como penitência, ganhar o pão com o suor de seu rosto - num valor de salvação (LE GOFF, 2005, p.77).

Ao se ajustar às mudanças, os clérigos consideravam necessário ao homem voltar ao seu estado original de amizade com Deus, pois assim reencontraria “[...] os verdadeiros valores dos quais o mundo ocidental parecia afastar-se sem cessar [...]” (LE GOFF, 2005, p.77). Desta forma, se originaram novas ordens que buscavam este reencontro no claustro e que preconizavam o trabalho manual.

O movimento se esboça no século 11, sinalizando as reformas e suas múltiplas aproximações de um retorno à simplicidade evangélica (*vita vere apostolica*), inspirando uma reforma do clero em sentido comunitário - o movimento canonical que renova a instituição dos cônegos impondo-lhes a regra dita de Santo Agostinho -, e expandiu-se no fim do século 11 e início do 12 (LE GOFF, 2005, p.77).

Dentro desta perspectiva vemos os ensinamentos de Hugo de São Vítor (que seguia a regra de Santo Agostinho) despontarem. Ele propunha a busca pelo caminho de retidão no estudo (*lectio*) de todas as ciências (tanto as que dizem respeito ao trabalho prático, como as que tratam do espiritual, as teóricas).

A insatisfação entre os clérigos resultou em uma reorganização das normas de funcionamento da Igreja. Esse aborrecimento é decorrência de um período de concessões da própria instituição para com a nobreza, como, por exemplo, a permissão da compra de cargos eclesiásticos e a infiltração de costumes de outras religiões, fatos que reduziram paulatinamente a autonomia da Igreja. Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011) sublinha que essa reforma monástica tinha o objetivo de neutralizar a “feudalização eclesiástica”¹³. Intitulada como Reforma Gregoriana, ela foi “[...] um meio de subtrair a Igreja da dominação e das intervenções dos leigos e, particularmente... das pretensões do imperador germânico... resultou, de uma maneira mais geral, na separação entre clérigos e leigos, entre Deus e César, entre o papa e o imperador” (LE GOFF, 2007, p.91).

Além da batalha pela autonomia eclesiástica, iniciou-se a temporada de luta contra as chamadas heresias, e “[...] a Igreja organiza a luta contra o diabo e o inferno; exorcismo, orações e purgatório fazem parte desse arsenal de defesa [...]” (LE GOFF, 2007, p.93). Também chamada de reforma de Cluny, essas soluções começaram a ser colocadas em prática com o papa Gregório VII, o qual fez a publicação do *Dictatus Papae* em 1075, decreto que o sancionava como líder soberano da Igreja. Desde então, ocorreram graves lutas “[...] entre nobleza y rey, entre monarquía y papado, que demandarán reformas y cambios importantes¹⁴” (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.6).

Listado ao lado de Cluny está Hugo de São Vítor, que propagou suas ideias pedagógicas sobre a formação humana e que foram consideradas inovadoras. Estas, relacionavam os trabalhos manuais como meio de elevação espiritual, e ao mesmo tempo, validavam as atividades econômicas que começavam a aparecer. Ao transformar intensamente a cristandade e sedimentar o que se institucionalizou como Igreja, “[...] a reforma gregoriana definiu e fez reinar novas formas de enquadramento da sociedade... batismo de crianças, célula familiar, matrimônio cristão [...]” (LE GOFF, 2007, p.91), deixando características duradouras na Europa. E ainda:

¹³ Feudalização eclesiástica é um termo que resume a relação de interdependência entre Igreja e Nobreza medieval. A influência da religião para propiciar coesão social e, a compra/venda de cargos eclesiásticos entre nobres desprovidos de vocação, são fatos que colaboraram para a permanência dos mesmos na liderança dos reinos medievais.

¹⁴ “[...] entre nobreza e rei, entre monarquia e papado, que demandaram reformas e mudanças importantes” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.6) [Tradução nossa].

[...] invadiu também, de maneira simbólica, mas profunda, o universo da alma e da piedade. Mais do que nunca, a salvação dos homens e das mulheres depende do resultado de um conflito constante. O do combate entre as virtudes e os vícios. As virtudes são representadas como cavaleiros fortemente armados, e os vícios como guerreiros pagãos desordenados (LE GOFF, 2007, p.92).

Le Goff (1979) considera que essa luta (em que o espiritual se confundia com o material) despontou uma disputa política que aumentou, sobretudo, os conflitos entre laicos e clero. Dessa forma, no século XII, a Igreja esteve muito longe de reaver a autoridade que exerceu no baixo medievo. A reforma iniciada em Cluny trouxe um “[...] renacimiento espiritual, moral y cultural del que la Iglesia salió especialmente beneficiada¹⁵” (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.6). Esta reorganização proporcionou benefícios em relação a sua autoridade espiritual, ou seja, ela continuou como referencial de regras e moralidade social. As Sagradas Escrituras continuaram como fonte do conhecimento. O homem desse século buscava respaldo na razão, e a filosofia cristã seria o caminho para formar o novo homem.

A influência da Igreja e o desenvolvimento urbano foram protagonistas na

[...] evolução das estruturas e dos comportamentos familiares. É na cidade que se passa da família ampliada, que é o tipo de família do campo e da feudalidade, em que vivem juntos os filhos, os parentes, diversas gerações, em suma, à família nuclear – os pais e filhos apenas [...] Assim, a partir dos séculos XII-XIII, desenvolve-se na arte cristã o tema da Sagrada Família” (LE GOFF, 1998, p.100).

Vemos a cultura de um povo se reorganizando tanto no que diz respeito à organização do seio familiar quanto nas próprias manifestações artísticas, que dizem muito sobre seu tempo. A reforma Gregoriana refletiu sobremaneira no movimento cidadão. A urbanização da mesma forma, colaborou para o desenrolar desta reestruturação da Igreja. Configurando-se partes do mesmo todo, os fenômenos ocorridos entre os séculos XI e XII refletiram a memória do Ocidente Medieval, que Le Goff (1990) nos explica ser equilibrada entre a memória oral e a memória escrita. Vemos isto por intermédio de *Didascalicon de Studio Legendi*, um excelente exemplo de memória escrita deste período. Nele encontramos informações sobre o trabalho, estudo, organização social e tantas outras nuances de seus contemporâneos.

¹⁵ “[...] renascimento espiritual, moral e cultural do qual a Igreja saiu especialmente beneficiada” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.6) [Tradução nossa].

Para formar uma sociedade com novo delineado, foi necessário o empenho na propagação dos bons costumes. Cidadinos e senhores feudais combatiam comportamentos que divergiam dos moldes da cristandade: as heresias¹⁶, que ao lado da pobreza foi classificada por Franco Jr (1989) entre as marginalidades do período das cruzadas. A primeira, ocasionada também pela Reforma Gregoriana, era combatida com vigor pelos cruzados, pois “[...] combater as heresias era para as camadas dirigentes combater um elemento desagregador da sociedade feudal, era preservá-la e portanto preservar-se” (FRANCO JR, 1989, p.22).

Os excluídos da comunidade cristã e, por conseguinte, das estruturas fundamentais da Europa medieval, não eram só os heréticos, mas também os infiéis, ou seja, pessoas que professavam uma fé diferente, e os pagãos. O simples facto de não se aceitar a verdade da ortodoxia cristã era motivo suficiente para se ser considerado diferente e ser excluído (GEREMEK, 1989, p. 247)

Qualquer sujeito que, com seu modo de pensar, pudesse causar divisões entre os cristãos era alvo de perseguições. A segunda categoria marginalizada é a que trata dos pobres. Além daqueles camponeses que não obtiveram êxito ao optarem viver de outro trabalho, muitos outros não conseguiam obter o sustento vindo da terra. Esse crescente aumento de dependentes da terra gerou transtornos, pois nesse sistema senhorial não havia terras para sustentar tantos camponeses e seus respectivos senhores. Sendo assim, esse excedente populacional passou a depender “[...] da caridade alheia, de serviços eventuais ou do crime” (FRANCO JR, 1989, p.22).

Enviar os marginalizados ao Oriente, para o embate nas cruzadas, foi uma alternativa a esse mal-estar social. Franco Jr (1989) cita o comentário do cronista Guilbert de Nogent a respeito da tranquilidade para a França naqueles dias devido ao envio dos chamados marginais. Outro cronista, alemão, também tem suas ideias mencionadas por Franco Jr, o qual afirma que o interesse na participação da Segunda Cruzada ia além do anseio em combater os que eram considerados inimigos do cristianismo. Os desprovidos de posses tiveram as mais diversas intenções, já que muitos, levados pela sua situação precária, encontravam nessas viagens um alívio para sua pobreza. O autor salienta que “Havia ainda os que estavam oprimidos por dívidas para com outros, ou que desejavam fugir do serviço devido aos seus senhores

¹⁶ “O herético é o homem que a Igreja mais detesta porque se encontra, simultaneamente, dentro e fora e ameaça os alicerces ideológicos, institucionais e sociais da religião dominante, a fé, o monopólio religioso e a autoridade da Igreja” (LE GOFF, 1989, p.18).

[...]” (FRANCO JR, 1989, p.23). Alguns estavam ansiosos por vivenciar coisas novas, outros iam em busca de remissão de seus pecados ou então esperando ser castigados por suas desonras. No entanto, não foram somente os camponeses marginalizados que participaram desse controle populacional. Também houve grande participação dos nobres, porque com a conseqüente escassez de terras, os seus segundos filhos acabavam despossuídos – já que o herdeiro dos bens da família era o primogênito – e desta forma viam as cruzadas como fornecedora de senhorios.

É interessante ressaltar que as cruzadas colaboraram para a definição da personalidade do Ocidente Medieval. Nunes (1979) enuncia que em seu bojo ocorreram apropriações culturais de novos saberes que colaboraram para o renascimento cultural e intelectual e que são evidenciadas em todo o método hugoniano. De acordo com Pirenne (1964), a recuperação de territórios que até aquele tempo estavam sob o comando dos mulçumanos e árabes propiciou a aproximação dos cristãos aos conhecimentos da filosofia da Grécia Helenística. Esses saberes foram traduzidos por árabes com algumas contribuições de culturas da Antiguidade como a da Persa e da Índia, até então eram desconhecidos pelos ocidentais do medievo. Entretanto, as peregrinações não podem ser analisadas de maneira isolada, pois ao mesmo tempo em que deram o tom para algumas modificações ocorridas, foram motivadas pela exuberante movimentação social daquele período que retratamos até aqui.

Em paralelo à Reforma Gregoriana, houve um crescente florescimento de atividades intelectuais, “[...] al auge de las escuelas catedralicias, situadas en sus marcos monumentales, y surgidas al cobijo de maestros de prestigio reconocido”¹⁷ (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.11). Aos poucos, o homem medieval compreendeu que o conhecimento era princípio essencial da cultura, e como resultado de um longo despertar, passou a exercitar um pensamento com caráter mais humanista.

¹⁷ “[...] a ascensão das escolas das catedrais, situadas em seus quadros monumentais e que surgiram sob o abrigo de mestres, de prestígio reconhecido” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.11) [Tradução nossa].

2.3.5 O CONHECIMENTO COMO CAMINHO: MONASTÉRIOS, ESCOLAS LAICAS E UNIVERSIDADES.

A Igreja, na Idade Média, era a detentora do saber e por isso a responsável pela instrução daquela sociedade, e assim fazia “[...] em seus espaços, especialmente nos mosteiros¹⁸” (OLIVEIRA, 2012, p.32). Além dos conhecimentos dogmáticos, eram ensinados hábitos de boas maneiras. Hugo de São Vítor, por exemplo, escreveu *De instructione novitiorum*, no qual “[...] regulamenta entre os jovens noviços a disciplina do gesto, da palavra e das maneiras à mesa [...]” (LE GOFF, 2007, p.85). O autor também retrata que

[...] não se deve esquecer que, herdeira da Antiguidade, a Idade Média opôs as boas maneiras dos homens da cidade à grosseria dos costumes dos camponeses. A urbanidade, a polidez (*urbs* é a cidade em latim, *polis* é a cidade em grego) foram opostas a *rus*, a zona rural, centro de rusticidade¹⁹ (LE GOFF, 2007, p.85).

O homem urbano deveria estar munido de comportamentos urbanos: “Sim, os regulamentos de higiene e urbanismo multiplicam-se nas cidades, a partir do século XII. Em Paris, a capital, é sobretudo o rei que toma iniciativas, às vezes sob o pretexto de um caso banal que o tocou pessoalmente” (LE GOFF, 1998, p.113). Estes são traços de uma cultura que estava emergindo, na qual o comportamento polido e a justiça nas tomadas de decisões traziam em seu bojo a esperança de novos tempos. Ao buscar formar o homem urbano, as escolas também eram locais propícios para se ensinar sobre a retórica. Hugo de São Vítor, ao descrever sobre a Ciência da Navegação, além de expor a relação desta atividade com o comércio, assevera sobre a eloquência ser “[...] absurdamente necessária a esta profissão” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro II, Cap.23, p.115). Vemos em *Didascalicon* diversas recomendações sobre este tipo de aprendizado, o que situa a obra neste contexto.

O currículo de ensino no medievo contemplava, primeiro, o ensino da língua latina, a linguagem do saber e do conhecimento deste período (GAMERO, 2008). Esta autora assevera que

¹⁸ Decorrente deste fato, as escolas localizadas em mosteiros são denominadas por Le Goff (2008) como Escolas Monásticas.

¹⁹ [Destaques do autor].

Primero venia el aprendizaje de la lengua y cuando ésta estaba ya mínimamente consolidada se pasaba a la morfología y sintaxis... otros estudiantes, más entrenados en los trazos, se aventuraban al aprendizaje de la escritura. A continuación venía la fase de la oratoria, basada sobre todo en el arte de la disputa. Finalmente estaba el *quadrivium* o aprendizaje en aritmética, música, geometría, astronomía o física²⁰ (GAMERO, 2008, p.254)²¹.

Por sete anos os alunos aprendiam as disciplinas do currículo tradicional (*trivium* e *quadrivium*). Todas estas ciências foram consideradas, por Hugo de São Vítor (2001), essenciais para a formação acadêmica. Elas preparavam o intelecto do sujeito, de maneira introdutória, para a aquisição do conhecimento teológico. Gamero (2008) elucida que para São Vítor, não eram somente os conhecimentos adquiridos que preparavam o aluno, mas também todos os procedimentos e técnicas de ensino, pois, exercitavam as capacidades intelectivas.

As práticas de ensino da abadia de São Vítor lograram lugar de importância entre finais do século XI e início do século XII. Gamero (2008) nos traz que os estudos referentes ao conhecimento teológico tinham grande relevância para esta escola desde quando ela foi fundada por Guillermo de Champaeux até o período em que Hugo a direcionou. Esta autora ainda acrescenta que “A través de los estudios de Teología se realiza una síntesis entre la escuela y el claustro. Los estudios teológicos de Hugo sistematizan los conocimientos sobre la materia y los organizan sirviendo de fundamentos al florecimiento de los estudios teológicos del siglo XIII²²” (GAMERO, 2008, p.255). Em meio a tantas mudanças sociais e econômicas, os estudos realizados por Hugo de São Vítor e a vitalidade intelectual de sua abadia influenciaram a formação de mestres e intelectuais do século seguinte.

Destarte, não são as Escolas Monásticas que ganham força no século XII. Com o comércio entrando cada vez mais na cena citadina e ganhando importância para

²⁰ “Primeiramente estava a aprendizagem da língua, que quando consolidada, evoluía para a morfologia e a sintaxe... outros estudantes, mais treinados nos traços, se aventuravam à aprendizagem da escrita. Na continuação estava a fase da oratória, baseada sobretudo na arte da disputa. Por fim estava o *quadrivium* ou a aprendizagem aritmética, música, geometria, astronomia ou física” (GAMERO, 2008, p.254) [Tradução nossa].

²¹ [Destaques da autora].

²² “Por meio dos estudos de Teologia se realizava uma síntese entre a escola e o claustro. Os estudos teológicos de Hugo sistematizam os conhecimentos sobre a matéria e os organizam servindo de fundamentos ao florescimento dos estudos teológicos do século XIII” (GAMERO, 2008, p.255) [Tradução nossa].

sua manutenção, os mercadores buscavam instruir seus filhos, e dessa forma, os governantes dessas cidades tiveram que se preocupar com a escolarização de tais crianças. A fundação e o desenvolvimento das Escolas Urbanas²³ se iniciam no século XII. Le Goff (2008) explana que isso prosseguiu até meados do século XIII, ocorrendo, em especial, nas cidades onde havia catedral. O autor cita Reims e Chartres e enuncia que “[...] a alfabetização das crianças conhece amplo progresso, sem exclusão das meninas, ainda que esse progresso alcance mais do que uma pequena parte da população” (LE GOFF, 2008, p.57).

Mesmo ainda se tratando de escolas eclesiásticas²⁴, a diferença nesta fase esteve no aumento do acesso dos leigos em tais instituições. Diante de uma necessidade crescente, difundiram-se também as Escolas Laicas²⁵ que se dedicavam ao ensino dos filhos dos burgueses que eram, muitas vezes, impedidos de adentrarem as escolas das abadias. Estas novas escolas ensinavam, além dos valores cristãos, os “[...] hábitos e condutas comuns ao ambiente citadino” (OLIVEIRA, 2012, p.94). Consideramos indissociável a figura da cidade e a da escola, já que a segunda “[...] a la que se le pedirá dar respuestas y explicar las necesidades y demandas de una próspera sociedad cambiante²⁶” (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.4).

A Igreja ajustou-se aos avanços urbanos, e Le Goff (1992) afirma que além da religião, a cultura e a arte obtiveram também feições urbanas. Oliveira (2012) também relata que nesse período houve o surgimento de novas profissões que estavam organizadas, de modo geral, em formato de corporações; cita, inclusive, as que eram exercidas dentro da universidade. Usando o termo “*urbis medieva*”, a autora considera

²³ As Escolas Urbanas são assim denominadas por Le Goff (2008) por localizarem-se nos ambientes citadinos do século XII. Tais escolas eram vinculadas às igrejas e “poderiam ser ‘geograficamente definidas’, ou seja, só havia escolas onde o clero tinha grande força. Por isso, na maioria das vezes as escolas eram chamadas de ‘escolas catedrais’, como é o caso, da escola de Bolonha” (OLIVEIRA, 1999, p.2).

²⁴ Que são vinculadas à igreja.

²⁵ “Em meados do século XII, os conselhos municipais se preocuparam em fundar para os filhos da burguesia escolas que são as primeiras escolas laicas da Europa desde o fim da Antiguidade. Por elas, o ensino deixa de conceder seus benefícios exclusivamente aos noviços dos mosteiros e aos futuros padres das paróquias. O conhecimento da leitura e da escrita, sendo indispensável à prática do comércio, já não é reservado apenas aos membros do clero. O burguês iniciou-se nele bem antes do nobre, porque aquilo que para o nobre não passava de um luxo intelectual era para ele uma necessidade cotidiana [...]” (PIRENNE, 1971 *apud* LE GOFF, 1992, p.196)

²⁶ “[...] é de quem se espera as respostas e explicações para as necessidades e demandas de uma próspera sociedade em mudança” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.4) [Tradução nossa].

as cidades como “centro de saberes de bens culturais” o que clareia também a origem oportuna das Universidades (OLIVEIRA, 2012, p.23).

Com caráter distinto das Escolas Laicas, um ambiente utilizado para investigação de assuntos mais complexos do conhecimento e da pesquisa surge:

É nesse espaço especial, criado em virtude dos embates travados entre os senhores e os habitantes das cidades, artesãos e mercadores, desde o século XI, que surge e se consolida a principal instituição de saberes do Ocidente medieval e, por que não dizer, até os dias atuais, a Universidade (OLIVEIRA, 2012, p.33).

As escolas dos mosteiros, colaborando com a formação do pensamento intelectual do medievo, despontaram condições para que a Universidade se instaurasse.

Não longe da Escola de São Vítor, havia, na Ilha do Rio Sena, uma outra escola, a de Notre-Dame, onde os jovens se encantavam com as argumentações do Mestre Abelardo... Destas escolas nascerá, ao redor de 1200, a Universidade de Paris. Os mestres Hugo e Abelardo brilham, na primeira metade do século XII, entre os maiores luminares da cena cultural de Paris e da Europa. Abelardo é mais exegético e lógico, Hugo é mais místico, filosófico e teológico (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2011, p.12).

A participação das Escolas Monásticas, neste período de transição, foi marcada pelo envolvimento de Hugo de São Vítor e Abelardo, que trouxeram novos direcionamentos ao ensino e estudo, com influências aristotélicas.

O método de ensino e de estudo sugerido em *Didascalicon* valorizou a *lectio* (leitura, meditação, oração, prática e contemplação) (GAMERO, 2008). Isto foi fundamental para o desenvolvimento intelectual daquele povo, que utilizando este caminho conquistaram o início das universidades. Estas, com sua história atrelada à origem das cidades, foram uma resposta à necessidade intelectual daquele tempo. A partir do século XII, “Cuando los límites de la *lectio* fueron insuficientes para el afán de conocimientos de las mentes de los estudiosos de la época, se inauguró... una nueva categoría didáctica, representada en la llamada *quaestio*”²⁷ (GAMERO, 2008, p.255). A autora elucida que com esta nova didática, eles buscavam uma forma mais livre para interpretar os conhecimentos, utilizando (além da fé) a razão.

²⁷ “Quando os limites da *lectio* foram insuficientes para o desejo de conhecimentos das mentes dos estudiosos da época, se inaugurou... uma nova categoria didática, representada na chamada *quaestio*” (GAMERO, 2008, p.255) [Tradução nossa].

Em Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011), vemos que:

El hombre del siglo XII, aunque se autoconquista, madura y se adquiere a sí mismo con la educación moral y el poder de la gracia, se actualiza con la fuerza del entendimiento... Con él se captan las esencias de las cosas, se trasciende la materialidad de lo creado y se accede a la meta y razón última de la cultura: la búsqueda de la verdad o sabiduría²⁸ (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.7)²⁹.

O pensamento predominante no alto medievo esteve mediado pelo conformismo. O homem douto do século XII se diferenciava deste, cultivado na Alta Idade Média. Isto porque o saber erudito foi considerado (pouco a pouco) meio indispensável à melhoria de uma sociedade entusiasmada com a possibilidade de mudanças. As cidades acolheram, em seus espaços, as universidades. A necessária transformação do arranjo social proporcionou o nascimento deste espaço de ensino, que proporcionou o desenvolvimento da urbanidade medieval (OLIVEIRA, 2012).

Esse ambiente urbano gerou em seus contemporâneos um comportamento diferente, que exigia de seus governantes a defesa do bem comum, ou seja “[...] zelar pela vontade da comunidade” (OLIVEIRA, 2012, p.30). Para tanto, anelavam encontrar no estudo da filosofia a formação ética e moral que moldaria os cidadãos aos seus padrões de urbanidade. Esta parece ser uma das motivações sociais que levaram Hugo de São Vítor a descrever seu método. Em sua concepção, ele tratou a leitura como meio para aquisição dos conhecimentos necessários para se instrumentalizar esse ideal de sociedade. Essa autonomia conquistada pelas comunas, intermediadas pelas Cartas de Liberdade, colaboraram com o início da construção da ideia de “[...] público, de coletivo, de governo para o bem comum que até então não existia no seio do medievo” (OLIVEIRA, 2012, p.51).

Le Goff (1979), ao descrever sobre a aceleração urbana de meados do século XI, usa a história da arte e arquitetura como prova exemplar desse acontecimento. Isto porque ambas absorvem e sintetizam a união das três principais esferas que se modificaram nesse período: material, social e espiritual. Para corroborar sua tese, o

²⁸ “O homem do século XII, enquanto se auto conquista, amadurece e adquire a si mesmo com a educação moral e o poder da graça, se atualiza com a força do entendimento... Com ele se captam as essências das coisas, se transcende a materialidade do criado e se ascende à meta e razão última da cultura: a busca da verdade ou sabedoria” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.7) [Tradução nossa].

²⁹ Este trecho faz referência à passagem: “De todas as coisas a serem buscadas, a primeira é a *Sapiência*, na qual reside a forma do bem perfeito” (HUGO DE SÃO VÍTOR, Livro I, Cap.1, p.47).

autor cita Pierre Francastel (1900-1970) e seus estudos relativos à arte do século XI que o fizeram perceber nas construções dos artistas daquele contexto uma nova proposta de edificações das igrejas cristãs. Francastel assevera que as edificações feitas entre 1060 a 1080 mostram melhor a nova tendência arquitetônica que nascia à época (FRANCASTEL, 1973 *apud* LE GOFF, 1979). Como exemplo, cita as igrejas de Saint-Philibert de Tournus e Saint-Etienne de Nevers na França; as de Hirsau e Spira na Alemanha; a de San Isidoro de León na Espanha, entre outras.

Le Goff (1979) defende que mesmo acontecendo na segunda idade feudal o movimento urbanista – inclusive nas edificações –, a economia baseada na agricultura não perdeu sua força. Pelo contrário, o progresso agrário no que diz respeito à quantidade de terras lavradas e colonizadas, e à qualidade do trabalho realizado com a terra (novas técnicas), foram fatores que colaboraram com o êxito de toda essa movimentação. O Ocidente medieval permaneceu “[...] un mundo de la tierra, fuente de toda riqueza y de todo poder³⁰” (LE GOFF, 1979, p.8).

Vemos que “[...] señores y burgueses, ciudades y dominios, cultura monástica y cultura urbana³¹” (LE GOFF, 1979, p.8), ao mesmo tempo que se combatem, se desenvolvem no interior de um mesmo conjunto. O autor é cuidadoso ao abordar as transformações ocorridas entre os séculos XI e XII, e ressalta que o que ocorreu durante esses períodos pode ser considerado com mais precisão como uma aceleração no desenvolvimento da sociedade e suas práticas, do que como ponto de partida.

O que retratamos até agora em nossa análise³² foram situações que fomentaram o que Le Goff considera como impulso para o desenvolvimento do Ocidente. Isto porque trouxe fundamentos materiais para que no século XII se alcançasse o que foi chamado de “renascimento intelectual³³” (LE GOFF, 1979, p.8).

³⁰ “[...] un mundo da terra, fonte de toda riqueza e de todo poder” (LE GOFF, 1979, p.8) [Tradução nossa].

³¹ [...] senhores e burgueses, cidades e domínios, cultura monástica e cultura urbana (Idem) [Tradução nossa].

³² Desenvolvimento da agricultura, o início das cruzadas, as alterações no modo de guerrear e de produzir armamento, o ajuntamento populacional considerado como princípio do movimento citadino, as mudanças na organização social tanto nas atividades econômicas como no papel exercido pela igreja.

³³ “Renascimento intelectual” (Idem) [Tradução nossa].

Esse renascimento pode ser considerado como uma semente plantada nesse período, que floresceu e frutificou no período do Renascimento dos séculos XV e XVI³⁴.

A leitura que *Didascalicon* propõe, conforme apresentou Illich (2002), é o marco inicial de um período em que muito se praticou a denominada “leitura escolástica”. A partir de então o livro, artefato raro tratado como bem material, começou a ser valorizado pelo seu conteúdo e valor intelectual (LE GOFF, 2006). Este pensamento foi conveniente ao ambiente de mudanças existente no século XII. Isto porque os homens deste período, não diferente de outros séculos, ansiavam por melhorias em sua sociedade e tinham o conhecimento como meio de encaminhar o homem à uma vida de retidão. Nesta perspectiva, o sujeito tomaria suas decisões com o auxílio da razão. Sob esta influência, Hugo de São Vítor dissertou nesta obra sobre a possibilidade de o homem alcançar a sapiência por meio do estudo (*lectio*) das ciências teóricas, das doutrinas espirituais e das Artes Mecânicas. Por isto, indicou os pré-requisitos inerentes aos que almejam o saber erudito; os escritos que deveriam ser considerados para a leitura; e por fim, as etapas da leitura que busca a ética (GAMERO, 2008). Na próxima seção, explanamos a respeito da leitura como instrumento de transformação social.

³⁴ “Sob este aspecto, consideramos que essas mudanças, especialmente as ocorridas no âmbito do conhecimento, não devem ser analisadas e consideradas apenas em função do Renascimento e Humanismo dos séculos XV e XVI. Trata-se de um processo mais longo, até porque as mudanças sociais, culturais, políticas, educacionais do século XIII proporcionaram esses dois grandes acontecimentos históricos, assim como nossas origens e tradições” (OLIVEIRA, 2007, p. 115).

3 O MÉTODO DE ESTUDO DE HUGO DE SÃO VÍTOR EM *DIDASCALICON: DE STUDIO LEGENDI*

O Ocidente Medieval entre os séculos XI e XII, enfrentou transformações que permearam aspectos materiais e sociais. As bases estruturais da economia se alteravam; as cidades entraram na cena medieval exibindo um novo modo de organização coletiva; a Igreja iniciou um processo de mudança em seu funcionamento, implicando alterações políticas; e a economia, com suas primeiras características mercadológicas, passou a acompanhar essa urbanização. Diante de tantas alterações em andamento, o conhecimento tornou-se necessário à esta (re) organização social, e uma Revolução Intelectual iniciou-se (ILLICH, 2002). Com grande relevância para a compreensão dessas temáticas, a obra pedagógica *Didascalicon de Studio Legendi*, de Hugo de São Vítor, sugeriu métodos de estudos que buscavam colaborar com a formação do homem medieval. Ela também o tornou um dos principais mentores da pedagogia do século XII (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011). Dentre todos os aspectos relevantes encontrados na obra e em seu autor, esta seção buscou compreender o uso da leitura como meio de desenvolvimento do intelecto humano.

Em um ambiente cada vez mais urbano, a cultura do Ocidente cristão medieval, influenciada pelos saberes Greco-árabes, abriu espaço para novos campos de pesquisas (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011). Hugo de São Vítor escolheu um título sugestivo para um dos seus sete escritos de cunho pedagógico¹: *Didascalicon* (que em Grego significa “coisas concernentes à escola²”), nele concedeu destaque à leitura e inaugurou sua proposta didática. A escolha do termo Grego remete a relevância que as ideias aristotélicas tiveram em sua formação. Illich (2002) acredita que o *incipit*³ dos livros são espaços ricos para observarmos o perfil dos

¹ Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.26) considerou a classificação das obras de Hugo de São Vítor, feitas por Poirel. Entre as sete obras pedagógicas listadas está *Didascalicon de studio legendi*. As outras seis são: *De institutione novitiorum*; *Epitome Dindimi in philosophiam*; *De Grammatica*; *Practica Geometriae*; *Descriptio mappe mundi* e *Chronicon*.

² Tradução de Marchionni (2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.10).

³ “O termo *incipit* deriva do latim *incipere*, que significa começar, iniciar e é usado para indicar a primeira frase de um texto” (FEUDO, 2016, p.70) [Tradução nossa].

autores, e por isto comenta que o que foi usado por São Vítor deixou a intenção educativa da obra: “De todas as coisas a serem buscadas, a primeira é a *Sapiência*⁴, na qual reside a forma do bem perfeito” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.1, p.47). Esta frase inicial, além de remeter-nos a sua formação consolidada em filósofos clássicos, demonstra que o jovem monge assimilou o conceito pleno de cidadania – reflexões da Paideia (ILLICH, 2002, p.17).

Ainda sobre o *incipit* de *Didascalicon*, Illich (2002) aponta indícios da influência de sábios romanos pré-cristãos, como Varrón (116 – 27 a.C), no pensamento de São Vítor. Marco Terencio Varrón, de acordo com o autor supracitado, foi o primeiro mestre da Antiguidade a escrever sobre a habilidade de traçar as letras. Ele também definiu o trabalho do pedagogo como o de um guia que ajuda os estudantes a captarem o bem (*Bonum*) que os levará à sabedoria (*Sapientia*). Esta definição se assemelha com a proposta hugoniana, e a presença dos termos *Sapientia* e *Bonum* em *Didascalicon*, nos trechos como: “*sapientia, in qua perfecti boni forma consistit*”⁵ (ILLICH 2002, p.18)⁶, que relacionam a sabedoria como forma do bem perfeito, comprovam a relação entre as ideias.

Illich (2002) acredita que a influência destes autores romanos na formação de São Vítor foi transmitida por intermédio dos ensinamentos de Santo Agostinho. Hugo de São Vítor viveu em uma comunidade que seguia as regras deste santo, onde leu, releu e copiou os textos de seu mestre. Por isto, seus escritos estão mergulhados nas ideias agostinianas.

A classe em ascensão neste período - a burguesia- refutava o comportamento inerte dos senhores feudais ante às injustiças. Le Goff (1998) argumenta que no movimento de luta pela libertação comunal a injustiça causava, nos pobres e reformadores, mais indignação do que a corrupção. Destarte, os estudiosos deste período cogitavam encontrar no estudo novos ares, já que seus contemporâneos aspiravam por uma nova cultura e por respostas às problemáticas sociais (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011).

⁴ [Destques do autor].

⁵ “Na sabedoria, onde reside a forma do bem perfeito” (ILLICH 2002, p.18) [Tradução nossa].

⁶ [Destques do autor].

O trabalho monástico de copiar mecanicamente os textos remetia à reprodução fiel de tradições e ideias. Em decorrência da movimentação urbana do século XII, a mera repetição do passado não atendia às demandas do homem medieval. A obra de São Vitor demarcou um período de embate entre a fé e a razão. Assim, “[...] elaboró una teoría pedagógica de corte prehumanista de la imagen divina en el hombre, a través de la combinación del conocimiento, la virtud y la gracia divina”⁷ (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.13). Nesta visão humanista, o conhecimento seria o caminho para a formação de um homem sensato e justo. Ler seria indispensável para aquisição dos saberes que levariam a humanidade a este patamar - além de ser inerente ao desenvolvimento das atividades que floresciam naquele tempo e também, meio de acesso à virtude e graça divina.

Por *Didascalicon* ter um caráter educativo inédito ao seu tempo, Illich (2002) o considerou um divisor de águas no saber mundial. Uma vez que transcendeu a mera recopilação de conteúdos (comum entre os monges medievais), esta obra revelou sua intencionalidade pedagógica ao estruturar a educação como saber prático (e não apenas teórico). De maneira metódica, o seu autor apresentou os pré-requisitos necessários ao estudante que busca a sabedoria; quais conteúdos estudar e como eles deveriam ser estudados.

Descrevemos na próxima subseção alguns fatores que tornam esta obra de Hugo de São Vítor, peça fundamental para as práticas pedagógicas do medievo, explicando também porque a Sapiência foi considerada pelo método hugoniano a meta principal do estudo; Na subseção seguinte, retratamos as características que o estudante deve observar ao seguir o método em questão; E, finalizando a seção, percorremos o caminho até a sabedoria pelas vias da leitura, recomendado por São Vítor.

3.1 DIDASCALICON: O DIFERENCIAL DE UM MÉTODO PEDAGÓGICO PARA O MEDIEVO

No século XII, como sabemos, a sociedade organizava-se de modo diferente do que vivenciamos no segundo decênio do século XXI. Com raízes profundas no

⁷ “[...] ele elaborou uma teoria pedagógica com um recorte pré-humanista da imagem divina no homem, por meio da combinação do conhecimento, virtude e da graça divina” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.13) [Tradução nossa].

feudalismo, a economia que até então baseava-se somente na agricultura e contava com atividades artesanais, amadurecia suas relações comerciais e de serviços, características da urbanidade. Até neste período, foram consideradas três ordens sociais estabelecidas pelo bispo Adalbéron de Laon, sendo elas: os clérigos (ligados à espiritualidade), os nobres (que salvaguardavam os territórios) e os servos (trabalhadores, considerados artesãos se lidassem com a terra), sendo estas as que “[...] correspondiam a uma verdadeira especialização entre os homens [...]” naquele tempo (LE GOFF, 2006, p.29). Os monges, que se enquadravam como clérigos, por muitas vezes exerciam todas as ocupações acima citadas, sendo o seu trabalho espiritual apenas mais um dos ofícios a serem exercidos. É dentro deste contexto que o *Didascalicon* de Hugo de São Vítor foi escrito.

Os monges assumiam “[...] momentaneamente a figura de professores, de eruditos, de escritores. Aspecto fugaz, sempre secundário em sua personalidade. Mesmo os que anunciam o intelectual dos séculos futuros não o são ainda eles próprios” (LE GOFF, 2006, p.29). Hugo de São Vítor com sua formação monástica, teve acesso ao conhecimento da leitura e da escrita latina e dentro desta ocupação se dedicou ao ensino e direcionou a escola da Abadia de São Vítor em Paris, onde tornou-se figura importante para o desenvolvimento intelectual do Ocidente Medieval. No período onde o alfabeto ainda não se relacionava com a linguagem falada, *Didascalicon de Studio Legendi* trouxe aos seus contemporâneos conselhos escritos sobre o uso da leitura para alcançar uma vida de retidão. Illich (2002) acredita que ler era para seu autor, uma atividade bem mais moral do que técnica e por isto descreveu o caminho até a sabedoria utilizando a língua escrita mais recorrida naquele período: o latim.

Ler, neste período, era um processo árduo. Dentro dos espaços religiosos, os monges dedicavam-se ao que Gamero (2008) chama de *lectio*. Um exercício que transcendia a mera leitura, era um método pedagógico – inclusive, o utilizado e propagado por São Vítor⁸.

⁸ Sendo a *lectio* um método de ensino, ela exige regras e sequência para sua aplicação. Gamero (2008) destaca as que foram sugeridas por Hugo de São Vítor (2001): “São três regras mais necessárias para a leitura: *primeiro*, saber o que se deve ler antes; *segundo*, em que ordem se deve ler, ou seja, o que ler antes, o que depois; *terceiro*, como se deve ler” (Prefácio, p.45) [Destques da autora].

O latim era cuidadosamente ensinado nos mosteiros medievais em um processo tão metódico, que “Labios y oídos, manos y ojos se unen para moldear la memoria del alumno para las palabras del latín. Ninguna lengua moderna se enseña mediante este intenso uso de señales psicomotoras mnemotécnicas dejadas en la mano y el ojo gracias a la escritura”⁹ (ILLICH, 2002, p.95).

O latim foi (e ainda é) muito importante para a transmissão da cultura medievale e para a preservação da memória deste povo. Mas, por muito tempo, aprender ler e escrever foi assunto para poucas pessoas. Até o período de Hugo de São Vítor, o ensino desta língua só estava disponível em mosteiros e demais espaços da Igreja. É importante entender que desde a queda do Império Romano até então, era costume dos cristãos medievais utilizar o latim para a atividade escrita pois, diferente da língua vernácula, ele possuía alfabeto. De ínfimo valor aos estudiosos deste período, como os discípulos de São Vítor, o latim era ensinado não como “[...] una segunda lengua, muerta o erudita. Se introducían en él como parte esencial del modo de vida monástico¹⁰” (ILLICH, 2002, p.89). A intimidade com esta linguagem era indispensável para a aquisição dos conhecimentos eruditos, o caminho para a elevação intelectual e moral.

Dentro do claustro de um mosteiro, o latim era a principal forma de comunicação (oral e escrita). Illich (2002) esclarece que os discípulos de Hugo de São Vítor foram os últimos medievalistas latinos que consideraram leitura, escrita e latim partes do mesmo todo. Este autor ainda comenta que

La siguiente generación de estudiosos compuso, además de versos latinos, poesía en su lengua vernácula... Para los alumnos de Hugo, la forma de las letras romanas aún tenía un sonido latino. Con sus letras romanas, el latín era claramente una de las tres lenguas sagradas, junto con el hebreo y el griego¹¹ (ILLICH, 2002, p.89).

⁹ “Lábios e ouvidos, mãos e olhos se unem moldando a memória do aluno para as palavras latinas. Nenhuma língua moderna é ensinada por este uso psicomotor intenso de sinais mnemônicos deixados na mão e olhos através da escrita” (ILLICH, 2002, p.95) [Tradução nossa].

¹⁰ “[...] como uma segunda língua, morta ou erudita. Se introduziam nela como parte essencial do modo de vida monástico” (ILLICH, 2002, p.89) [Tradução nossa].

¹¹ “A seguinte geração de estudiosos compôs, além de versos em latim, poesia em sua língua vernácula... Para os alunos de Hugo, as formas das letras romanas ainda tinham um som latino. Com suas letras romanas, o latim era claramente uma das três línguas sagradas, junto com o hebreu e o grego” (ILLICH, 2002, p.89) [Tradução nossa].

Enquanto os alunos do mestre ainda estavam vivos, descobriu-se que a grafia latina poderia registrar também a língua vernácula, e assim outras línguas passaram a ser escritas. As mudanças na sociedade trouxeram novas profissões e estas, pouco a pouco, exigiram que a comunicação escrita fosse utilizada também entre os laicos. Ler e escrever, como vimos, por séculos foi tarefa de monges e eclesiásticos, guardiões da memória medievais.

É preciso considerar que “[...] no medievo o espírito de religiosidade era indispensável ao processo educativo [...]” (OLIVEIRA, 2012, p.202-203). Em razão disso, ensinar a ler e escrever foi pertinente à preservação e transmissão da cultura cristã medieval, e como vimos, era tarefa de monges cristãos. “Assim, pela cópia e leitura dos escritos sagrados as pessoas, no medievo, aprenderam a preservar sua memória e a construir sua história” (OLIVEIRA, 2012, p.202). Esta prática de estudo religioso, foi fundamental para a formação de uma sociedade “[...] na qual a oralidade ia sendo substituída pela escrita” (OLIVEIRA, 2012, p.202). “Todavia, nestes tempos, o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória” (LE GOFF, 1990, p.450). Por consequência, a necessidade que a escrita tem para a preservação da memória (tanto no que diz respeito aos conteúdos aprendidos pelo estudante quanto à memória da história da humanidade) se destacou.

Como não poderia deixar de ser, Hugo de São Vítor embebido do sentimento religioso próprio de seu período, relacionou seu método a um dos três momentos da história humana contados na Bíblia. Os momentos são: o da criação do mundo; em seguida a queda do homem representada pelo primeiro pecado cometido por Adão e Eva; e, por fim, o momento da restauração espiritual do homem (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011). São Vítor acreditou que este último é o mais esperado pela humanidade, e propôs, com seu método de estudos, um caminho para alcançar este reparo.

O meio para a restauração espiritual do homem foi dissertado em *Didascalicon*. Este, aconteceria por intermédio da razão; pela educação da vontade; e, pela Graça Divina representada por Cristo (O Filho de Deus encarnado). Os passos que a obra aponta como caminho para a redenção humana estão fundamentados no ato de ler, e levariam o indivíduo até Cristo, o remédio para a adversidade humana. Isto será tratado no decorrer desta seção. Gamero (2008) explica que a visão antropológica de

São Vítor é decorrente das influências de Santo Agostinho, e que elas são as bases da pedagogia hugoniana.

Hugo de São Vítor dedicou sua vida às regras de claustro da Ordem de Santo Agostinho. Diante disto, suas ideias estavam repletas de religiosidade e, devido a este caráter, seus ensinamentos tratam do estudo como um instrumento de reparo espiritual do homem cristão. Ele considerava que esta dedicação demandava um grande empenho pessoal e em nossas leituras encontramos evidências do quão árduo eram os estudos neste período: “Los estudios que se cursaban en un claustro del siglo XII constituían un reto para el corazón y los sentidos del estudiante incluso más que para su resistencia y su inteligencia [...]”¹² (ILLICH, 2002, p.25). São Vítor presumiu este esforço como condição para que o indivíduo recebesse de seu Criador a chance de reatar a amizade que existiu entre os dois, antes do primeiro pecado cometido por Adão e Eva.

A vida de um estudioso do século XII não se parecia com a de um estudioso de do século XXI, mas “[...] abarcaba la rutina diaria de la vida entera de una persona, su *status* social y su función simbólica [...]”¹³ (ILLICH, 2002, p.25)¹⁴. Esta dedicação ao estudo, feita nos mosteiros deste período, envolvia os atos de ler, copiar e meditar os livros disponíveis, e a aplicação deste trabalho era vista por muitos monges como “[...] obra de penitência que lhes valerá o céu” (LE GOFF, 2006, p.33). Illich (2002) nos clareia que Hugo de São Vítor transcendeu à cópia mecânica, expressando em seus escritos interpretações sobre os escritos que teve contato. À vista disso, tratou a leitura e a escrita como ações diferentes, colaborando com a transição do método de leitura monástico para o escolástico.

As atividades de estudo eram realizadas, como visto, nas escolas das abadias, e eram direcionadas por religiosos que não tinham como função principal lecionar. Isto influenciou consideravelmente as características sociais daquele período e é preciso reconhecer a contribuição desta atividade de ensino religiosa para o desenvolvimento do que hoje conhecemos como Ocidente.

¹² “[...] os estudos feitos em um claustro do século XII constituíam um esforço maior para o coração e os sentidos do estudante do que para sua força e inteligência [...]” (ILLICH, 2002, p.25) [Tradução nossa].

¹³ “[...] se referia à rotina diária de toda a vida de uma pessoa, seu status social e sua função simbólica [...]” (ILLICH, 2002, p.25) [Tradução nossa].

¹⁴ [Destaques do autor].

Pouco a pouco, o ensino eclesiástico começou não ser mais a única opção. Foi concomitante ao aparecimento das cidades que surgiu no século XII “[...] uma atividade de professor e de erudito, em resumo, um intelectual” (LE GOFF, 2006, p.30). Devido à uma demanda econômica e social, este período assistiu as Escolas Monásticas abrirem espaço para alunos que não desenvolveriam atividades eclesiásticas; viu também as Escolas Laicas serem instituídas; e, a Universidade surgir. O trabalho docente que emergia, diferenciava-se do que foi executado por muito tempo pelos monges. Com um caráter inédito, o professor configura-se juntamente com a nova formatação educacional do século XII.

A partir desta movimentação urbana, saber ler e escrever passou a ser ato inerente ao trabalho comercial, desta forma, não mais algo “[...] reservado apenas aos membros do clero. O burguês iniciou-se nele bem antes do nobre, porque aquilo que para o nobre não passava de um luxo intelectual era para ele uma necessidade cotidiana” (LE GOFF, 1992, p.197). Dentro deste espaço, encontrou-se o momento propício para a instituição de escolas, este autor ainda assevera que

A cidade é o mercado. É também a escola. A escola ligada ao mercado. Certamente a escola continua sendo, em grande parte, assunto da Igreja, mas mesmo as escolas religiosas, em contato com a cidade, na cidade, transformam-se profundamente. Entretanto a grande novidade são as escolas para as crianças destinadas a permanecer laicas, digamos, as escolas dos burgueses. [...] ‘Por elas, o ensino deixa de conceder seus benefícios exclusivamente aos noviços dos mosteiros e aos futuros padres das paróquias’ (LE GOFF, 1992, p.197).

As transformações pelas quais o medievo percorreu durante este período, trouxeram um alvorecer intelectual. A construção do ideal intelectual do século XII contou com participação das escolas tradicionais (monásticas, canônicas e episcopais) como a de São Vítor. Contudo, como já apresentamos, estas escolas já não eram suficientes para atender as demandas sociais que emergiam. Dessa forma, “[...] a iniciativa intelectual e científica passa no decorrer do século XII para novas escolas, intimamente ligadas à cidade e de onde saem no fim do século XII, em alguns pontos, as universidades” (LE GOFF, 1992, p.197).

Em *Didascalicon*, Hugo de São Vítor assevera que “[...] a leitura detém o primeiro lugar na instrução, e dela se ocupa este livro, dando as regras do ler” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. p.11). Ivan Illich que se dedicou a análise desta obra, nos esclarece sobre a função do livro neste movimento urbano. Ele aponta que “[...] El

Didascalicon es un libro escrito para principiantes. Proporciona las reglas para progresar ordenadamente [...]”¹⁵ (ILLICH, 2002, p.48). O método sugerido por São Vítor buscava facilitar o aprendizado dos alunos iniciantes. Ele acreditava que, ao organizar os materiais e conteúdos, e utilizar a razão, eles obteriam o conhecimento e o transformariam em Sapiência. Com o uso do intelecto, o comportamento do sujeito deveria ser aperfeiçoado, alcançando a ética e buscando a justiça necessária à organização social.

Dentro deste contexto, as ideias hugonianas apontam para algumas falhas e equívocos a respeito dos que se nomeavam estudiosos em seu período como quando, por exemplo, comenta: “Mas, dado que nem todos possuem este discernimento para entender o que lhes é proveitoso, por esta razão indicarei brevemente ao estudante os escritos que me parecem mais úteis, e depois acrescentarei algo também sobre o modo de aprender [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.3, p.139).

Considerando que nem todos possuem discernimento para elencar as leituras necessárias para seu progresso intelectual, o autor cita três regras necessárias para a leitura. Com suas palavras, afirma que para a leitura ser significativa é necessário “[...] *primeiro*, saber o que se deve ler; *segundo*, em que ordem se deve ler [...]; *terceiro*, como se deve ler [...]”¹⁶ (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Introdução, p.45). Mediante o fato de que para este período do Ocidente medieval os conteúdos de aprendizagem científica estavam intimamente ligados ao cristianismo e seus ensinamentos, no decorrer da obra estão “[...] instruções seja sobre as leituras profanas seja sobre a leitura dos textos sagrados [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Introdução, p.45). Era necessário que os discípulos soubessem como realizar as leituras dos textos sagrados, pois, seria por meio destes conhecimentos que eles se afastariam das paixões carnis que traziam à tona as discórdias e injustiças tão combatidas. Desta forma, indicou a ordem e as leituras a serem realizadas, indicando aos aprendizes o caminho correto até a Sapiência.

O livro é organizado em duas partes com três capítulos cada. Sendo que a primeira, de caráter pedagógico, “dá instruções ao leitor das artes, na segunda ao leitor dos livros divinos”, mostrando “primeiro o que deve ser lido, depois em qual

¹⁵ “O *Didascalicon*, um livro para principiantes, prevê as regras para progresso ordenado” (ILLICH, 2002, p.48) [Tradução nossa].

¹⁶ [Destaques do autor].

ordem e como se deve ler” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Prefácio, p.45). Com esta intenção pedagógica, o autor fez considerações importantes a respeito do comportamento dos aprendizes em relação aos ensinamentos, quando retrata que no período de Pitágoras era costume que durante os sete anos de estudos os discípulos não perguntassem ao mestre sobre o tema ensinado. Deveriam assim, crer nas lições como elas foram ensinadas e por fim, descobririam sozinhos o fundamento dos ensinamentos, quando o professor já tivesse repassado todo o conteúdo à sua turma. Ainda explica que alguns deles decoravam estas lições básicas que se referem às sete ciências principais, e por consequência obtinham resposta às muitas questões adjacentes destes conhecimentos.

Além de observarmos o cuidado destes na análise do que seus mestres ensinavam, percebemos também que havia comprometimento e dedicação aos estudos. Porém, São Vítor alerta: “Parece-me que o estudante não deve tomar menos cuidado em não gastar tempo em estudos inúteis quanto em ficar desinteressado diante de um objetivo bom e útil. É mal fazer o bem com negligência, mas é pior gastar muitas energias inutilmente” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.3, p.139).

O método proposto na obra deixou claro que deve existir equilíbrio e organização nos estudos. E para não confundirem esse empenho com dedicação à “estudos inúteis”, estão elencadas em *Didascalicon* as disciplinas que os estudantes daquele período deveriam aprender. Desta forma tanto o discípulo quanto o mestre, obtinham diretrizes para a erudição oportuna ao seu contexto. Como São Vítor, os estudiosos deste período esperavam que a instrução encaminhasse a sua sociedade à Humanização idealizada pelo Criador e que ela colaborasse com a manutenção dos ofícios emergentes.

Em face do exposto, o autor salienta que as ações humanas podem ser classificadas de duas maneiras. A primeira, se refere às atitudes que reparam no homem a imagem divina que está distorcida nele. A segunda classificação, é sobre as atividades que dizem respeito ao provimento de sua existência. À vista disso, Hugo de São Vítor considera que o ser humano ao mesmo tempo que padece da restauração de sua natureza, é ator deste processo restaurativo (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001). Sendo assim, a responsabilidade de alcançar a conduta reta é individual. Ele também classificou deste modo os conteúdos que tratou: “[...] todo este livro, ao falar das artes, indica quais delas estão ordenadas ao elemento mortal do homem (cuidar das necessidades da vida) e quais ao elemento imortal (reparar em

nós a imagem divina)” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.67). Destarte, considerou os conhecimentos e atividades que reparam a imagem e semelhança divina na humanidade como os únicos que poderiam fazer o indivíduo alcançar a *Sapientia*.

Ressignificar os textos lidos e trazer seus ensinamentos ao cotidiano, fazia parte da formação idealizada ao homem do século XII. A convivência nos espaços urbanos trazia em seu bojo um sentimento coletivo de ordem, onde as vontades individuais deveriam ser deixadas de lado, e a busca pelo bem da comunidade era valiosa. Na cidade, “As duas grandes palavras de ordem são: a paz e a justiça” (LE GOFF, 1998, p.102). Envolvido por este sentimento, o método hugoniano propôs estratégias que buscavam atender à esta questão social. Alguns elementos foram considerados fundamentais para isto: a Sapiência como meta; a Filosofia para organizar as artes (que são degraus até a meta); e a Ciência como caminho até este objetivo (GAMERO, 2008).

3.1.1 A SAPIÊNCIA, A FILOSOFIA E A CIÊNCIA: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA CONCEPÇÃO EDUCATIVA HUGONIANA

Em um ambiente de efervescente transformação, Hugo de São Vítor propôs em sua obra pedagógica *Didascalicon de Studio Legendi* uma metodologia de estudo pautada na leitura e na escrita. Com o uso desta ele considerou possível a elevação intelectual e espiritual do homem. Escrita em meados de 1130¹⁷, a obra tratou de maneira didática sobre formação humana relevante aos seus contemporâneos. Estes, buscavam em uma nova organização econômica a igualdade social que se opunha ao modelo vigente, o feudal. Os intelectuais deste período consideraram o conhecimento como meio de dignificar o comportamento humano. São Vítor pressupunha que ao alcançar a sabedoria, o sujeito se tornaria alguém melhor. “E como é que o homem chega a conhecer esta *Sapiência*? Hugo responde que, tudo começa com o ato de ler, seguido pelo ato de refletir e enfim pelo ato de contemplar (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.11). Trataremos sobre este assunto, na subseção “3.3 Leitura: instrumento para alcançar a Sapiência”.

¹⁷ Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011) esclarece que a primeira aparição da obra, de acordo com Van den Eyden é de antes do ano de 1125, mas que a data mais exata parece ser em meados de 1130.

Marchionni (2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001) em seu trabalho de tradução, destacou a palavra *Sapientia*, utilizada diversas vezes em *Didascalicon*. Conta-nos ainda que, não encontrou melhor termo para utilizar, em português “Sapiência”, pois “sabedoria” não seria vocábulo suficiente para sintetizar o significado desta expressão. Na concepção hugoniana, essa palavra não se refere apenas a “um estágio do conhecimento ou uma sabedoria qualquer” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.10), mas sim à uma Pessoa da Trindade, especificamente O Filho, que seria um elo entre o homem após a sua queda (ou o pecado original), e Deus Pai. Deste modo, considerou a busca pela Sapiência algo tão primordial, que em seus escritos a indicou como meta existencial.

São Vítor instigou seus seguidores a primeiro buscarem a Sapiência, “na qual reside a forma do bem perfeito” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.1, p.47), pois desta maneira exercitariam a amizade com Deus, que é bom e perfeito. Ao encontra-la voltariam à sua forma inicial, à imagem e semelhança Dele. “Los filósofos enseñaron que el objetivo del aprendizaje era la sabiduría como el bien perfecto, y los cristianos aceptan la revelación de que ese bien perfecto consiste en el Verbo de Dios hecho Carne¹⁸” (ILLICH, 2002, p.22). A *Sapientia* advinda do estudo, seria proporcionada por intermédio da segunda pessoa da Trindade, O Filho (ou, o Verbo de Deus feito Carne) que tem sua passagem pela terra marcada por condutas retas e justas. Cristo seria o paradigma de comportamento, a luz que iluminaria os olhos da humanidade.

Este exercício de amizade com Deus se adequa a uma das definições de filosofia apresentadas em *Didascalicon*. Seu autor usou quatro formas para definir a filosofia. Entre elas está à etimologia da palavra. Ele comenta que o primeiro a utilizar o termo foi Pitágoras, que chamou de “filosofia” a atitude de busca pela sabedoria. Ele próprio “[...] preferiu ser chamado ‘filósofo’, enquanto antes se falava simplesmente de *sóphoi*, ou seja, sábios”¹⁹ (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.2, p.51). Em seguida, fez uma descrição entre os termos “filósofo” e “sábio”. Em suas palavras: “[...]”

¹⁸ “Os filósofos ensinaram que o objetivo da aprendizagem era a sabedoria como o bem perfeito, e os cristãos aceitam a revelação de que esse bem perfeito consiste no Verbo de Deus feito Carne” (ILLICH, 2002, p.22) [Tradução nossa].

¹⁹ [Destaques do autor].

a filosofia é, portanto, o amor, a procura, e uma certa amizade para com a *Sapiência*²⁰ (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.2, p.53). E reconhecendo a importância desta distinção, asseverou que

[...] com efeito, é bonito que ele chame os pesquisadores da verdade não sábios, mas amantes da sabedoria, pois a verdade total está tão escondida, que, por mais que a mente arda do seu amor, por mais que se empenhe na sua inquirição, é difícil chegar a entender a verdade como ela realmente é [...] (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.2, p.53).

Conhecer a verdade por completo seria, para nosso autor, presunção. Sob esta perspectiva e para tornar relevante esta menção, antecipamos o atributo que São Vítor considerou necessário ao bom estudante: a Humildade. No decorrer desta seção está exposto três preceitos, que nos levam a compreender que esta virtude é útil para o sujeito reconhecer sua ignorância. Por ora, nos contenta ressaltar a respeito da necessidade de ser humilde de espírito para perceber que todo o conhecimento agregado durante a vida, é mínimo diante do que existe em todo o universo. Gamero (2008) assevera que a habilidade do cristianismo em explicar a criação por intermédio de uma figura divina, excede em muito o conceito helenístico *physis* (usado para designar a evolução da natureza), sendo assim, o nascimento da filosofia é ocasionado pela crescente busca do homem por respostas sobre a origem das coisas, sobretudo a sua.

São Vítor comenta que Pitágoras definiu a filosofia por doutrina do que é verdadeiro e de valor imutável (imutável como Deus). Ela não se refere a bens materiais ou atividades que resultam em produtos palpáveis e que estão sujeitos a mudanças. Por isto, não depende de tecnologias ou matérias primas para alcançar seus fins. Trata-se de um bem subjetivo e intrínseco à alma humana e na interpretação hugoniana “[...] Este amor da *Sapiência* é uma iluminação do espírito inteligente por aquela pura *Sapiência* [...]”²¹ (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.2, p.53).

A respeito da iluminação vinda ao ser humano por intermédio da busca pelo conhecimento ou pelo amor à *Sapientia*, Illich (2002) enriquece nosso estudo quando ressalta que a leitura seria o meio pelo qual a Luz poderia ser restituída ao mundo.

²⁰ [Destaques do autor].

²¹ [Destaques do autor].

Hugo de São Vítor acreditava que “[...] Adán y Eva fueron creados con ojos tan luminosos que podían contemplar constantemente lo que se debe buscar ahora penosamente [...]”²² e que a leitura retira “[...] la sombra y la oscuridad de los ojos de una especie caída [...] es un remedio [...]”²³ (ILLICH, 2002, p.32 - 33).

A luz a ser restituída pela leitura, perdeu-se no momento em que Adão e Eva (no paraíso relatado em Gênesis capítulo 3) cometeram o primeiro pecado, foram expulsos do Éden e colocados em um lugar de trevas. Por consequência “[...] sus ojos perdieron la transparencia y el poder radiante con el que habían sido creados, y que todavía se adecua a la naturaleza y el deseo humanos [...]”²⁴ (ILLICH, 2002, p.33). Esta busca pelo sentido espiritual dos estudos na qual permeia os conteúdos da obra, é própria do período e também, interpretada como o remédio sugerido por Hugo de São Vítor para remover a escuridão dos olhos do homem. A necessidade de melhorar a ação humana está posta ao homem medieval, que buscou o conhecimento não apenas para organizar a economia de sua sociedade e sim, para a formação integral do homem. Este, refuta injustiças e preza pelo bem comum, aspectos que poderiam ser alcançados por meio da amizade com Deus.

São Vítor ressalta que, a busca pela Sapiência seria a busca pela verdade, uma maneira de aproximar o ser humano do seu Criador. Esta possibilidade seria a terceira ocasião da história humana. Além de ser um dos temas fundamentais da obra, também é considerado, a solução para o que ocorreu no relacionamento entre Criador e criatura no Éden (quando o homem passou a não ser digno da amizade Divina). Além desta função vertical (homem e Deus), este intento fomentaria no homem uma espécie de autoconhecimento em um exercício de introspecção rumo à “[...] amizade com a divindade [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.2, p.53), intento este que ocorre por intermédio da Graça Divina (ou favor Divino não merecido). Em suas palavras, “[...] a procura da *Sapiência*²⁵ é uma amizade com a divindade e com a sua mente pura. E esta Sapiência transfere para todo tipo de almas o primor de sua

²² “[...] Adão e Eva foram criados com olhos tão luminosos que podiam contemplar constantemente o que se deve buscar agora, penosamente [...]” (ILLICH, 2002, p.32 - 33) [Tradução nossa].

²³ “[...] a sombra e a escuridão dos olhos de uma espécie caída [...] é um remédio [...]” (Idem) [Tradução nossa].

²⁴ “[...] Seus olhos perderam a transparência e o poder radiante com que foram criados, e que todavia se adequa a natureza e o desejo humanos [...]” (Ibidem, p.33) [Tradução nossa].

²⁵ [Destques do autor].

divindade e as traz de volta para a sua própria força e pureza natural [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.2, p.53).

Se o homem enquanto está circunstanciado pelo pecado encontra-se na escuridão e confuso, a Mente Divina, por intermédio da Graça o ilumina. Enquanto busca a Sapiência, ele é levado de volta à dimensão original. Este é o momento em que o homem encontra a ação Divina que o faz recuperar a sua semelhança e integridade, já que a debilidade da razão e a ignorância foi uma das penas dadas após a queda²⁶.

Nas entrelinhas do que foi proposto na obra hugoniana que analisamos, percebemos a germinação de um pensamento que no século XIII foi defendido por Santo Tomás de Aquino. O dominicano defendeu a ideia de o homem ser “[...] sujeito singular pelo seu pensar e agir [...] o único ser responsável pelos seus atos” (OLIVEIRA, 2012, p.101). O uso do intelecto traria uma saída ao caos social, pois o homem que tem a imagem Divina recuperada em si é bom e virtuoso, e suas escolhas apontam para o bem comum.

Este pensamento, com influências aristotélicas, foi oportuno à organização urbana. A vida cidadina trouxe consigo a ideia revolucionária de que os homens “[...] são iguais no direito”, remetendo assim a responsabilidade destes pelo cumprimento do ideal (LE GOFF, 1998, p.91)²⁷. A vontade individual, para Aristóteles, deve ser guiada pelo uso apropriado da virtude. Ele esclarece que as decisões são controladas pela sensação, razão e pelo desejo. Considerando a sensação algo que não pode ser utilizado como parâmetro para as escolhas, a ideia aristotélica nos traz que “[...] tanto deve ser verdadeiro o raciocínio como reto o desejo para que a escolha seja acertada [...]” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VI, Cap.2, p.142). Portanto, racionalizar os desejos seria o meio ideal para o homem trilhar seu caminho de modo digno.

A composição da alma é advento da Bondade Divina transferida ao homem e a todo o mundo no momento da criação. Hugo de São Vítor (2015, Livro I, Cap.1, p.24)

²⁶ O castigo dado ao homem, devido ao primeiro pecado, foi seguido de três penas: “a primeira é a morte do corpo, a seguinte é a concupiscência da carne e a última é a ignorância da mente ou debilitamento da razão” que “longe de diminuir iriam aumentando, a não ser que de algum modo fosse livrado mediante a graça” (RUIZ, 1996, p.288) [Tradução nossa].

²⁷ “A cidade, ou mais exatamente as pessoas que a encarnam, isto é, os burgueses, aqueles que têm o direito de burguesia, é uma sociedade de iguais e isso é uma revolução”. Entretanto, “A sociedade ‘burguesa’ é, ela também, vivamente desigual: os grandes contra os pequenos (os miúdos), os ricos contra os pobres, mas o modelo teórico burguês inicial é aquele dos homens iguais no direito” (LE GOFF, 1998, p.91).

nos mostra que é por ser a “alma racional [...] composta por todas as formas”, que somos “capazes de compreender todas as coisas”. O espírito também é semelhante a todas as coisas do universo, como o próprio assevera citando Pitágoras: “os semelhantes são compreendidos por meio de outros semelhantes” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2015, Livro I, Cap.1, p.24). É assim que nos formamos e percebemos que somos seres superiores, criados conforme a imagem e semelhança de Deus.

Buscar a *Sapientia*, como São Vítor sugere, além de ser uma forma de reconexão vertical, é também a maneira de reconhecer o motivo especial de sua existência. “[...] ao iluminar o homem, a sabedoria faz com que ele conheça a si mesmo, de modo que, conhecendo-se, deixe de pensar ser apenas algo semelhante a todas as outras coisas criadas, notando que de fato foi criado como ser superior” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2015. Livro I, Cap.1, p.23). Além de criatura, o homem é um ser superior que obteve a dádiva de ser feito conforme a imagem e semelhança de seu Criador. O vitorino, conforme Marchionni (2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001) incentivava nos seus seguidores o interesse pela leitura e pelo saber, pois para ele “[...] estudar, lendo, significa conhecer a *Sapiência*. Por isso, a filosofia, que começa com a leitura, nada mais é que um exercício de amizade com Deus” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. p.11). Em função disto, ainda comenta que para o mestre:

[...] A *Sapiência* é a forma do bem perfeito. Ela é, antes de tudo, a forma do próprio Deus, que é bom e perfeito. Em segundo lugar, é a forma do mundo. O mundo e o homem estiveram dentro daquela forma e foram moldados por ela antes de serem criados, como a massa de areia e cimento é posta numa fôrma ou molde antes de transpô-la para a prancheta. Como forma causal que cria o mundo, esta forma transfere a sua bondade perfeita para todo o universo. O mundo é bom. O homem é, originariamente, bom²⁸ (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.11).

A leitura e a escrita, seriam o meio para aquisição dos conhecimentos filosóficos que levariam o homem a retomar o seu relacionamento com Deus. Demonstrando a influência obtida por meio de leituras aristotélicas, São Vítor considerou que este relacionamento proporcionaria o encontro do ser humano com sua essência original, que para ele é a Bondade Divina projetada no momento da criação. Nos comentários feitos por Marchionni (2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR,

²⁸ [Destaques do autor].

2001) como notas de rodapé, encontramos algumas considerações sobre o ato de filosofar. Ele compreende que para São Vítor, esta ação seria

[...] um ato do homem, mas é também um ato de Deus. O homem olha para a *Sapiência* e recupera a sua semelhança com Ela, a *Sapiência* ilumina o homem e recupera a integridade divina que tinha infundido nele, o chamando-o para si. Deus ganha e o homem ganha. Por isso, a filosofia é um exercício de amizade entre a mente humana e a *Sapiência*²⁹ (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.3, p.53 – rodapé).

Esta Sapiência relatada como a manifestação do bem perfeito e original ao ser humano e de toda a criação, se refere ao relacionamento do homem consigo e com os demais seres existentes em seu meio antes de sua queda, quando seu relacionamento com o Criador ainda estava intacto. Este funcionamento original da humanidade revela o efeito da Bondade Divina no ato da gênese, relatado no primeiro capítulo do livro bíblico de Gênesis, quando a bondade perfeita e divina é transferida ao universo. Por consequência ao pecado cometido por Adão e Eva, houve-se prejuízos não apenas para a amizade entre o homem e seu Criador, mas a todo o funcionamento da criação.

São Vítor acredita que o espírito humano esquece ou passa a desconhecer sua composição, acreditando mais no que é visível e material. Isto é devido à distração causada pelas paixões e desejos carnis, que o afasta de sua natureza e dignidade, planejada pelo Criador no ato da criação, natureza que é “[...] constituída pela semelhança com a *Sapiência*³⁰ [...]” em suas palavras “O espírito, de fato, quando é adormecido sob o efeito das paixões corporais e arrastado para fora de si por obra das formas sensíveis, esquece o que ele foi, e, não lembrando de ter sido outra coisa, se acha como sendo apenas aquilo que ele parece ser” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.1, p.51).

A maneira de reconquistar a estrutura espiritual original ao homem, seria por meio do estudo (*lectio*) e utilização da doutrina. Pela filosofia o homem seria capaz de recuperar “sua pureza e força originária” o que garantiria os principais objetivos do filosofar, que são: “a verdade nos pensamentos e a ética nos atos” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.3, p.53). Este recurso possibilitaria conhecer a verdadeira natureza humana, tornando-se desnecessária a busca externa daquilo que pode ser

²⁹ [Destques do autor].

³⁰ [Destques do autor].

encontrado na essência do existir, já que para o autor, a capacidade existencial natural da alma humana é algo que não depende de condições externas. Isto posto, ler e meditar sobre o que leu, é um modo de o homem examinar a si mesmo. Assim compreendemos o que Marchionni (2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001) comenta: “Em vão – diz Hugo – o homem procura conhecer fora de si aquilo que é. Basta olhar para dentro de si, descobrindo em si os traços da *Sapiência*, da mesma forma que o filho se autoconhece descobrindo em si a fôrma genética do seu genitor” (MARCHIONNI, 2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.11).

Hugo de São Vítor sugeriu em seu método a leitura e meditação como meio de alcançar essa essência original do homem. A sabedoria foi retratada até aqui como manifestação Divina no homem. Implícito à necessidade de se ter a sabedoria como solução, estavam as necessidades postas aos homens do século XII. Vimos na seção um, que este foi um período com muitas mudanças no Ocidente Medieval. Uma nova organização social se instalou exigindo novas dimensões de pensamento. Em *Didascalicon* vemos os saberes tradicionais tratados de modo peculiar. De modo otimista, ele compreendeu que o uso do intelecto para alcançar a sabedoria era uma necessidade social, e alcança-la estava além das circunstâncias materiais, tratava-se da busca pelo bem comum. Além de ser uma decisão pelo esforço pessoal na erudição, era a busca humana pela capacidade natural da benevolência.

Formar o ser humano que faz e procura o bem coletivo, parece ser também para São Vítor, a meta de organização da comunidade: “[...] a cidade recupera também o ideal antigo do bem comum, mas o adapta às novas condições” (LE GOFF, 1998, p.91). Isto deve-se ao fato das ideias aristotélicas estarem se difundindo entre ilustres e clérigos. Para alcançar o objetivo proposto, *Didascalicon* tratou da Filosofia enquanto organizadora das artes (que para ele deveriam ser estudadas, pois são condição para chegar à sabedoria) e, também da Ciência, como o caminho até a sua meta.

Neste momento, buscamos entender sobre as questões da filosofia, que além de ser considerada por Hugo de São Vítor como “[...] o amor e a procura da *Sapiência*³¹ [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.4, p.59), é também a responsável pelos assuntos teóricos das artes. Comentamos que a filosofia surgiu a partir da necessidade do homem em encontrar respostas para a origem das coisas.

³¹ [Destques do autor].

Diante desta condição, acreditou-se que filosofar tem a função de expressar e sustentar a totalidade dos conhecimentos que podem ser adquiridos, além de considerá-la um objeto de ensino e aprendizado (GAMERO, 2008).

Posto que o estudo foi tratado em *Didascalicon* como meio de sobrevivência terrena e, como cultivo da vida espiritual, entendemos que São Vítor considerou a filosofia essencial para o homem. Por isto, dividiu a filosofia em: teórica, prática, mecânica e lógica. A primeira ramificação tem caráter especulativo; a segunda (que também pode ser chamada de ética ou moral) consiste na boa ação; a terceira trata-se dos trabalhos humanos; e a última – ou ciência dos discursos - diz respeito à palavra e seu uso (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001).

Essas quatro ramificações da filosofia, englobariam todas as outras menores. Na obra, elas foram definidas como: “[...] 1) a teórica, que trata da investigação da verdade, 2) a prática, que estuda a disciplina dos costumes, 3) a mecânica, que ordena as ações desta vida, e enfim 4) a lógica, que ensina a falar corretamente e a disputar agudamente” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.11, p.79). Partindo do pressuposto das ideias aristotélicas, as ações não podem ser conduzidas pelas sensações: “[...] a sensação não é princípio de nenhuma ação: bem o mostra o fato de os animais inferiores possuírem sensação, mas não participarem da ação” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VI, cap.2. p.142). Para Hugo de São Vítor, a forma de o homem não se deixar dominar pelas coisas sensíveis (e em consequência pelas paixões carnis), seria por seu esforço e disciplina e para isto, deveria usar a razão (o que o torna superior entre toda a Criação).

A razão com o uso da Filosofia prática, mecânica e lógica, orientaria a sua conduta. Estas três ramificações filosóficas juntas, parecem possuir “[...] uma espécie de aparato que proporciona ao homem uma base disciplinar que vai desde a manutenção e preservação de seu corpo, sua postura perante a família e a sociedade, o desenvolvimento do trabalho e o bom uso da palavra” (ATHAYDE, 2007, p.3). Sendo assim a razão orientando a ação do homem na aquisição dos conhecimentos filosóficos (por meio da leitura), o prepararia para uma vida de virtudes, proporcionando melhorias em sua sociedade. Em seguida, o sujeito estaria apto a receber o conhecimento da ciência teórica, que o conduziria ao saber divino e à doce Sapiência (ATHAYDE, 2007).

Hugo de São Vítor, conforme Marchionni (2001 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p.59 – nota de rodapé) diz, é quem considera pela primeira vez na história “[...]”

o trabalho humano como parte da filosofia [...]”, isto por entender que tudo que é elaborado pelas mãos do homem, “[...] com os olhos voltados para os modelos divinos [...]”, é resultado do relacionamento entre o Homem e Deus, e com a Natureza Divina existente na essência humana. Sendo assim, os trabalhos humanos nada mais são do que uma espécie de imitação da natureza. Desta mesma forma, não apenas os conhecimentos sobre a natureza e os costumes são considerados para a Filosofia nos pressupostos hugonianos, mas também todos os atos humanos ou seus desejos (GAMERO, 2008).

“[...] en el esquema hugoniano engloba tanto lo teórico y especulativo como la mecánica y la lógica [...]”³² (GAMERO, 2008, p.189). Assim, São Vítor deixa evidente que todos os saberes (das ciências principais) são necessários ao homem, mas somente a ciência teórica (somada às outras três) seria a responsável por levar o sujeito até a *Sapientia*.

Se a Sapiência é a moderadora das atitudes do homem, ela o torna diferente dos demais seres criados, pois a natureza destes, oposta à do ser humano, “[...] não é regida por nenhum juízo da razão” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.4, p.57). São Vítor continua:

[...] afirmamos que propriamente pertencem à filosofia não somente aqueles estudos nos quais se discute ou a natureza das coisas ou a disciplina dos costumes, mas também as razões de todos os atos e esforços humanos [...] a filosofia é a disciplina que investiga exhaustivamente as razões de todas as coisas humanas e divinas (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.4, p.59).

Com a moderação proporcionada pelas capacidades intelectivas, o homem alcança a reflexão sobre suas ações e de seus semelhantes. Partindo deste pressuposto, o homem guiado pela Sapiência deve ter ações que acaltem o sofrimento terreno causado pelo desequilíbrio humano desde o pecado original. Esta instabilidade é tratada por ele como causadora de toda escolha maldosa e corrupta da humanidade, e gera dissabor não somente às suas vítimas, mas também naqueles que as praticam. O autor acredita que no íntimo de cada ser humano existe o bem e o mal, sendo o primeiro a natureza inerente a ele, planejada por Deus, que deve ser reestabelecido pelo empenho pessoal. O segundo, é tratado como depravação da essência do homem e que deve “[...] ser extirpado pela raiz [...]” ou pelo menos “[...]”

³² “[...] no esquema hugoniano engloba-se tanto o teórico e especulativo quanto a mecânica e a lógica [...]” (GAMERO, 2008, p.189) [Tradução nossa].

reprimido com a aplicação de um remédio [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.5, p.61). O remédio, como já comentado, pode ser encontrado por meio da *lectio*, na busca pela sabedoria. Na perspectiva de São Vítor sobre as ciências, a Sapiência é acima de tudo encontrada no exercício de investigação sobre a verdade, ou seja, por meio da ciência teórica.

Ressalta-se ainda na obra, a importância do bom estudo para o desenvolvimento espiritual do homem, e acredita-se na possibilidade de redenção por meio da busca pela Sapiência. Nela, lemos que “Somos reerguidos pelo estudo, para que conheçamos a nossa natureza [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.1, p.51). Para isto, o autor sugeriu ser necessário estudar não somente sobre o que é mutável (passageiro), mas também aprender sobre conceitos imutáveis (sagrados, eternos). E no decorrer de toda a obra *Didascalicon*, entende-se que as ciências estão relacionadas com a capacidade humana de adquirir sabedoria, proporcionada pela essência do Eterno existente dentro da alma do homem desde a sua criação. Esta habilidade é o que torna o homem imagem e semelhança Divina, e por isto, não seria necessário “[...] procurar fora de nós aquilo que podemos encontrar dentro de nós” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro I, Cap.1, p.51).

O termo ciência, de acordo com Gamero (2008), é utilizado por São Vítor em dois sentidos: para referir-se às disciplinas (ou artes) de estudo e, para fazer alusão aos conhecimentos obtidos (ao que se tem ciência). A ciência, sob qualquer destas perspectivas, é considerada para São Vítor como mecanismo da restauração do relacionamento entre Deus e o homem. Ela não é um instrumento voltado apenas para munir a humanidade de conhecimentos, mas sim, para formar “[...] cristãos cujas vidas giren verdadeiramente hacia Dios [...]”³³ (GAMERO, 2008, p.192).

Ainda que permeado de espiritualidade, nota-se que no método hugoniano não há desprezo pelo conhecimento científico, pelo contrário, ele é o considerado como requisito fundamental para a vida cristã, desde que a busca seja feita com a devida intenção. Observando como ele demonstrou, em seus escritos, apreciação aos que se dedicam à erudição, discorremos a seguir sobre as qualidades fundamentais para o uso deste método.

³³ “[...] cristãos cujas vidas verdadeiramente voltem-se a Deus [...]” (GAMERO, 2008, p.192) [Tradução nossa].

3.2 CONDIÇÕES PRELIMINARES PARA O ESTUDO: RUMO À SAPIÊNCIA

Entendemos que Hugo de São Vítor preocupou-se com a formação humana, pois segundo Gamero (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011) os estudiosos do século XII sentiam-se maiores do que seus anteriores e entendiam-se com a missão de modificar o homem, substituindo a rude ignorância intelectual de sua alma, que era considerada a causa da “desfiguración de la imagen de Dios³⁴” (2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.29). Além dos clérigos, alguns outros homens instruídos colaboraram com este ideal. Estes eram docentes de gramática e retórica, advogados, juízes e notários. Deram fisionomia à cidade medieva e são considerados intelectuais do crescimento urbano por exercerem seus conhecimentos da escritura, direito, artes liberais e mecânicas (LE GOFF, 2006).

Para São Vítor, a condição espiritual em que a humanidade se encontra trouxe consequências ao funcionamento social, pois distante da imagem divina o ser humano apresenta comportamentos que geram injustiças sociais. No período em que ele viveu, muitas lutas aconteceram em prol da liberdade dos camponeses, e as atitudes arbitrárias dos senhores feudais começaram a ser rechaçadas. Todos deveriam ser livres, para que a cidade se organizasse. E para este novo modo de organização, era necessário que o homem do medievo apresentasse uma nova conduta, e em liberdade, cada um se responsabilizasse pelos seus atos.

Em *Didascalicon*, Hugo de São Vítor valorizou a reflexão que o conhecimento suscita no ser humano. Ele entendia que “[...] quanto mais se conhece e se instrui, mais o homem se disciplina, entende as regras estabelecidas, compreende-se como homem e entende a necessidade dos valores humanos” (PERIN; SANTIAGO, 2016, p.108). A obra dedicou-se a explicar o significado de muitas coisas. Tratou, com ênfase, sobre a Sapiência e a respeito do que o próprio autor acreditava ser um bom método de estudo.

São Vítor acreditou, também, que seu método levaria o indivíduo ao conhecimento amplo de si mesmo e de seu Criador e assim, eles tornariam-se amigos. Mas acima de tudo, entendeu que essa maneira de estudar formaria seres humanos

³⁴ “Desfiguração da Imagem de Deus” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SAN VÍCTOR, 2011, p.29) [Tradução nossa].

sábios. Quanto a esta possibilidade, as ideias hugonianas deixaram claro que, o anseio do sujeito por esta aquisição seria um pré-requisito. Este pensamento foi imprescindível ao florescimento dos clérigos³⁵ que, posteriormente, foram chamados intelectuais.

Posterior às ideias de Hugo de São Vítor, se tornaram conhecidas as ideias de Santo Tomás de Aquino. Este, defendeu a ideia de que “[...] o que diferencia os homens dos demais elementos da natureza é a sua capacidade de pensar, de usar seu intelecto cognitivo” (OLIVEIRA, 2012, p.101). A inteligência, por isto, deveria ser usada para melhorar a humanidade e, auxilia-la na busca do bem comum. Apenas o conhecimento não levaria o homem à sabedoria. Alcança-la seria intento daqueles que neste processo de aprendizado, alcançassem a sua natureza original (à imagem do seu Criador) e isto remete à um perfil comportamental moderado pela Sapiência. O comportamento equilibrado e a escolha pelo caminho da virtude, seriam atitudes tomadas com uso da razão. Desta maneira o homem esclarecido deveria recorrer à memória para: encontrar em si a bondade concedida pelo Criador no momento da criação; e, encontrar na história recursos que o auxiliem em suas decisões.

A inabilidade em manter hábitos de estudos eficazes foi considerado um problema de cunho pedagógico, mas que surtia efeitos sociais. Isto foi tratado por Hugo de São Vítor como motivo pelo qual era possível encontrar em sua época “[...] muitos estudantes, mas poucos sábios” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.3, p.139). No desenvolver da obra *Didascalicon* vários assuntos foram abordados mais de uma vez. Acredita-se que esta característica repetitiva dos escritos faz parte do método hugoniano, que se dedicou em garantir que o leitor compreenda as temáticas tratadas.

Uma das características pedagógicas do método de estudo de São Vítor foi a de iniciar as leituras por assuntos simples, para gradativamente atingir os mais complexos. Por isto, sugeriu uma divisão quadripartida dos saberes filosóficos: “Nestas quatro partes da filosofia deve ser observada esta ordem no ensino: primeiro seja posta a lógica, em segundo lugar a ética, em terceiro lugar a teórica, em quarto lugar a mecânica” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, Apêndice A, p.267). Comparando o ato de estudar com a construção de um prédio, aponta que os estudos e leituras

³⁵ “A palavra do original, *clero*, tem em francês, além do sentido de membro do clero, o de sábio, erudito, intelectual, o que não acontece com ‘clérigo’ em português (CASTRO, 2006 *apud* LE GOFF, 2006, p.23).

deveriam se iniciar por conteúdos das ciências que atendam às necessidades cotidianas do homem: a lógica – tratando da eloquência; e em seguida a ética - considerada como meio de estudo da virtude e, com a qual os olhos do coração seriam purificados e preparados para a investigação da verdade. Estes seriam o fundamento para a construção do saber.

Estando a memória fortificada e o intelecto exercitado, entraria em cena os conteúdos Sagrados (que estão na ciência teórica juntamente com a matemática e a física): “A teologia trata das substâncias invisíveis, a física das causas invisíveis das coisas visíveis, a matemática das formas invisíveis das coisas visíveis” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, Apêndice A, p.267). Finalmente, adquirindo estes conhecimentos, os quais ele acreditava pertencer ao mundo do “Artífice supralunar” (Divino), o estudante estaria preparado para aprender as Artes Mecânicas, “[...] que por si é totalmente ineficaz, se não se apóia nas razões das precedentes” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, Apêndice A, p.267). Estas foram inseridas no currículo de estudo medievo por Hugo de São Vítor e foram consideradas por ele ciências (como mencionado anteriormente, ciência da lã, ciência do armamento...) assim, como a lógica e a prática.

Não dificultando o ensino e buscando reduzir os hábitos ineficazes de estudo, alguns critérios para alcançar a plenitude da Sabedoria vinda do Pai foram sugeridos. Eles são: a natureza, que seriam as capacidades naturais do estudante; o exercício (educação dos sentidos naturais); e por fim, a disciplina composta pelos bons costumes que favorecem o conhecimento. Desta forma, nos parágrafos seguintes buscamos entender sobre essas características necessárias para alcançar a disciplina nos estudos e, por conseguinte, o sucesso na busca pela Sapiência.

Para o discípulo ter êxito nas atividades de estudo, é primordial que ele use suas qualidades naturais, e o intelecto é uma delas. Todo ser humano, é dotado de inteligência e é isto que o torna diferente dos demais seres criados. Contudo, na introdução da obra o autor comenta sobre as pessoas que apresentam debilidade para resolução de assuntos simples, o que ele chama de “[...] insuficiente força intelectual” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Introdução, p.17). São Vítor explica que tais pessoas, podem seguir dois caminhos: o primeiro refere-se ao daqueles que mesmo sabendo de suas limitações, lutam para adquirir o conhecimento com tanta obstinação “que merecem obter, por obra da vontade, aquilo que não obteriam pela eficácia do estudo em si” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Prefácio, p.43); O segundo caminho, é o

daqueles que entendendo suas dificuldades em compreender os saberes elevados, desprezam também os assuntos menores e se afastam do aprendizado integral. E ele continua “Não saber e não querer saber são de longe duas coisas bem diversas [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Prefácio, p.43).

A memória também está elencada, junto com a inteligência, como dom necessário ao estudo. O autor discorre sobre o assunto dizendo que estas características “[...] estão tão conexas que, se uma faltar, a outra não pode conduzir ninguém para a perfeição [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.7, p.147) já que é a inteligência que conquista a sabedoria e a memória é quem a perpetua. Le Goff (1990) aponta que o período em que *Didascalicon* foi escrito, a oralidade estava ao lado da escrita e a memória era um dos elementos principais do que se constituía a literatura medieva. Isto também pela necessidade de localizar trechos em manuscritos não paginados.

Deste modo, memória e inteligência deveriam ser desenvolvidas simultaneamente, pois estão presentes, de maneira interligada, em todo o processo de estudo. A proposta hugoniana evidencia o treino da memória: “Es necesario no sólo poseer la memoria que retenga lo aprendido sino desarrollarla para poder extraer de ella la información precisa en el momento necesario³⁶” (GAMERO, 2008, p.242). Complementa-se que “[...] a memória não é uma qualidade inata ao homem” (OLIVEIRA, 2007, p.128), mas sim algo que ele aprende a usar com suas capacidades intelectuais. O engenho, desta maneira, é algo que nasce no homem por obra da natureza. Ele pode ser aperfeiçoado se for usado com moderação e piorado com o uso excessivo.

Se para aprender algo é necessário o uso da memória, logo o esforço pessoal é indispensável para se recordar a sequência dos fatos lidos. Desta forma, acontecem as associações e elas facilitam o aprendizado. Para este exercício de memória e inteligência, o mestre destacou a importância de se recorrer à *lectio* e sugeriu uma ordem para as leituras. Estas partem dos conteúdos simples e pouco a pouco aumentam seu grau de complexidade.

Ainda nos referindo às qualidades naturais que são essenciais para o desempenho dos estudos, encontramos mencionadas em *Didascalicon* as

³⁶ “A importância da memória está para além da retenção dos conteúdos aprendidos, seu uso deve ser desenvolvido ao ponto de se extrair dela a informação certa no momento necessário” (GAMERO, 2008, p.242) [Tradução nossa].

características daqueles que não possuem a virtude de “[...] educar a capacidade natural por meio de exercícios e de instrução [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Prefácio, p.43). Esta virtude, não sendo natural ao sujeito, pode ser adquirida por meio da vontade. As pessoas que não se empenham em educar seu intelecto, para o mestre, desprezam seu potencial e não recebem nenhum tipo de “[...] fruto da sabedoria nem os juros das boas obras [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Prefácio, p.43). Desta forma, pouco serve ter o pré-requisito do engenho se falta ao sujeito o anseio em dedicar-se ao estudo. Este comportamento se encaixa com o que o mestre descreveu como inabilidade em tomar decisões saudáveis. Sobre isto, nos seus escritos ele fez menção a hábitos peculiares ao bom estudante: o exercício e a disciplina. Ao utilizar o ato de ler e escrever para exercitar tais hábitos, o sujeito encontraria o trajeto para seu crescimento e aperfeiçoamento espiritual.

Entre os hábitos inerentes ao bom estudo, está: a análise minuciosa, a dedicação à pesquisa e o exílio. Estes estão a cargo do que Hugo de São Vítor chamou de exercício. E mesmo parecendo serem as mesmas coisas, ele explica que a “análise minuciosa” e a “pesquisa” se diferem no fato de que a segunda, “[...] indica mais a aplicação ao trabalho, enquanto a análise minuciosa indica a aplicação à meditação” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.17, p.165). Diante disto, compreendemos o exercício não somente como um ato físico, mas também mental e espiritual.

Na perspectiva hugoniana, pesquisar exige hábitos responsáveis de leitura e o emprego correto das forças para a análise detalhada do que se lê, e faz o sujeito atingir um nível de compreensão elevado. A leitura e a meditação que foram propostas em *Didascalicon*, esmerou-se por não limitar o indivíduo à uma atividade esvaziada. Pelo contrário, sugeriu que o seu uso, para exercitar a sensibilidade intelectual, seria o caminho para formar o homem idealizado por ele: aquele que utiliza sua vida em busca de conhecimentos que torne sua existência e a de sua comunidade virtuosa.

Dentro deste aspecto não concreto, encontramos dicas para se exercitar o ânimo, implícitas nas práticas de exílio. Expatriar-se tanto no que diz respeito à posição geográfica como de posses, sentimentos ou qualquer outra forma de abrigo, seria uma maneira de deixar a zona de conforto material e também emocional. O mestre sugere que desta forma, o sujeito sofrerá menos com as mudanças que a vida proporcionará, e ainda acrescenta que “[...] na verdade é perfeito aquele para o qual o mundo inteiro é um exílio” (Livro III, Cap.19, p.167). Desta forma o apego aos

assuntos terrenos seria reduzido, e os impasses cotidianos da humanidade seriam minimizados neste exercício de elevação intelectual.

Pouco adianta então possuir as qualidades genuínas para o aprendizado e não se interessar em trabalhar ordenadamente para obtê-las. De igual forma, pouco facilitaria os ensinamentos do professor a um aluno desinteressado em dispensar esforços para aprender. É preciso coragem para conduzir as pesquisas e para exemplificar melhor, o Hugo de São Vitor ressalta em sua obra os pesados fardos suportados pelos antigos que se dedicaram com amor à sabedoria. Destes fardos faziam parte o abandono de honras, de riquezas e a solidão (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.14, p.161). Diferente destes, São Vitor ressaltou negativamente os estudantes que “[...] se preocupam em aparecer mais ricos do que são. Cada qual já se jacta, não daquilo que aprendeu, mas daquilo que despendeu” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.18, p.167). Este também é assunto da disciplina moral, e refutando tal comportamento, o autor explica que a quietação interior e exterior, promovem “estudos honestos e úteis” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.155); A sobriedade que também envolve o espírito despretensioso, favorece a sensibilidade suave.

A decisão de organizar-se para os estudos é também de caráter comportamental, como uma disciplina moral e se relaciona ao atributo da Humildade, que tratamos adiante. E sobre isto o autor acrescentou: “Avalie, antes, aquilo que as tuas forças podem sustentar. Avança bem quem avança ordenadamente” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.157). Hugo de São Vitor considerou didático evidenciar, a princípio, o que o estudante não deve fazer, pois, assim ele compreenderia o correto proceder.

Há na obra uma afirmativa que nos mostra sua preocupação com os alunos que pareciam não se desenvolverem nos estudos. Ele sugere duas possíveis causas para isto: “[...] os nossos alunos ou não querem ou não sabem manter um método adequado de aprendizagem [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.3, p.139). Para a execução de qualquer trabalho, é necessária dedicação e um método. Ele ainda comenta: “Aquele que trabalha sem método, trabalha muito, sim, mas não avança e, como a chicotear o ar, espalha as forças ao vento” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro V, Cap.5, p.217).

São Vitor descreveu três fatores que, por serem oponentes principais dos estudantes, impedem o êxito no aprendizado: *negligência*, *imprudência* e *má sorte*.

Deixar de lado ou dar menos importância ao que deve ser aprendido com prioridade foi considerado por ele como *negligência* e o aprendiz que se encontrar nestas circunstâncias deve ser advertido sobre isto. Quando instruiu sobre a *imprudência*, referiu-se à falta de ordem e de método apropriado ao estudo e, diante deste obstáculo, o discípulo deveria ser doutrinado. E quando tratou sobre a *má sorte*, fez alusão aos eventos que acontecem por acaso (ou por força natural) e que afastam o estudante de seus objetivos: “[...] por causa da pobreza ou da doença, ou de um retardo não natural, ou da escassez de doutores, quando, ou não se encontram aqueles que ensinam ou não se encontram aqueles que ensinam bem” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro V, Cap.5, p.219). Sob a circunstância da má sorte, ele julgou necessário oferecer ajuda ao sujeito.

A organização dos estudos é para Hugo de São Vítor, algo ligado ao seu método pedagógico. Suas ideias estavam para além do conhecimento das artes e sua proposta conectava os saberes às idiosincrasias do ser humano. Por isto, também fez referência à seleção de prioridades na vida do indivíduo.

Lemos em *Didascalicon* sobre as pessoas que colocam a falta de recursos financeiros como obstáculo ao estudo. Quanto a estes, o polígrafo não ousou absterlos da culpa: “Achamos, todavia, que estes não podem ser minimamente desculpados, uma vez que vemos muitos os quais, mesmo sofrendo de fome, sede e nudez, alcançaram o fruto do saber [...]”, pelo contrário, engrandeceu aqueles que aprendem a sabedoria “[...] somente por meio da virtude, sem dispor de possibilidade alguma [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Prefácio, p.43 e 45). A proposta feita aos que sofrem de má sorte (onde encaixamos o caso dos desprovidos de recursos), é de que estes mereciam receber auxílio. Diante desta orientação, entendemos que o indivíduo interessado em estudar deveria esforçar-se para ser digno desta ajuda. Em consequência, o provimento necessário aconteceria.

Enfim, sobre este tema, foram retratados como torpes aqueles que tendo capacidade de aprendizado e são providos de riquezas, se corrompem na inércia, priorizando em suas vidas os momentos de prazeres carnis. Diante destes comentários, fica elucidada a importância que Hugo de São Vítor deu ao esforço do homem em dominar suas vontades de maneira racional, a fim de não perverter seus comportamentos e desperdiçar o que há de mais íntimo e belo em sua essência humana, a possibilidade de alcançar a Sapiência. Seus contemporâneos rejeitavam o comportamento ocioso e desregrado da nobreza pois, a imobilidade nobre não havia

proporcionado bons frutos ao convívio social (LE GOFF, 1992). Consideravam imprescindível formar o ser humano sob nova perspectiva, e esta poderia ser alcançada com o exercício do intelecto por meio da leitura e da reflexão.

O tema Humildade é bem discutido na obra. Ele é o princípio da disciplina moral, por isto, Hugo de São Vítor apontou três ensinamentos baseados nele, sendo: “[...] 1) primeiro, não reputar de pouco valor nenhuma ciência e nenhum escrito; 2) segundo, não ter vergonha de aprender de qualquer um, 3) terceiro, não desprezar os outros depois de ter alcançado o saber [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.155). Estes três preceitos podem resumir o comportamento adequado de um discípulo que procura alcançar a *Sapientia*, pois estudando corretamente, o indivíduo reconhece que o que ele sabe é uma pequena porção da infinidade de conhecimentos existentes, e que não há um só indivíduo o qual tenha recebido a graça de conhecer tudo. Esta atitude o levará à simplicidade de aceitar o novo ensinamento de onde quer que venha e sem desprezar a outrem.

Dentre os conselhos para o aprendiz, encontramos também em *Didascalicon* recomendações a respeito de como deve ser a disciplina do estudante, fundamentadas na simplicidade. São Vítor cita um sábio que diz: “*Mente humilde [...] ânsia de querer, vida quieta, consideração silenciosa, pobreza, terra estrangeira, [...] Isto costuma descortinar a muitas coisas obscuras da leitura*³⁷” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.12, p.155). Todas estas condutas remetem a um espírito despretensioso, que se interessa no aprendizado por si só, sem esperar ser recompensado. A Humildade é considerada uma disciplina moral, que não pode ser negligenciada pelos que buscam o saber e ainda reprova “[...] o saber maculado por uma vida impudica [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.12, p.155).

Agir com prudência pode ser relacionado como fruto de um espírito humilde. Está destacado na obra, como atitude cautelosa: ouvir e aprender de todos com prazer; ler sem desprezar qualquer escrito ou doutrina; singelamente procurar aprender com todos aquilo que não sabe; e o mais importante, não levar em conta o quanto sabe, mas sim o quanto desconhece. Arrematando esta linha de raciocínio, Hugo de São Vítor cita um ditado platônico: “Prefiro aprender modestamente as coisas dos outros a ostentar descadamente as minhas” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.157). Este dito contrapõe-se aos comportamentos preteridos pelo

³⁷ [Destaques do autor].

autor a respeito da arrogância daqueles que vangloriam ter alcançado a plenitude do conhecimento, mas que começam a “[...] envergonhar-se daquilo que são [...]”, e por isto, a agirem com soberba (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.155).

Encontramos em *Didascalicon* relatos sobre as pessoas que “[...] mesmo necessitando ainda dos conhecimentos básicos, se dignam interessar-se somente das coisas sublimes [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.155). Estes se enaltecem por terem ouvido lições de grandes sábios. Mas São Vítor, em contrapartida, considera importante ter o conhecimento adquirido por meio destes mestres e não ser conhecido por tê-lo. Ainda complementa dizendo que reputa indigno que o escutemos, pois não se considera semelhante à Platão e não faz jus a isto. Indagando o porquê de existir tal vergonha, cita um provérbio que sintetiza a atitude submissa de um aprendiz: “Aquilo que tu não conheces, talvez Ofelo o conheça” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.157). Diante disto, é inerente ao bom estudante que ele aprenda sobre todas as artes (teórica, prática, mecânica e lógica) pois, ao considerar as três ciências que dizem respeito aos assuntos inteligíveis (prática, mecânica e lógica), o sujeito será preparado para receber os conhecimentos intelectíveis³⁸ (ciência teórica).

Estas capacidades essenciais para o bom desenvolvimento dos estudos foram escritas para aprendizes, mas são relevantes também aos que ensinam, pois todos os que se dedicam à instrução devem se disciplinar em seu aprendizado pessoal a fim de se capacitar para sua atuação. Da mesma forma tratamos sobre a Humildade como uma característica inerente ao professor, que não deve desconsiderar outros ensinamentos e tão pouco desprezar a oportunidade de aprender com os demais. Isto com a finalidade de repassar bons exemplos aos seus alunos. Identicamente, no momento de expor seus conhecimentos é necessário que exista ordem, para que a sua prática seja também um tema a ser aprendido (não somente por meio da teoria, mas também pela vivencia aluno-professor). Acrescentando ao nosso raciocínio, lembramos do que o próprio mestre escreveu a respeito de o estudante conhecer tanto o modo de viver quanto as teorias de seu estudo, complementando a argumentação

³⁸ “[...] Hugo reflete a doutrina pela qual a alma humana possui duas dimensões, uma intelectível, enquanto inteligência pura e simples semelhante aos corpos celestes, a outra inteligível, enquanto é ligada ao corpo e conhece os corpos sensíveis compostos” (MARCHIONNI, 2011 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2011, p.87). Da mesma forma são divididos os conhecimentos.

citou que “Os bons costumes adornam a ciência” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.12, p.155).

Estes conselhos são a base para que os interessados no estudo não se percam em comportamentos arrogantes, auto afirmando sua vã sabedoria – o que justamente não pode ser considerado atitude de tais – fingindo ser o que ainda não são, deixando de lado a oportunidade de realmente alcançarem a sabedoria e preocupando-se apenas em ostentarem tê-la. Tais atitudes podem, para o autor, atrasar a ascensão à “sabedoria”. Contudo, para alcançá-la, São Vítor recomenda o uso da leitura e da meditação, sendo que a primeira é tratada por ele como método de exercício da inteligência e como um dos objetos de aprendizado. Ela vem como assunto principal da obra *Didascalicon*, e foi exposta nos parágrafos a seguir.

3.3 LEITURA: INSTRUMENTO PARA ALCANÇAR A SAPIÊNCIA

No século XII a Educação ainda não era considerada uma ferramenta para o mundo do trabalho, tão pouco era vista como um produto a ser comprado/vendido³⁹. Isto devido a vários fatores, como: a organização econômica senhorial não depender destes saberes para funcionar; a aplicabilidade dos conhecimentos serem de caráter teórico e religioso; e, principalmente por a organização social ser baseada em hierarquias hereditárias. Neste período uma revolução social, cultural, econômica e política caminhava. Um conjunto de aspectos dos quais os séculos finais da Alta Idade Média estavam grávidos, rompeu.

Pouco a pouco os homens medievais perceberam a necessidade do conhecimento para organizar sua sociedade. Nesta época, se propagavam no Ocidente Medieval os escritos de Aristóteles, e deles uma nova proposta de formação humana foi gerada. Hugo de São Vítor reorganizou o currículo tradicional das artes, que era basicamente teórico, se preocupando com o caráter prático e útil do saber técnico (GAMERO, 2008).

Hugo de São Vítor em *Didascalicon de Studio Legendi*, nos mostrou a cultura que despontava no século XII (GAMERO, 2008). Nesta obra, dedicou-se em

³⁹ Esta expressão mercadológica, utilizada para tratar sobre as mazelas da educação contemporânea é muito utilizada por Gentili (1996). Ele esclarece que “[...] a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade” (GENTILI, 1996, p.15).

aconselhar os aprendizes nas suas tomadas de decisões, de forma que estas repercutissem positivamente em suas vidas de estudo. Para isto, dedicou-se a orientá-los sobre as leituras a serem feitas, e implícito ao caráter metodológico discorrido sobre a leitura, reverberou-se instruções para a escrita. Suas indicações em suma, esmeravam a formação humana por intermédio das atividades intelectivas. Por isto, ele deixou claro que nenhum conhecimento existente poderia ser tratado como insignificante, explicando que “[...] não há nenhum escrito, creio eu, que não proponha algo desejável, se é tratado no lugar e no modo devido [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.13, p.157). Entendemos que não são somente as páginas escritas de maneira impecável que efetivam o aprendizado, mas sim a coerência em sua aplicabilidade.

A correlação entre o que se aprende/ensina por meio da leitura e da escrita com as ações cotidianas, se encontra nas entrelinhas desta obra. Para alcançar a Sapiência, Hugo de São Vítor recomendou - com preferência - os conhecimentos e escritos clássicos por eles terem caráter objetivo e por serem completos. Para isto, classificou os textos em dois tipos: a primeira categoria “[...] abrange os escritos que se chamam propriamente artes [...]” e estas artes seriam as “[...] que têm como conteúdo alguma divisão certa e determinada da filosofia, como é o caso da gramática, da dialética e coisas parecidas [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.4, p.141); Em contrapartida comenta sobre a segunda categoria, a que complementa os conhecimentos e tratam de conteúdos que não são filosóficos:

[...] os escritos daquelas pessoas que nestes nossos tempos costumamos chamar filósofos, os quais, porém, costumam alongar uma matéria breve em longas controvérsias de palavras e obscurecer com palavras obscuras um sentido fácil. Estes tais, ainda pondo junto coisas diversas, são como quem, de muitas cores e formas, faz uma pintura (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.4, p.141).

Neste caso, tratam-se de escritos cujos conteúdos, em sua opinião, não podem ser classificados como tradicionais. A miscelânea de assuntos abordados acaba interferindo na compreensão, desviando o foco do estudante. Por isto, São Vítor alertou aos estudantes de filosofia sobre tais autores e os instruiu que primeiramente buscassem a temática nas artes (nos clássicos) e deixassem estas fontes secundárias como complementos de estudo.

Além deste estilo de produção, existem outras obras consideradas por ele como apêndices das artes e estas são “[...] as composições dos poetas, tais como tragédias,

comédias, sátiras, escritos heróicos e líricos, versos iâmbicos e algumas obras didáticas, assim como fábulas e histórias [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.4, p.141). Tais textos auxiliam no entendimento das ciências. A leitura destes foi recomendada por ele para os momentos de lazer pois, já que estariam em um suposto momento de descanso de seus estudos, elas colaborariam no aprendizado. Não obstante, fica claro na recomendação que estas leituras suplementares não deveriam ser usadas para substituir as leituras principais, pois para o autor “[...] as artes, sem seus complementos, podem levar o leitor à perfeição, mas os complementos, sem as artes, não conseguem conferir nenhum grau de perfeição” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.4, p.141), isto porque foram elaborados por pessoas que se fundamentaram nas fontes primárias, sendo mais interessante então que o discípulo se reporte à fonte original.

A seleção do conteúdo que será lido é um dos primeiros itens tratados nas páginas que se prestam a colaborar com o aprendiz. O conteúdo trata-se das sete artes, que são percorridas por São Vítor como instrumentos da filosofia. Se estas não forem analisadas com a devida atenção, não darão ao estudante condições suficientes para que ele gere bons frutos e, seria conhecimento fragmentado ou insuficiente. E da mesma forma, abordou sobre os estudiosos que se prestavam ao estudo de apenas uma ou duas das artes, deixando as demais de lado. Para o autor, isto não colabora para a formação de um sábio, pois “[...] é necessário dedicar-se às artes, onde estão os fundamentos de todos os campos do saber [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.4, p.143).

Tratando ainda dos conteúdos, observamos também o cuidado do mestre em descrever aqueles que buscaram o conhecimento de todas as artes, mas que não foram capazes de absorver o propósito principal das lições. Estes, ainda assim, ostentavam os saberes fragmentados que possuíam e, evidenciavam pequenos detalhes que fugiam do objetivo principal da arte, aumentando a quantidade de temas afins. Sobre isto, acrescentou com sabedoria que “não deve ser dito tudo aquilo que podemos dizer, para que não seja dito de modo menos aproveitável” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.5, p.145).

Tanto no ensino como no aprendizado, o autor advertiu que o objetivo principal da lição deve ser evidenciado e retomado a todo momento, evitando assim as distrações. E ainda ressaltou: “[...] não queira multiplicar os atalhos antes de ter conhecido as estradas. Você estará seguro nas discussões quando não tiver medo de

errar” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.5, p.145). Diante disto, os conteúdos a serem lidos/ escritos, deveriam ser organizados de modo criterioso. Posto que o assunto principal já tenha sido tratado, em seguida os assuntos pormenores poderão ser levantados. Sempre com caráter investigador e com a finalidade de elevar o grau de conhecimento sobre o assunto.

Compreendemos que o aprendiz deve procurar equilíbrio na quantidade e na qualidade de conteúdo que decide estudar (e para o professor, do que irá ensinar). Como entendemos em Aristóteles, em se tratando da quantidade “[...] se deve preferir o meio-termo e não o excesso ou a falta [...]” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VI, Cap.1, p.141). Para São Vítor todas as artes deveriam ser de conhecimento dos discípulos, e para isto sugeriu que buscassem aprender delas nas fontes primárias, evitando pegar atalhos em obras complementares (comentários sobre a obra clássica) que ao seu ver, não proporcionariam o conhecimento integral e desviariam o foco do estudante. Nem muito e nem pouco conteúdo, mas sim o suficiente para que alcance o fim almejado.

Ao longo do *Didascalicon* é possível notar o modelo de ensino-aprendizagem utilizado por seu autor: a *lectio*. Mesmo se tratando de um método antigo (até então utilizado há quase seis séculos), São Vítor demonstrou, nesta obra, estar interessado em escrever (para ensinar) sobre o estilo de leitura que defendia. Posto que este livro data-se de início do século XII, sua natureza foi importante aos seus contemporâneos. Ler e escrever foram tratados como atos que deveriam ser realizados de modo ordenado, para que se pudesse avançar virtuosamente. A riqueza de informações existentes em toda a obra - desde as informações escritas até a disposição de seus tomos - revelam o empenho de seu escritor em seguir suas próprias recomendações (GAMERO, 2008).

Vejamos sobre as etapas inerentes a esta organização:

Sendo a leitura o ponto de partida desta proposta pedagógica, precisamos compreender que para este ato ultrapassar a ação mecânica de decodificação de símbolos, algumas etapas foram consideradas por seu anunciador. Como uma ação social, e imbuída de moralidade, este ato de ler convida o sujeito a um estilo de vida que pode encaminha-lo até a felicidade. Para alcançar este fim, cinco degraus devem ser considerados: leitura; meditação; oração; prática; e contemplação.

[...] o primeiro degrau, a leitura, é dos principiantes, e o supremo, ou seja, a contemplação, é dos perfeitos. Com relação aos degraus do meio, quanto mais a pessoa ascende, tanto mais é perfeita. Por exemplo, o primeiro degrau, a leitura, dá o entendimento; o segundo, a meditação, engendra o discernimento; o terceiro, a oração, pede; o quarto, a prática, procura; o quinto, a contemplação, encontra (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro V, Cap.9, p.229).

Ao iniciar o estudo por meio da leitura, o estudante deve compreender que ler, apenas, não é suficiente. Portanto, segue-se ao segundo passo: a meditação. É nesta etapa que se assimila a aplicabilidade do conhecimento adquirido na leitura. Por isto, São Vítor assevera: “Suba, portanto, para a fortaleza do discernimento, e medite como conseguir cumprir as obrigações que aprendeu” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro V, Cap.9, p.229). Sendo o discernimento humano ineficiente para atingir este objetivo, é indispensável a terceira fase: oração. Por meio dela é que o homem roga amparo divino para realizar a boa obra que, até este momento, é apenas vontade.

O quarto degrau rumo à perfeição é a prática. Esta se refere à boa obra que ao ser concretizada, encaminhará o estudante até a contemplação, o quinto e último passo. Sobre isto, São Vítor assevera que é preciso ao estudante:

[...] cimentar-se na boa obra, para que, operando, mereça receber aquilo que, rezando, pede. [...] opere Deus para que você possa, e opere você também, para que mereça algo. A boa obra é a via pela qual vai-se à vida. [...] a prática procura, a contemplação encontra (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro V, Cap.9, p.229-230).

Considerando a imperfeição humana, o método hugoniano incentiva seus seguidores a não desanimarem diante das imprevisibilidades da vida que podem levá-los para degrau anterior ao alcançado: “E assim acontece que, mesmo tendo sempre a vontade de subir, às vezes a necessidade nos obriga a descer, de maneira tal, porém, que o nosso objetivo seja determinado pela vontade e não por esta necessidade” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro V, Cap.9, p.230). Diante disto, é necessário que o estudante repita as recomendações almejando o passo posterior, rumo à perfeição.

A leitura foi dividida por São Vítor em três classes: a dos que ensina, aquela dos que aprendem e por fim, a leitura autônoma do aprendiz. Além desta classificação feita pelo mestre, temos em *Didascalicon* um capítulo do livro III dedicado à ordem e o método da leitura. Neste, reitera-se que ambos devem ser considerados (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001). Todo este cuidado em ordenar a leitura possui também um

sentido espiritual, a obra o mestre orienta seus leitores a organizarem seu aprendizado respeitando uma ordem, pois “[...] ‘Ordenar’ es la interiorización de esa armonía cósmica y simbólica que Dios ha establecido en el acto de la creación [...]” (ILLICH, 2002, p.44)⁴⁰. O autor ainda afirma que para São Vítor:

[...] La lectura cuidadosa siempre toma y escoge elementos que luego han de unirse, examinarse y organizarse. Pero este proceso de poner en orden sólo será efectivo cuando el lector recuerde algo fundamental: todas las cosas y eventos de este mundo adquieren su significado del lugar en el que estén colocadas en la historia de la creación y la salvación [...] Sólo de este modo avanzará hacia la sabiduría a través de la lectura [...] (ILLICH, 2002, p.47)⁴¹.

A leitura sem ordem e método, além de não facilitar a aquisição de conhecimentos, também é um gasto de energia desnecessário. O autor ainda acrescenta que seria como vagar dentro de uma selva, errando o caminho e atrasando a finalização do percurso, ou seja, “sempre estudando – como se diz – nunca chegando ao saber” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro V, Cap.5, p.217). Portanto, o estudo é caminho até o saber, e ler ou escrever ordenadamente seria um método inteligente para alcançar a meta: a Sapiência. Ele recomendou que as disciplinas, livros, narrações e explicações/exposições de textos, a serem estudados, fossem escolhidos por ordem de importância. Asseverou que:

[...] A ordem, nas disciplinas, é observada dependendo da natureza da disciplina. Nos livros, segundo a pessoa do autor ou da matéria tratada. Na narração, de acordo com a disposição, que é dupla: natural, isto é, quando a coisa é referida segundo a ordem em que aconteceu, e artificial, isto é, quando aquilo que aconteceu depois é narrado antes e aquilo que é anterior é falado depois. Na exposição de um texto, a ordem obedece a níveis de inquirição [...] (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.8, p.149).

A escolha das disciplinas e dos textos a serem lidos por ordem de importância, justifica-se pela necessidade implícita ao objetivo que o aprendiz tem sobre o conteúdo escolhido. Este autor discorreu no trecho acima o caráter inerente a cada estilo de texto e por isto observamos que o conteúdo dos livros apresenta um caráter

⁴⁰ “[...] ‘Ordenar’ é a interiorização dessa harmonia cósmica e simbólica que Deus estabeleceu no ato da criação [...]” (ILLICH, 2002, p.44) [Tradução nossa].

⁴¹ “[...] A leitura cuidadosa sempre toma e escolhe elementos que logo hão de se unir, examinar e organizar. Mas este processo de colocar em ordem só será efetivo quando o leitor se recordar de algo fundamental: todas as coisas e eventos deste mundo adquirem seu no lugar onde foram colocadas na história da criação e salvação [...] somente deste modo avançará a sabedoria através da leitura [...]” (Ibidem, p.47) [Tradução nossa].

mais denso, com informações objetivas sobre o assunto. O outro estilo textual exposto foi a narrativa que, diferente do livro, apresenta seu assunto principal de forma indireta, e expõe assuntos afins como modo de tornar seu enredo atrativo. Utilizar este estilo de leitura faz com que o estudante perca seu foco e o intuito almejado por ele se torna alheio.

Sobre a exposição de um texto, o método hugoniano elencou três graus/níveis, sendo eles: a frase (ordenação de palavras), o sentido e a sentença (compreensão mais profunda, obtida pela interpretação). Primeiramente deve-se estudar a letra; Logo em seguida, o sentido e por fim, tentar alcançar o nível de compreensão oriundo da interpretação. Conseqüentemente a exposição torna-se perfeita (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001). O estudo da letra, por sua vez é sugerido. E conforme interpretamos nos estudos de Illich (2002), os escritos podem ser considerados como símbolos a serem buscados e reconhecidos quando estão em ordem. O autor assevera que “La búsqueda de la sabiduría es una búsqueda de los símbolos del orden que encontramos en la página”⁴² (ILLICH, 2002, p.45) e quem procura conhecimento pode ser considerado um peregrino a procura de sentido para o que lê. As letras enquanto formas visíveis, podem demonstrar o sentido do que é invisível.

Este autor continua o raciocínio afirmando que “Todos están buscando símbolos, que deben reconocer y encontrar cuando encuentren su propio lugar dentro de su *ordo* [...]”⁴³ (ILLICH, 2002, p.45). À vista disso, o aprendizado de assuntos mais complexos acontece desde que o leitor se organize a fim de avançar em seus estudos. Esta ação é destacada pelo autor como “[...] *ordinate procederé debet*, o de que debería dar grandes y armoniosos pasos hacia adelante [...]”⁴⁴ (ILLICH, 2002, p.45)⁴⁵. Para o exercício da leitura, Hugo de São Vítor também sugeriu uma divisão, dizendo que “Toda divisão começa das coisas finitas e progride até as infinitas” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.9, p.149). Esta divisão seria uma forma de melhorar

⁴² “[...] A busca pela sabedoria é uma busca de símbolos ordenados que encontramos na página” (ILLICH, 2002, p.45) [Tradução nossa].

⁴³ “[...] Todos estão buscando símbolos, que devem reconhecer e encontrar quando encontrarem seu próprio lugar em ordem” (Idem) [Tradução nossa].

⁴⁴ “[...] dever de proceder ordenadamente, o de que deveria dar grandes e harmoniosos passos adiante [...]” (Idem) [Tradução nossa].

⁴⁵ [Destaques do autor].

o aprendizado, já que aprendemos com prioridade o que é mais conhecido a nós e prosseguimos para os assuntos mais complexos.

Tratamos sobre a inteligência quando descrevemos sobre o engenho natural. Ela é o ponto de partida para todo o processo de aprendizado. São Vítor a considerou uma força natural à alma e que possui vocação própria. Executar as instruções dadas para o estudo em *Didascalicon*, exige suficiente força intelectual pois, discernir os conteúdos úteis ao aprendizado é trabalho árduo que exige dinâmica intelectual. Em seguida está a memória, que deve ser educada como parte fundamental do ensino. Ela será a responsável por armazenar os conteúdos necessários à sabedoria, considerados pelo autor da obra como tesouros, cujos locais de armazenamento deverão estar reservados no coração do aprendiz. Como instrumento fundamental para que o homem se humanize, o exercício da inteligência na concepção hugoniana torna possível a subversão da natureza original do homem, que é boa. Para seu exercício, o autor sugeriu o ato de ler e meditar.

Aristóteles nos ensina que “[...] a sabedoria deve ser a razão intuitiva combinada com o conhecimento científico – uma ciência dos mais elevados objetos que recebeu, por assim dizer, a perfeição que lhe é própria” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VI, Cap.7, p.146). As ideias de São Vítor, embebidas do pensamento aristotélico, trataram a Sapiência como meta para a formação humana e colocam o intelecto como recurso para alcançar este fim. Utilizando as capacidades intelectivas inerentes ao ser humano, a leitura e a escrita tornam-se uma janela de acesso aos saberes. A razão movida pela verdade e pelo desejo reto, auxilia o homem na escolha dos conteúdos e também dos escritos a serem estudados. O intelecto o auxilia no aprendizado em companhia da memória, que perpetuará o saber adquirido.

A leitura e a meditação foram recomendadas como modo de exercício da inteligência e por isto, descrevemos as recomendações do mestre para a escolha dos conteúdos que serão lidos, a ordem em que eles devem ser lidos e inclusive, algumas referências sobre a quantidade das leituras. Segundo as regras e preceitos que estão escritos em *Didascalicon*, a leitura está entre os elementos que formam o homem. Sobre a meditação, na obra ela é considerada “um pensar frequente com discernimento, e ela investiga prudentemente a causa e a origem, o gênero e a utilidade de cada coisa” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.7, p.151). Deste modo, o conhecimento científico seria ponderado, e com o auxílio da Sapiência, o

homem saberia utilizar, com retidão, tudo o que a ciência lhe proporcionou com o estudo.

São Vítor entendia a leitura como o início da aprendizagem e a meditação como o fim (o motivo). A meditação, porém, estaria também no início do processo (na leitura). Por isto, a meditação foi considerada por ele como a responsável pela investigação detalhada dos fatos, e entevia que ela não sofreria qualquer imposição da leitura. Isto porque é ela que traria à tona a classificação das coisas.

Por meio da satisfação espiritual, este ato pode tornar a vida mais alegre e aproximar o ser humano do que seria o gozo eterno, e o Criador assim, inundaria “[...] o espírito igualmente de ciência e de alegria [...]” daqueles que buscam querer entender, em outras palavras, dos que buscam a *Sapientia* (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.10, p.151). A meditação também foi classificada em três tipos: “[...] O primeiro consiste no exame de conduta, o segundo no conhecimento minucioso dos mandamentos, o terceiro na investigação das obras divinas” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.10, p.151). Além de ser importante para o aprendizado, ela, de acordo com o mestre vitorino, pode trazer benefícios para a vida terrena, oferecendo consolação nos momentos de tribulação, afastando a alma da agitação dos afazeres humanos, e por intermédio da ação Divina, transbordar o espírito daqueles que a pratica de ciência e gozo, antecipando “[...] nesta vida a doçura da paz eterna” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.10, p.151).

Quando a obra tratou a respeito da memorização, ela indicou a importância de sintetizar o que se aprende. Com um resumo, exercício de busca pelo conceito básico sobre o que foi estudado, a memória exerce seu papel de armazenagem. Isto facilitaria também a utilização posterior dos conceitos principais, pois essa “[...] breve recapitulação das coisas ditas antes [...]” é algo que deve ser “[...] revisitado frequentemente e, do ventre da memória, ser chamado de volta para o paladar [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.11, p.153). O autor assevera que “[...] a memória do homem é fraca e gosta de brevidade, e se ela se dissipa em muitas coisas, fica menor em cada uma delas”, portanto, faz-se imprescindível o uso de métodos de estudo que favoreçam a memória, pois para o mestre, motivo de alegria é “entender muitas coisas, e não somente entender mas poder memorizar” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.11, p.153).

A obra *Didascalicon*, por seu conteúdo pedagógico, traz sábios conselhos, de seu autor para os estudantes de seu período, sobre o conhecimento intelectual, sobre

comportamentos, a respeito dos conteúdos sagrados e, também, sobre as ciências seculares. Ao mesmo tempo em que ela trata sobre as estratégias de estudos, também desvela nas entrelinhas orientações aos mestres que se dedicavam ao ensino. Todos estes conselhos com a única finalidade de reatar no homem a amizade com Deus (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001). Tratando sobre os conselhos elencados no método hugoniano, agora direcionados aos que ensinam, encontramos indicações a respeito das aulas.

O autor, de maneira prudente, além de instruir sobre os conteúdos a serem escolhidos para o estudo (e ensino), também tratou sobre como estes devem ser ensinados. O cuidado em se resumir as ideias, “[...] de maneira a ser facilmente compreendido [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.5, p.145) foi destacado por ele como condição fundamental para que o aluno seja edificado no momento do aprendizado.

Ainda sobre este tema, fica claro que os excessos de explicações tornam a lição pouco proveitosa e podem confundir o estudante. Tanto ao ensinar, como ao estudar, o autor indica: “Procure em cada ciência somente aquilo que consta pertencer especificamente a ela [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.5 p.145). Desta mesma forma para o ato de escrever, é interessante ser levado em consideração tais indicações. O excesso de assuntos abordados em um texto, tiram o objetivo principal de cena, distraindo o leitor com outros temas paralelos, que não o conduzirão para o conhecimento específico pretendido. Sobre escrever de maneira não objetiva, também vimos nesta mesma subseção, comentários semelhantes à esta situação, retomando o que foi feito em relação aos escritos dos que se consideravam “filósofos” que alongavam “[...] uma matéria breve em longas controvérsias de palavras [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.4, p.141), tornando obscuro o entendimento de um assunto.

Este comportamento, seja no ato de estudar, ensinar por meio de aula expositiva ou por meio de materiais escritos, revela a inabilidade do indivíduo em atender aos requisitos tratados como fundamentais para a aquisição da *Sapientia*. Tratar de um assunto complementar como meio para alcançar a compreensão da ciência é admirável. Entretanto, usar os conteúdos suplementares como meio de mascarar a falta de conhecimento do assunto - seja por fraqueza intelectual, inércia diante das oportunidades de aprendizado ou então por vaidade – não conferirá ao estudante a oportunidade de alcançar a ciência (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001).

Gamero (2011 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2011) explica que, o conhecimento da verdade em seu sentido mais profundo e extenso era um desejo das pessoas de saber no século XII. Ela ainda afirma “Su misión no era otra que actualizar el ser del hombre, destruir la rudeza intelectual del alma, acabar con la ignorancia causante de la desfiguración de la imagen de Dios”⁴⁶ (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2011, p.29). Obter o conhecimento por meio da *lectio* seria como o homem deste tempo alcançaria, de certa forma, sua autonomia e liberdade; perpetuaria a história de seus antepassados; e, criaria novas memórias para sua sociedade.

Hugo de São Vítor nos explica que para o sujeito hábil ou não, o uso da vontade deve ser o ingrediente principal do estudo. Entretanto, a situação na qual encontra-se o nosso sistema de ensino nos levantou outra preocupação: será que a formação docente da qual fizemos parte, nos preparou para combatermos a relação citada acima? A proposta de *Didascalicon* diz muito, nas entrelinhas, sobre a influência dos atos daquele que ensina sobre aqueles que aprendem. Nos baseando neste pensamento, compreendemos que nossa atitude ante ao conhecimento será bem mais relevante em nossas aulas do que o discurso que utilizarmos.

E é com esta questão que discutiremos, na seção seguinte, sobre a importância da memória [no sentido histórico] para preparo de professores. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p.476). Para que nos tornemos personagens principais de nosso aprendizado, é preciso, antes de tudo, que nos conheçamos. Nesta seção pudemos entender que a leitura é um excelente instrumento de introspecção e será por meio dela que identificaremos nossas características individuais [a parte] dentro da nossa sociedade [o todo], para agirmos com congruência.

⁴⁶ “Sua missão era atualizar o ser do homem, destruindo a vulgaridade intelectual da alma, acabar com a ignorância causadora da distorção da imagem de Deus” (GAMERO, 2011 *apud* HUGO DE SÃO VÍTOR, 2011, p.29) [Tradução nossa].

4 A RELEVÂNCIA DA LEITURA E DA MEMÓRIA PARA A FORMAÇÃO HUMANA

Após expormos as considerações de Hugo de São Vítor sobre as etapas do estudo por via da leitura, escolhemos esta seção para tratarmos do valor da memória para a formação humana, questão que nos possibilita analisarmos algumas falhas nas propostas de formação docente do século XXI, e também no ensino promovido aos alunos do ensino básico. Entendemos que a recordação (como parte complementar da memória) é indispensável para o desenvolvimento do homem nos aspectos intelectual e social. Dado este importante atributo, a possível fragmentação do ensino público de nosso país pode ser causa e também efeito de abordagens didáticas que pouco incitam à reflexão sobre nossa história.

Calculamos a necessidade de se compreender a história da nossa sociedade para que assim, dela participemos com consciência. Conscientes, assumiremos nosso papel dentro de nossa comunidade, e buscaremos reduzir o embrutecimento que a falta de conhecimento pode nos ocasionar. Assim, inferimos que a leitura (a serviço da Memória Social) deve ser usada tanto para formar bons professores quanto para a Educação Básica, e por isto, deve ser utilizada de modo coerente. O objetivo desta seção é o de aproximar nós, professores, de uma análise dos problemas sociais que vivenciamos, não em busca de respostas prontas mas sim de uma reflexão sobre nossas práticas versus nossa função social.

Nos baseando na metodologia de estudo da História Social, compreendemos que o ser humano, para além dos fatos que ele ocasiona, deve ser o objeto dos estudos históricos. Ele está sempre em movimento e formulando, com a memória de sua sociedade, a sua identidade. A leitura em nossos tempos, assim como foi no período de *Didascalicon de Studio Legendi*, pode ser utilizada como instrumento de formação humana, dada a sua maestria em desnudar a memória dos povos. Com ela conhecemos fatos históricos que, com uso da razão, podem proporcionar reflexões sobre nossas ações. Tendo este ideal de formação humana, relacionamo-lo especialmente à formação docente. Na seguinte assertiva verificamos que a necessidade de se formar profissionais que reflitam sobre suas ações é ampliada quando se trata da Educação:

[...] é mediante uma capacitação teórica e epistemológica que o educador, no plano dos processos de ensino, pode apreender os saberes presentes no senso comum do aluno [...] A partir desta realidade do aluno (que nunca é individual mas, social), o educador

poderá organizar e programar, técnica e didaticamente, os diferentes conteúdos e práticas de ensino. Poderíamos sustentar que as dimensões técnica e didática no processo de ensino, para serem efetivas, implicam necessariamente a dimensão teórica e epistemológica e que, sem estas, aquelas podem se constituir em bloqueadoras de processos de conhecimentos previamente construídos pelo aluno (FRIGOTTO, 1996, p.95-96).

Frigotto (1996) ao se preocupar com a construção do currículo dos cursos que preparam formadores, chama-nos a atenção para a necessidade de se preparar teórica e epistemologicamente estes profissionais, para que em suas práticas eles consigam agir de modo coerente com suas funções. O autor trata esta perspectiva como algo de importância que perpassa a técnica e atinge as questões éticas da instrumentalização do ofício docente, isto porque são estes que atuam especialmente no desenvolvimento intelectual. Este cuidado com a formação do professor tem objetivos semelhantes aos que observamos em *Didascalicon*: assegurar que os estudantes obtenham êxito em seus estudos, adquirindo o conhecimento que o tornará um ser humano melhor.

Os homens doutos do século XII também buscavam no conhecimento o caminho para formar sua sociedade, que estava adquirindo feições urbanas. A obra *Didascalicon de Studio Legendi* nos mostra um pouco do movimento social de seu período. Seu autor buscou alternativa à alguns problemas sociais sugerindo um método didático que [ao seu ver] conceberia homens virtuosos. Estes deveriam caminhar com retidão e justiça, além de lutarem contra a opressão advinda dos feudos com comportamentos que, baseados na razão, se opunham ao que eles tanto combatiam. Pautado na ideia aristotélica de que “[...] a escolha envolve um princípio racional e o pensamento” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, III, Cap.2, p.85), Hugo de São Vítor incentivou seus discípulos a aperfeiçoarem suas capacidades intelectivas com a leitura e a utilizarem a razão para tomarem suas decisões.

Com um passo a passo sobre o estudo que levaria os acadêmicos até a Sapiência, Hugo de São Vítor elencou a ordem das disciplinas (e dos escritos) que os discípulos deveriam ler [e que os professores deveriam considerar em suas aulas]. Isto porque entendia a construção do saber como a [construção] de um edifício que deve ser bem sedimentado. Por isto, explicou quais conhecimentos eram fundamentais e os indicou como os primeiros a serem estudados e, sugeriu a gradativa ascensão até os assuntos mais complexos. Além de seu método considerar

possível o aprimoramento intelectual por meio do exercício da vontade, ele pode ser examinado como estratégia para favorecer a memória do estudante medieval.

Illich (2002) considerou a obra hugoniana *Didascalicon*, e todo o arcabouço sobre ler e estudar contido nela, como testemunho do nascimento de um estilo de leitura escolástico. Este modo de observar os escritos influenciou por oitocentos anos as instituições escolásticas ocidentais, responsáveis pela escolarização que durante este tempo foi oferecida, sobretudo, pela Igreja. É importante destacar neste estudo que o método escolástico, posterior a Hugo de São Vítor, trouxe à tona a necessidade de um espaço especial para a elaboração e preservação dos saberes oriundos de uma necessidade social daqueles dias: a universidade (OLIVEIRA, 2007). Esta instituição tem seu valor reconhecido até os nossos dias. Entretanto, diferente do que acontecia na idade média, não são somente aqueles que a frequentam que, no século XXI, são alfabetizados.

Na seção 3 dissertamos sobre a necessidade de um monge aprender a ler e a escrever em latim, uma das poucas línguas que naquele tempo possuíam alfabeto, mas que não era utilizada no cotidiano urbano, e tão pouco era nos campos. Podemos considerar uma conquista imensa para nossa sociedade o empenho dos governos em alfabetizar o máximo possível de pessoas. Em nossos dias, a leitura é incentivada carregando como proposta inicial as necessidades básicas de um cidadão contemporâneo. O desenvolvimento social e econômico do qual somos parte nos trouxe este benefício que, sob outra perspectiva, é explicado também pela necessidade decorrente do modo de produção do qual estamos subordinados.

Cada sociedade produz para si mesma as suas dificuldades, e as tenta sanar. Aprender a ler apenas para sobreviver em meio aos avanços tecnológicos e para adquirir o mínimo de informação sobre a economia e a política atual pode solucionar problemas aparentes. Entretanto entrevemos que, devido à esta alfabetização funcional, algumas questões que estão latentes em nosso povo não são tratadas como deveriam e assim caem no esquecimento. Isto porque a memória – que poderia ser resgatada por meio de boas leituras de textos que resguardam nossa história - torna-se “[...] passado e objeto apenas das consultas dos manuais dos livros de História” (QUADROS, 2016, p.49). A intenção de Hugo de São Vítor em formar leitores conscientes não se distancia da necessidade que encontramos nos nossos dias. Ele anelava por uma sociedade menos embrutecida, que utilizasse sua capacidade

intelectual a favor do bem comum, assim como nós. Por isto insistiu em ensinar seus discípulos a buscarem a Sapiência pela via da leitura.

Ao estudar sobre o método de leitura que Hugo de São Vítor (2001) sugeriu como um caminho até a Sapiência, encontramos suas considerações a respeito da memória. Este autor atribuiu à ela considerável importância para a formação de seus discípulos e acima de tudo, para o desenvolvimento humano. Por isto, buscamos compreendê-la melhor por meio de uma análise minuciosa sobre este assunto nas páginas da obra *Didascalicon*; Também procuramos amparo para nossa discussão nos escritos de Aristóteles (2001 e 1966), Santo Tomás de Aquino (2016), Le Goff (1990), Oliveira (2007 e 2009) e Quadros (2016).

Vimos na subseção 3.2 – *Condições preliminares para o estudo: rumo à Sapiência*, que a memória está elencada em *Didascalicon* (ao lado do engenho), entre as capacidades necessárias à aprendizagem. É ela quem armazena a sabedoria conquistada. São Vítor acreditou que sem ela não seria possível alcançar a perfeição nos estudos, e por isto se fazia necessário estudar seguindo um método. Em suas palavras, o autor nos explicou que “[...] quanto mais você acumula as coisas supérfluas, tanto menos poderá compreender e reter as coisas úteis” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.5, p.145). Este método recusa a busca por conhecimentos afins antes que se tenha a compreensão necessária sobre o assunto principal: “[...] as artes, sem seus complementos, podem levar o leitor à perfeição, mas os complementos, sem as artes, não conseguem conferir nenhum grau de perfeição [...]” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.5, p.141).

Ora, se o objetivo da proposta é alcançar a perfeição (*Sapientia*), para isso é necessário o estudo/aprendizado (correto) das ciências. Estas, somadas à constância e prudência do indivíduo, seriam meio para harmonizar a conduta humana com o saber internalizado. Isto resultaria em um modo de viver louvável. Ao ler, os alunos teriam acesso aos conhecimentos eruditos, aprenderiam sobre as ciências, sobre a filosofia, sobre a eloquência, além de também compreenderem os acontecimentos passados. Assim, preservariam a história de sua sociedade em suas memórias e ponderariam suas ações ao entenderem as de seus antepassados. Isto é o que torna a leitura um exercício de introspecção e um modo de reduzir os malefícios que a falta de conhecimento histórico traz à humanidade.

Reconhecemos a importância da leitura para a Memória Social. Por isto discutiremos sobre seu uso como recurso de consulta à história, no que diz respeito

ao trabalho docente, no subtítulo 4.1 *A memória e o estudo da história na formação humana*; em seguida, comentaremos sobre alguns impasses da Educação contemporânea na subseção 4.2 *Leitura e memória como meio de superar a fragmentação na formação docente*, que possui uma ramificação intitulada 4.2.1 *A leitura proporcionando aos pequenos a condição de pensar novos caminhos*.

4.1 A MEMÓRIA E O ESTUDO DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO HUMANA

Nossa pesquisa se pautou na obra *Didascalicon de Studio Legendi*, escrita em meados de 1130. Diferente dos nossos dias, os homens do século XI e XII não conheceram a História como uma ciência ou uma disciplina. O currículo naquele tempo contemplava as artes do *trivium* (retórica, lógica e gramática) e do *quadrivium* (música, aritmética, geometria e astronomia) (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001). Ainda assim, a história já era utilizada como arcabouço dos estudos das ciências e da filosofia. Tal prática está implícita na obra referida, quando por exemplo seu autor tratou sobre a interpretação histórica das Sagradas Escrituras no Livro V, Capítulo 2.

Sobretudo destacamos o Capítulo 3, do Livro VI de *Didascalicon*. Trecho que foi escrito com o intuito de colaborar na leitura dos textos bíblicos. Intitulado em latim como *De historia*, esta parte da obra se dedicou em explicar a necessidade de consolidar o conhecimento na história e na verdade dos fatos: “Mas, como você observa que toda edificação sem fundamento não pode ser estável, o mesmo se dá no estudo. E o fundamento e o princípio da ciência sagrada é a história, da qual deriva a verdade da alegoria, como o mel do favo” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro VI, Cap.3, p.241). Todo conhecimento adquirido tem, em sua essência, um contexto histórico, e a metodologia hugoniana nos chama a atenção para este preparo hierárquico do ensino. Seguindo estas recomendações, o que será ensinado se fundamentará na história e assim, se consolidará na mente do estudante, reverberando em suas atitudes.

Compreendemos a história como a ciência que trata sobre as mudanças. Isto porque o homem, objeto das análises históricas, está sempre em movimento (LE GOFF, 1990). É por meio dela que reavemos a memória de nossa sociedade e [re]conhecemos as mudanças preteridas. Porém, é preciso ter em mente que “[...] quando retomamos o passado medieval, as questões que nos inquietam são as do

presente, porque somos sujeitos de nosso tempo e são a nossa história e memória que pretendemos construir e salvar” (OLIVEIRA, 2009, p.687). Isto evitará que transportemos, de maneira ingênua, o presente para o passado ou vice-versa. Hugo de São Vítor acreditou que ler, de modo prudente, seria um caminho para aperfeiçoar os homens medievais. Mas nos dias em que vivemos, como pensar este método para a formação humana?

Longe de nós está a intenção de resolver as adversidades sociais que nos assolam por meio deste tímido estudo. A história nos mostra que são muitos os caminhos a serem traçados para conquistarmos a sociedade que sonhamos, mas não conhecer estes caminhos - consequência do não estudo da história – só piorará a situação que nos encontramos. Le Goff (1990) em concordância com nosso pensamento, colabora com a assertiva:

Por outro lado, num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da Memória Coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (LE GOFF, 1990, p.425).

Considerando a memória um instrumento de identidade coletiva, acreditamos que a leitura pode ser usada como um mecanismo de conscientização social. Se não entendermos de onde viemos, como saberemos ao certo onde [e porque] estamos. Ao longo da história e com nossas inquietudes, produzimos nossas necessidades e tentamos saná-las. Isto é atemporal (PERIN; SANTIAGO, 2016). Esta capacidade humana de modificarmos o meio onde vivemos e a de criarmos estratégias para solucionar nossas questões, ocasionaram mudanças no que diz respeito a hábitos e comportamentos. O renascimento das cidades e as novas técnicas de trabalho, por exemplo, trouxeram a urbanidade para as relações sociais do Ocidente medieval. Estes novos hábitos medievais reverberam-se até os nossos dias e influenciam o nosso cotidiano. Entretanto, o que permanece intacto são os traços da natureza humana. Vejamos:

Aprendemos que o homem também mudou muito: em seu espírito e, sem dúvida, até nos mais delicados mecanismos de seu corpo. Como poderia ser de outro modo? Sua alimentação, não menos. É preciso, claro, no entanto, que exista, na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer (BLOCH, 2002, p.65).

Com esta afirmativa entendemos que há algo que nos torna parte da mesma espécie, *homo sapiens*, e isto foi chamado por Bloch (2002) de fundo permanente. Aquilo que é inerente ao homem, não importando o seu momento histórico e de sua condição social. Buscamos as definições de Aristóteles a respeito daquilo que torna o homem humanizado. Estas foram feitas a partir de sua análise sobre memória e recordação:

El recordar difiere de la memoria, no solamente en el aspecto del tiempo, sino también porque, mientras que muchos otros animales participan de la memoria, se puede decir que ninguno de los animales conocidos, excepto el hombre, puede recordar. Por esta razón el recordar es como una especie de silogismo o inferencia; pues, cuando un hombre recuerda, infiere o deduce que él antes ha visto, ha oído o ha experimentado algo de aquella clase, y el proceso de recordar es una especie de búsqueda¹ (ARISTÓTELES, De La Memoria y el Recuerdo, Cap. II, p.52-53).

Aristóteles compreendeu que a capacidade de inferir, própria do ser humano, o torna habilidoso em recordar. Já que “Nos animais ocorre apenas uma associação necessária proveniente do instinto, sem que haja deliberação, ou mesmo um conhecimento intelectual” (FAINTANIN; VEIGA, 2016 *apud* SANTO TOMÁS DE AQUINO, 2016, p.25). Diferente dos demais seres, o homem [transforma-se e] transforma seu meio baseado em experiências anteriores (suas ou de seus pares). Isto pois, num processo de busca e análise de memórias, a lembrança eclode e com interpretações e comparações, formulam-se práticas baseadas nas anteriores.

Ao interessar-se em compreender o intelecto humano, Aristóteles encontrou a memória e a recordação:

Así pues, hemos explicado qué es la memoria o el recordar: hemos dicho que es un estado producido por una imagen mental, referida, como una semejanza, a aquello de que es una imagen; y hemos explicado también a qué parte de nosotros pertenece: a saber, que pertenece a la facultad sensitiva primaria, es decir, a aquella con que

¹ “Lembrança é diferente de memória, não só no aspecto do tempo, mas também porque, enquanto muitos outros animais possuem memória, pode-se dizer que nenhum dos animais conhecidos, exceto o homem, pode recordar. Por esta razão, lembrar é como uma espécie de silogismo ou inferência; pois, quando um homem se lembra, infere ou deduz que já viu, ouviu ou experimentou algo desse tipo, e o processo de lembrar é uma espécie de pesquisa” (ARISTÓTELES, De La Memoria y el Recuerdo, Cap. II, p.52-53) [Tradução nossa].

percibimos el tiempo² (ARISTÓTELES, De la Memoria y el Recuerdo, Cap. I, p.47).

A recordação, de acordo com a assertiva aristotélica, é uma das faculdades sensoriais primárias do ser humano. Para acessá-la é necessário que o sujeito esteja consciente. Santo Tomás de Aquino observou os escritos de Aristóteles sobre este assunto, e compreendeu que “além dos cinco sentidos externos, há também quatro sentidos internos – que são potências sensitivas da alma -, a saber: o *sentido comum*, a *imaginação*, a *estimativa* e a *memória*” (SANTO TOMÁS DE AQUINO, 2016, p.19). Elencada como um dos sentidos sensitivos da alma humana a memória obteve, desde a antiguidade, seu lugar na composição do ser. O potencial formativo dela esteve, na proposta hugoniana, para além dos conhecimentos terrenos e deveria estar a serviço da virtude. Assim ela auxiliaria o estudante a alcançar a Sapiência.

Mesmo relacionando-se ao sensitivo, e não ao intelectual, a recordação pode ser tratada como instrumento do intelecto. Acessá-la para corrigir os desvios da humanidade seria como buscar a amizade com Deus, tão recomendada na proposta hugoniana. Consideramos a sabedoria (ou as estruturas que dão condições para alcançá-la) uma das características pertencentes aos homens de qualquer período. A proposta metodológica discorrida em nosso trabalho apontou que o estudo pode ser utilizado para aperfeiçoar tais estruturas, mas que este emprego deveria ser uma decisão pessoal. Se a memória e a recordação encontram-se na área sensitiva, ela existe no homem sem que ele necessite buscá-la. Não obstante, o seu uso para fins intelectuais só acontecerá por meio da vontade.

Portanto, apesar da memória ser comum aos animais, há pelo menos dois aspectos que a diferenciam nos homens. Primeiro pela reminiscência, como ato do memorizar que intencionalmente investiga, como em um silogismo, a partir de um princípio que é mais conhecido até, por determinadas associações, alcançar o que estava oculto, que estava na memória (FAINTANIN; VEIGA, 2016 *apud* SANTO TOMÁS DE AQUINO, 2016, p.25).

Relembrar uma informação oculta em nossa memória demanda interesse e esforço. Utilizamos associações, relacionamos acontecimentos e datas, entre outras estratégias que nos favoreçam nesta tarefa. Mas quando nos propomos a recuperar

² “Então, explicamos o que é memória ou lembrança: dissemos que é um estado produzido por uma imagem mental, referida como uma semelhança àquela de que é uma imagem; e também explicamos a qual parte de nós pertence: isto é, que pertence à faculdade sensorial primária, isto é, àquele com o qual percebemos o tempo” (ARISTÓTELES, De la Memoria y el Recuerdo, Cap. I, p.47) [Tradução nossa].

a Memória Coletiva, multiplica-se a dificuldade. Discorreremos até o momento sobre a memória e tratamos da recordação como característica especial do ser humano, e tal singularidade tem potencial para conduzi-lo a ações conscientes, dado o uso/exercício da razão. Isto é, promoveria comportamentos mais prudentes.

É preciso bom ânimo, já que “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2002, p.64). Sendo assim, a história é tão importante para esclarecermos os fatos passados quanto para entendermos o presente. Tentar responder as questões atuais sem uma análise do passado é ineficaz pois, sem o conhecimento de um o outro não pode ser validado. A memória pode perpassar culturas, “Por isso, é sensata a tese que afirma que a memória constitui a identidade e a individuação de determinada cultura, de determinado modo de ser” (QUADROS, 2016, p. 49). Para agirmos com coerência, é necessário o autoconhecimento (pessoal e cultural). Entendermos as decisões que ocasionaram adversidades em nossa sociedade é uma forma de assimilarmos os padrões de comportamento que devemos evitar. Este tipo de introspecção é proveniente do estudo da história

Entre os problemas da Educação contemporânea encontramos a atuação docente esvaziada, que por si só gera outros problemas para a rede de ensino, como em um efeito dominó. Frigotto (1996) atribuiu este fato à formação fragmentada dos cursos de licenciatura, onde a teoria e a prática andam em uma reta paralela. Ele ainda afirma que este padrão carrega em si a ideia “[...] de que o educador se educa na prática e que, portanto, a formação teórica seria algo secundário ou algo reservado a uns poucos intelectuais que se dedicam à pesquisa” (FRIGOTTO 1996, p.77). Concordamos com a crítica deste autor a respeito deste assunto pois, o educador que não é formado solidamente na teoria exerce suas atividades mecanicamente, e por consequência oferece uma Educação esfacelada aos seus alunos.

O ensino consolidado na teoria exige um esforço maior daqueles que o fazem e, principalmente, por parte dos que aprendem este ofício. Sabemos que “[...] a perda da perspectiva teórica e epistemológica tende a reduzir a formação e a prática do educador a uma dimensão puramente técnica ou didática” (FRIGOTTO 1996, p.77). Um bom ensino instiga os acadêmicos, por exemplo, a conhecerem a história por trás das metodologias de ensino; a identificarem a aplicabilidade de cada teoria de ensino, bem como seus pontos positivos e negativos; a compreenderem as abordagens

psicológicas sobre desenvolvimento humano bem como as teorias filosóficas que amparam cada uma. Estes são alguns dos tantos saberes fundamentais para se formar um professor, pois promovem a compreensão do ser humano em sua totalidade. Adquiri-los é tarefa que demanda tempo e dedicação à leitura, o que se torna impossível em uma formação aligeirada.

Vivemos num período em que o conhecimento é vendido como mercadoria e a docência tem perdido seu significado humanizador. Paro (2001) destaca que o

[...] alheamento dos educadores escolares se deve a uma multiplicidade de fatores, entre os quais se destacam sua inadequada formação, bem como as precárias condições em que exercem seu ofício, as quais não lhes proporcionam oportunidades mais sistemáticas de reflexão [...] (PARO, 2001, p. 30).

Estes são apenas sinais de um longo ciclo de desvalorização da memória e história de nossa profissão, e principalmente de nossa sociedade. Talvez a causa de tais sintomas passe despercebida aos olhos de alguns docentes, e nisto percebemos sérios riscos para a formação humana em sua totalidade. Para isto citamos dois motivos bem óbvios que se complementam: primeiro, a ausência desta memória formativa que é decorrente da precarização histórica da formação docente; que, conseqüentemente, se reverte na impossibilidade de que os docentes exerçam a condição de agente reflexivo, que pensem e respondam ao seu contexto de modo coerente.

Compreender a leitura defendida por São Vítor e extrair desta proposta elementos pedagógicos para o trabalho docente contemporâneo, fez parte de nosso itinerário de estudos. Por isto, ao conhecermos os métodos de estudo e ensino hugonianos, conseguimos perceber que a leitura pode ser um meio de resguardar a Memória Coletiva, e que ela pode tornar-se instrumento didático em qualquer época. Isto porque acreditamos que ler, como exercício intelectual (e não a mera decodificação de símbolos), é também um caminho para exercitar a reminiscência. Conhecer, relembrar e refletir sobre a história de nossa sociedade pode ser uma rota até a compreensão do nosso papel nas relações sociais vigentes e, principalmente, a nossa função social nos ambientes de ensino.

Encontramos na leitura a oportunidade de reduzir a incompreensão do passado (e do presente) que nos assola. Por vezes, parece que desconhecemos as causas reais de nossas mazelas e que andamos em círculos,

Todavia, as especificidades de cada uma das épocas históricas possibilitam a conservação da Memória Coletiva e individual e são estas duas naturezas de memória que nos permitem nos entender como sujeitos dos processos de construções sociais. É a preservação desta memória que nos concede as identidades particular e coletiva, sejam elas dos homens medievais ou contemporâneos. Todavia, essa memória/passado é absorvida de forma singular e especial em cada tempo histórico, em decorrência das vivências sociais específicas de cada época (OLIVEIRA, 2009, p.684).

As idiosincrasias de cada período nos mostram o comportamento humano sob determinadas circunstâncias e estudando-as, nos percebemos atores da história de nossa sociedade. Desta forma, promovemos [dentro do que nos é possível] a conservação da Memória Coletiva e individual, que também se torna elemento desta introspecção.

As questões das quais tratamos desde o início deste estudo, buscam nos munir de conhecimentos que nos preparem para o trabalho docente. Isto porque ponderamos que nesta tarefa de ensinar, a prudência deve ser considerada e ela pode ser adquirida juntamente com os saberes advindos de nossos momentos de estudos e reflexões. Por isto, compreender a história é uma atitude prudente:

Ora, convém à prudência que o prudente se conduza por ela nas coisas iminentes a serem realizadas por ele, mediante a consideração não só das coisas do presente, mas também das coisas do passado. Por isso, Cícero, em sua Retórica, pôs como partes da prudência, não só a providência, pela qual dispões as coisas futuras, mas, também, a inteligência para que se considerem as coisas presentes, e a memória para que se apreendam as coisas passadas (SANTO TOMÁS DE AQUINO, 2016, p.34).

Santo Tomás ressaltou três atributos necessários ao prudente: a precaução para o que está por vir; a inteligência para se perceber os fatos presentes e, acima de tudo, a memória como meio de fixar as coisas passadas. Oliveira (2009) em seus estudos apontou a história como meio de tornar os homens prudentes. Em suas palavras:

[...] nada é mais proveitoso do que a história para tornar os homens prudentes; nada mais poderoso para despertar as virtudes; nada mais saudável para sanear as feridas da República, leia-se, hoje, sociedade; nem mais aprazível para o deleite da vida [...] o homem prudente é aquele que, conhecendo a experiência alheia, aprende a prevenir-se observando o perigo que outros já correram [...] (OLIVEIRA, 2009, p.684).

Oliveira relaciona o desenvolvimento da prudência ao conhecimento do passado, e das experiências vividas por homens de outros períodos. Desse modo, consideramos que a prudência é uma das virtudes que, segundo Hugo de São Vitor, nos possibilita desenvolver outras virtudes, dentre elas: a Humildade. Esta, nos favorece o reconhecimento de que não sabemos tudo, ou seja, reconhecer que não se sabe tudo é caminho para se aprender mais. Em suas palavras: “Não há ninguém ao qual foi dado de conhecer tudo, nem ninguém, por outro lado, ao qual não aconteceu de ter recebido da natureza algo especial” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.11, p.157). Ele ainda afirma:

O estudante prudente, portanto, ouve todos com prazer, lê tudo, não despreza escrito algum, pessoa alguma, doutrina alguma. Pede indiferentemente de todos aquilo que vê estar-lhe faltando, nem leva em conta quanto sabe, mas quanto ignora (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro III, Cap.11, p.157).

Ao ser humilde em reconhecer o que se desconhece, o sujeito inicia o seu caminho em busca de um comportamento prudente.

Quadros (2016) estudou sobre a questão da memória nos escritos de Aristóteles, que considera a sensação e a memória as faculdades primárias do conhecimento. O ser humano dotado destas capacidades, e afortunado por poder raciocinar, é capaz de adquirir experiência por meio de suas lembranças. Este autor ainda explica que Santo Agostinho deu “[...] um destaque à memória na perspectiva da subjetividade e como um elemento fundamental para as configurações do Eu” (QUADROS, 2016, p. 60). Desta forma, para formarmos nossa própria personalidade, necessitamos da memória.

Hugo de São Vitor sugeriu a leitura como um dos meios de desenvolvermos o intelecto e entendermos que, para agirmos de modo prudente, necessitamos nos conhecer e utilizar nossas aptidões intelectuais para entendermos sobre onde e porquê estamos. São Vitor evidencia na obra *Didascalicon* sobre a necessidade do autoconhecimento:

El libro como símbolo, analogía y metáfora en el tiempo de Hugo es, sobre todo, un símbolo para la lectura, conceptualizada y experimentada como un desciframiento meiótico de la realidad mediante el cual el lector, como la comadrona, ayuda a dar a luz (en

la luz invisible de Dios) el sentido del que todas las cosas están impregnadas, la Palabra de Dios (ILLICH, 2002, p.163)³.

Illich (2002) compreende que Hugo de São Vítor reconheceu que a leitura tem tamanha importância para a formação humana, que a comparou com uma parteira. Esta, auxiliaria na parição dos conhecimentos que naquele tempo, estavam especialmente ligados ao mundo espiritual, e que trariam sentido para o viver. A lucidez histórica pode ser, por isto, considerada como precaução para qualquer sociedade e em qualquer época. Assim, compreendemos a leitura como recurso de perpetuação das memórias históricas necessário à formação docente, que aparentemente se encontra fragmentada.

4.2 LEITURA E MEMÓRIA COMO MEIO DE SUPERAR A FRAGMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE.

No decorrer de nossas leituras do/sobre *Didascalicon*, nos inquietou o empenho de Hugo de São Vítor com sua obra [e sua busca em atingir o objetivo proposto a ela] comparado à superficialidade do preparo docente contemporâneo. Quando pensamos em instrumentalizar algumas das propostas de São Vítor, nos deparamos com diversas problemáticas como a falta de tempo em trabalhar determinadas disciplinas; a rigidez do currículo que distancia-se da interdisciplinaridade; a situação de nossas escolas públicas, que recebem tarefas sociais que colaboram com o esvaziamento do ensino, remetendo a dificuldade de se desenvolver o conhecimento em seus espaços, que em tese, deveriam ser usados exclusivamente para isto. Problema este que tanto pode ser ocasionado pelas atuais políticas que atingem a Educação quanto pela dificuldade que nós, profissionais desta área, temos de nos desvencilhar das tantas funções que nos são delegadas, e nos distanciam do ensino ideal.

Foi por ser a leitura tratada em *Didascalicon De Studio Legendi*, para nós, de grande crescimento intelectual, que utilizamos a proposta hugoniana como parâmetro de ensino para esta discussão. Não por seus aspectos tradicionais de memorização, pelos conteúdos sugeridos nela ou por ressaltar diversos valores sacros.

³ “O livro como símbolo, analogia e metáfora no tempo de Hugo é, acima de tudo, um símbolo de leitura, conceituado e experimentado como uma decodificação meiótica da realidade pela qual o leitor, como a parteira, ajuda a dar à luz (na luz invisível de Deus) ao sentido do qual todas as coisas estão impregnadas, a Palavra de Deus” (ILLICH, 2002, p.163) [Tradução nossa].

Consideramo-la por possuir um método minucioso de elencar os assuntos a serem ensinados – do simples ao mais complexo; por considerar os textos clássicos antes de sugerir os secundários; por incentivar seus seguidores a buscarem, de modo autônomo, o aprendizado; por exigir, daqueles que ensinam, coerência entre discurso e ação; e, acima de tudo, por responsabilizar o indivíduo por seu desenvolvimento levando em consideração a capacidade natural de cada um. Tudo isto embebido de uma busca pelo bem comum de seus contemporâneos, considerando o que os sábios da antiguidade já haviam apregoadado.

No intuito de apresentarmos alternativas para as crises que vivenciamos (não apenas na instituição escolar, mas em todos os setores da sociedade brasileira), nos esforçamos nesta subseção em compreender este assunto em sua essência, ultrapassando assim, a habitual remediação de problemáticas emergências. Intento este que nos foi possível devido ao nosso exercício em compreender o homem no tempo, e em movimento.

Tratamos nesta seção sobre o uso da leitura como recurso para a memória, que por sua vez foi considerada instrumento necessário ao aprendizado. Desta forma, buscamos dissertar sobre a relevância de ambas para o preparo de docentes. Isto porque, nos respaldando na afirmativa aristotélica de que, “em geral, a possibilidade de ensinar é indício de saber [...]” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, Cap. I, p. 12), entendemos que a instrução dos que exercem tal atividade deve ser discutida de modo franco. Acreditamos que a docência deve ser examinada como um instrumento de perpetuação da memória de nossa sociedade, não apenas por aqueles que de alguma forma ensinam sobre a história, mas sobretudo por meio da atuação coerente do professor.

Observamos que as escolas de ensino básico vivenciam em seu cotidiano diversas atividades que divergem de sua essência original. São situações impostas as escolas por meio de Políticas Sociais relacionadas, de maneira equivocada, às Educacionais e com a intenção de remediar problemas sociais que pouco podem ser solucionados pelos espaços escolares (OLIVEIRA; DUARTE, 2005). Nós, profissionais que ali estamos, por vezes não sabemos lidar com determinadas exigências da sociedade sobre nosso trabalho, exigências estas que, diga-se de passagem, mudam com frequência. Acabamos nos distraíndo, tentando acompanhar projetos da saúde, do comércio, das indústrias e tantas outras instituições que nos perdemos no processo de ensinar e aprender. Talvez este sentimento de impotência

que nos assola seja consequência de uma formação esvaziada, que gesta profissionais desmemoriados sobre sua função social.

Buscamos o passado como condição para compreensão do presente, insistindo, assim, no desenvolvimento da consciência histórica e intelectual dos profissionais da Educação como exigência à necessária teorização da prática. Em todo caso, não deixamos de considerar que sob o atual quadro formativo, bem como de atuação, corroboram múltiplos fatores. Dentre os quais, predomina a formação inicial e continuada inadequada, que reforça posturas acríticas dos profissionais em questão.

Na subseção anterior, esclarecemos que na antiguidade a memória já havia sido tratada por Aristóteles como capacidade sensitiva, e que ele considerou a reminiscência como algo designado em especial ao ser humano. Este autor ainda afirma que:

Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer: uma prova disso é o prazer das sensações, pois, fora até da sua utilidade, elas nos agradam por si mesmas [...]. Por natureza, seguramente, os animais são dotados de sensação, mas, nuns, da sensação não se gera a memória, e noutros, gera-se. Por isso, estes são mais inteligentes e mais aptos para aprender do que os que são incapazes de recordar (ARISTÓTELES, *Metafísica*, Cap. I, p. 11).

Ora, se homens e mulheres são capazes de gerar [por meio das sensações] suas memórias e consultá-las usando a reminiscência, logo sua capacidade intelectual deverá leva-los a um grau elevado de maturidade. Isto por que a memória individual é quem pode dar condições para o sujeito gerar em si [e passar adiante] as memórias de sua comunidade. Assim somado a estes atributos, o intelecto pode ser utilizado como instrumento de transformação pessoal e coletiva.

O docente deve adquirir determinados conhecimentos ao longo de sua formação, e outros saberes serão adquiridos ao longo de sua trajetória laboral. Ambos adornarão seus intentos e deverão estar sedimentados pelo uso da memória e da recordação, e analisados com estudo e reflexão. Desta forma, espera-se que as ações educativas sejam coerentes e levem os aprendizes a uma elevação intelectual. Outrossim, conduz o sujeito a caminhos sensatos, como por exemplo, escolher agir para o bem comum e refutar instruções que desvirtuam sua profissão.

Do nosso ponto de vista, consideramos impensável a discussão sobre a formação docente brasileira sem avaliarmos o peso do passado no presente. Isto pois,

concordamos que “[...] essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de duplo sentido” (BLOCH, 2002, p.64). E é por meio do conhecimento histórico que nos encontramos em condição de compreender o papel da Educação, em outras palavras, com a história podemos constatar a essência da Educação atrelada às demandas formativas e sociais. Isto nos impõe a necessidade de buscarmos aprender sobre nosso período. Acreditamos que para tanto, precisamos ter em vista o que asseguram Mendes e Oliveira (2011) sobre a constituição do sujeito histórico:

Compreender-se como ser histórico e reconhecer esse fato é o primeiro passo para se tornar um agente reflexivo. Desse modo é que se dispõe de instrumentos que permitem viver a história de maneira consciente, e não para ser simplesmente conduzido por ela. A primeira coisa que se deve levar em conta é que o modo de ser e comportar dos homens de uma época não é algo natural, próprio do homem, mas diz respeito à maneira como a sociedade está organizada, aos valores e às crenças de dada época (MENDES; OLIVEIRA, 2011, p.32).

Nos baseando na proposta de Hugo de São Vítor, entendemos que a Educação sempre esteve atrelada às necessidades da sociedade e que a ignorância intelectual instituída em nossa atualidade configura-se como um dos fatores de desorganização social. Buscamos então dimensionar a amplitude do uso da memória, bem como a ausência da mesma, nos processos de formação e atuação docente precarizados e aligeirados. Assim como se fez necessário resgatar o contexto social e econômico do século XI e XII, cabe a este estudo uma menção do que compreendemos ser relevante sobre nosso período. Ainda em consideração ao uso da memória, mediante um salto temporal, não podemos deixar de destacar o estágio de desenvolvimento social evidenciado a partir de 1945, período do pós-guerra, para chegarmos ao ponto das transformações capitalistas. Estas demandam, nos dias atuais, um olhar mais atento por parte dos profissionais da Educação.

Um sugestivo esboço analítico sobre o significado e os contornos de transformações vivenciadas pelo capitalismo nos é oferecido por Harvey. Em seu entendimento, o núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado numa produção em massa. Segundo esse autor, os padrões de vida da população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopólicos também eram estáveis. Porém, depois da aguda recessão instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação do capital (ANTUNES, 1997, p.20).

Compreender as mudanças que aconteceram em nossa sociedade demanda uma viagem pela nossa história. Antunes (1997) nos oferece informações interessantes sobre as transformações econômicas de nossa sociedade que são próximas a nós e que ocasionaram uma série de alterações, das quais vivenciamos. Convêm que continuemos as reflexões sobre a memória com o objetivo de caracterizarmos o processo de desenvolvimento social assentado sobre a etapa de acumulação flexível e, por conseguinte, suas implicações sobre o campo educativo.

De modo geral, citaremos a fase de acumulação flexível por seu confronto direto com a rigidez do fordismo, bem como a rápida alteração social e educativa que ele demanda. Isto pois, está aliado à ciência, à tecnologia e às políticas de cunho neoliberal. Em síntese, a acumulação flexível

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (ANTUNES, 1997, p.21).

Frente à situação de interdependência em que se encontram as Políticas Públicas Educacionais e a economia de nosso país, voltamos nossas atenções à possível dificuldade que encontramos em relacionar nossas práticas docentes à uma concepção teórica. E é nos baseando em Saviani (1980), que desenvolve seus estudos a respeito da escola e de seu papel, que acreditamos que à esta instituição cabe o papel de fornecer aos seus alunos o conhecimento acumulado pela humanidade no desdobramento dos séculos. Em contrapartida, encontramos no contexto de alguns programas de cunho social, a sagaz intenção de lançar à Educação tarefas que não lhe pertence.

Oliveira e Duarte (2005) explicam que a globalização da economia, que foi acompanhada da política e da cultura, trouxe consequências nas relações de produção: a flexibilização. Isto gerou variações “[...] nas formas de contratação e crescente desemprego. Tal processo provoca uma crise social que condena a maioria da população mundial a condições indignas de vida” (OLIVEIRA; DUARTE, 2005, p.280-281). Em consequência, a Educação recebeu (e ainda recebe) orientações para

atender/responder à crescente parcela populacional que necessita de integração social. Isto tudo sem perder o foco da formação de mão de obra apta para o modo de produção vigente.

De acordo com estudos feitos por Jimenez e Segundo (2007), no ano 2000 as Nações Unidas firmaram uma declaração intitulada “Declaração do Milênio”. Esta teria como uma das metas, erradicar a pobreza extrema. Neste estudo, as autoras concluíram que tais metas são “[...] tarefas de natureza educativa que deverão surtir efeitos importantes na cruzada em prol do rebaixamento em 50% nas estatísticas da pobreza extrema em todo o mundo, até 2015” (JIMENES; SEGUNDO, 2007, p.121). É diante desta secundária função da Educação que encontramos a formação e o desenvolvimento do trabalho docente.

A pergunta que você pode estar fazendo provavelmente envolve o fato de que, propor a erradicação da pobreza não seja uma má ideia. Sim, não é! Concordamos com isto também. O que nos preocupa são os caminhos traçados para isto à custa do desenvolvimento do saber. A grande problemática é que, enquanto a escola estiver envolvida em tarefas sociais de caráter compensatório, pouco tempo lhe restará para desenvolver junto aos seus acadêmicos conteúdos científicos. Isto nos distancia da possibilidade de formar indivíduos reflexivos e partícipes da sua própria história. Deste descompasso formativo é possível decorrer um prejudicial ciclo vicioso na formação humana, já que nas escolas também se iniciam a formação dos profissionais que atuam em nossa sociedade, inclusive professores. O ideal seria formar professores que saibam subverter tal realidade com sua prática.

Não acreditamos que os profissionais da Educação devem carregar a culpa da crise em que ela se encontra, mas cremos que um percurso formativo coerente seja coadjuvante da melhoria social e educacional que ansiamos. Concordamos que “[...] sem a confiança e o empenho dos que fazem o ensino, não é razoável esperar qualquer êxito das soluções e propostas que são apresentadas pelos que elaboram e estudam as políticas educacionais [...]” (PARO, 2001, p.31). Kuenzer (1999), que examinou as novas políticas de formação de professores ante as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, entende que estas, inviabilizam a construção da identidade do professor como cientista da Educação. O estilo de trabalho atual exige uma nova demanda formativa, que torna o docente um mero tarefeiro, dado o aligeiramento e a desqualificação de sua formação.

A desqualificação na formação docente só foi possível pois “A partir dos anos 50, gestou-se no Ocidente uma concepção educacional de massas, muito mais apoiada na memorização de conceitos e rotinas que propriamente numa visão heterogênea e crítica da realidade. Forjava-se o homem-boi” (RICCI, 1999, p.144). É com este perfil que se instrumentaliza uma formação e atuação docente esvaziada, que desconhece o processo histórico que a concebeu.

Hugo de São Vítor (2001) acreditou firmemente que o princípio da mudança social se encontrava na aquisição de conhecimentos. Estes, por sua vez, só poderiam ser adquiridos por intermédio da leitura. Por isto, sobre este aprendizado ele afirmou ao aluno: “Dispondo-se a edificar, portanto ‘primeiro ponha o fundamento da história, depois, por meio da significação simbólica, erga o edifício da mente como fortaleza da fé. Por fim, por meio da beleza da moralidade, pinte o edifício com uma belíssima mão de cor” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001. Livro VI, Cap.3, p.241). Comparando a construção deste edifício à aquisição de conhecimentos, apresentou seu método de leitura e explicou que este só geraria bons frutos àquele que utilizasse o recurso da meditação. Mas acima de tudo, considerou que o remate do aprendizado seriam os hábitos virtuosos.

Já dissertamos sobre o padrão de leitura sugerido em *Didascalicon*. Entendemos que para segui-lo é preciso demandar certo esforço físico e mental, posto que exige abnegação dos assuntos secundários ao estudo; dedicação à leitura, à pesquisa e à reflexão; ter acesso a bons materiais e, acima de tudo, ser organizado. Este método de estudo e leitura apresenta-se, ainda, pertinente ao preparo de docentes, visto que se propõe a formar o indivíduo com solidez na teoria. Conquanto, é improvável que ele se instrumentalize em cursos de licenciaturas aligeirados, nos quais o tempo de dedicação ao estudo e pesquisa é reduzido.

[...] um profissional que além do domínio técnico e científico seja um sujeito dirigente, que atue numa perspectiva de projeto social democrático e solidário, é o da formação teórica e epistemológica. E esta tarefa não pode ser delegada à sociedade em geral. O locus adequado e específico de seu desenvolvimento é, fundamentalmente, a universidade, que não se confunde com cursos livres ou comércio de diplomas no mercado educacional (FRIGOTTO 1996, p.94-95).

Frigotto (1996) trouxe à nossa discussão a importância da universidade para a formação docente contemporânea. Tais espaços carregam em si uma história de dependência urbana mútua desde meados do século XIII. Ela é uma das instituições

surgidas no medievo que continuaram a fazer parte do cotidiano ocidental, e sua importância social pode ser subentendida, sem muitas análises, apenas por sua idade. É certo que ainda hoje “[...] estas instituições se fazem presente no nosso universo intelectual e material e continuam como lugares de preservação, de criação do conhecimento, da ciência e da cultura, permanecendo como patrimônios históricos” (OLIVEIRA, 2007, p.120). Poucos lugares carregam em si esta histórica capacidade instrumental de formar como a universidade. Antevemos o risco de que a formação docente fora destes espaços seja inconclusa, e que [também] por meio disto se perpetue o ciclo de fragmentação do ensino [básico ao superior].

Espera-se que dentro das universidades as discussões sobre assuntos científicos sejam substanciais e mediadas por mestres e doutores que ali se encontram; que nelas, diante do acesso à tantos materiais de estudos relevantes e em um ambiente propício, os acadêmicos adquiram o hábito de pesquisar, ler e refletir cada vez mais, e assim, se revigorem no conhecimento. Diante destas e de outras razões, a história nos mostra a importância social da universidade, isto porque ela imprime “[...] o caráter de universalidade ao saber e ao agir dos homens” (OLIVEIRA, 2007, p.113). Assim como as comunidades medievais foram influenciadas pelos sujeitos que fizeram e viveram a universidade em seu apogeu, a modernidade conquistou seu desenvolvimento em muitos aspectos devido aos estudos e discussões advindas delas, hoje temos a paradoxal tarefa de resgatar a importância destes espaços para a formação de formadores.

[...] sem uma sólida formação teórica reduz-se a possibilidade do educador de fazer análise histórica para entender a estrutura de relações sociais vigentes hoje e, mais difícil ainda, de propor projetos alternativos e de definir, dentro deles, o papel do educador e da educação. A perspectiva estratégica fica atrofiada, além do risco de reduzir-se a um ativismo político. No plano da construção do conhecimento, poderíamos acrescentar, a perda da perspectiva teórica e epistemológica tende a reduzir a formação e a prática do educador a uma dimensão puramente técnica ou didática (FRIGOTTO 1996, p.77-78).

Frigotto (1996) realçou sua preocupação sobre a perda do caráter teórico e epistemológico da profissão docente, e tal perspectiva se assemelha com a nossa interpretação de *Didascalicon*. Sabemos que no século em que Hugo de São Vítor viveu, a universidade estava em sua fase embrionária. Em sua obra, percebemos que mesmo não existindo espaços próprios para o preparo dos que ensinavam, parte do

perfil deste sujeito já havia sido traçado naquele período. As instruções hugonianas são em grande parte direcionadas aos estudantes, ainda assim, a forma e organização do livro demonstrou com clareza que seu autor se preocupava com a tarefa de ensinar, e a executou com maestria.

A universidade foi defendida por nós, até o momento, como instrumento inerente à melhoria da formação docente. Entretanto, ela sozinha não pode dar conta da responsabilidade social designada à Educação contemporânea, tão pouco serão os espaços escolares que, sozinhos, melhorarão a convivência humana. Compreendemos que ambas instituições devem seguir com suas funções sociais originais: disseminar conhecimento. É dentro destes espaços que a leitura deve ser incentivada como meio de divulgar a história. Nesse sentido, nos deteremos a seguir sobre a perspectiva da formação docente, tendo em vista a viabilidade de projetos alternativos de condução da formação humana pautados sobre conscientização histórica e intelectual dos profissionais da Educação.

4.2.1 A LEITURA PROPORCIONANDO AOS PEQUENOS A CONDIÇÃO DE PENSAR NOVOS CAMINHOS

Em nossos estudos sobre a leitura como consulta à história e facilitadora da memória, entendemos que as grandes questões das sociedades foram/são frutos da Memória Coletiva. Esta, pode ser utilizada tanto como conquista quanto como objeto de poder. Não importa se foram/são questões de povos ditos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, se “das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 1990, p.475). O desejo por poder é próprio do ser humano e o consideramos parte do fundo permanente dissertado por Bloch (2002). O conhecimento, assim como a memória, pode ser utilizado como meio de dominação e por isto, é preciso compreender a história para poder resistir às tendências contemporâneas propostas aos espaços de ensino. Isto só é possível ao sujeito munido de conhecimento e da Memória Coletiva de seu povo.

Que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e das relações sociais neste final de século puseram em curso novas demandas de educação, estabelecendo os contornos de uma nova pedagogia, já é afirmação corrente entre pesquisadores e profissionais da educação.

A tarefa que resta a ser feita por esses profissionais é traduzir o novo processo pedagógico em curso, elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as necessárias articulações para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas (KUENZER, 1999, p.166).

Temos clara noção da temporalidade da qual nos apresentou Kuenzer (1999), e concordamos com a autora quando ela se refere à visão que apresentam os pesquisadores e os profissionais da Educação, bem como a tarefa que lhes compete. No entanto neste início de século, o XXI, com base em nossa própria experiência profissional avaliada dentro da perspectiva de atuação do micro em direção ao macro em termos de esfera política-educacional, percebemos um atraso da Educação Brasileira. Sobre tal, reiteramos o fracasso do propósito atribuído pela autora supracitada aos pesquisadores e profissionais da Educação.

Quanto a esse quadro, soma-se a nosso ver, a análise de Saviani (2011) sobre a atual realidade da Educação e da formação de professores no Brasil. Isto porque, tendo em vista uma Educação de qualidade o autor enfatiza a valorização social da profissão docente: “[...] tanto para se garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho é necessária a provisão dos recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado” (SAVIANI, 2011, p. 17).

Para chegar a tais considerações, primeiramente, Saviani (2011) analisou a dual perspectiva de quantidade e qualidade em relação a oferta de ensino público no Brasil. Em seguida, analisou os modelos e os dilemas do processo de formação docente, a partir dos quais discorreu sobre as atuais perspectivas educacionais, bem como as estratégias de enfrentamento dos desafios que ele mesmo destacou.

É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação, exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam sempre pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante (SAVIANI, 2011, p.17).

No que diz respeito às considerações finais de sua análise, o autor compreendeu que os entraves na formação de professores são frutos das políticas da Educação (sempre adequadas ao sistema econômico vigente e, no segundo decênio do século XXI, intimamente ligada às Políticas Sociais), e estas ocasionam péssimas

condições ao trabalho docente. Nesse sentido, com base na atual política de governo que ganha “novos” contornos, contrários, diga-se de passagem, às reflexões de Saviani (2011), nos perguntamos sobre o que nós, educadores, podemos fazer? Como podemos reduzir os embaraços da nossa formação e da nossa atuação? Como nos conduziremos a um projeto alternativo, que seja mais democrático e que dê acesso ao conhecimento histórico sobre o rumo da humanidade?

É preciso inteirar-se dos assuntos para que nossas reflexões sobre os problemas dos quais vivenciamos sejam coerentes. Todas as sugestões de melhorias precisam ser precedidas de estudo, análise e reflexão, buscando assim, por meio da leitura, superar a unilateralidade de nossa formação. Nossa reflexão se funda em certo sentido, numa lógica de raciocínio desenvolvida também por Saviani (2011), contudo, avaliadas a partir de virtudes e vicissitudes particulares e próprias da espécie humana desde tempos longínquos.

Trata-se, pois, de eleger a educação como máxima prioridade, definindo-a como o eixo de um projeto de desenvolvimento nacional e, em consequência, carrear para ela todos os recursos disponíveis. Não se trata, pois, de colocar a educação em competição com outras áreas necessitadas como saúde, segurança, estradas, desemprego, pobreza, etc. Ao contrário, sendo eleita como o eixo do projeto de desenvolvimento nacional, a educação será a via escolhida para atacar de frente, e simultaneamente, todos esses problemas (SAVIANI, 2011, p.17).

Nessa perspectiva, Saviani (2011, p.17) propõe “[...] estabelecer uma íntima conexão entre o Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento Econômico do país”, de modo que a dinamização da meta física da universalização da Educação, incite também a política de empregos, a oferta e a qualidade de cursos de licenciatura nas universidades públicas, bem como os vários setores da economia para atender a demanda de consumo dos diferentes indivíduos envolvidos nesse processo, além destas, também a dinamização da indústria de material didático-pedagógico é pensada mediante a organização dos currículos e meios previstos para se viabilizar a aprendizagem dos alunos e o alcance das metas pedagógica. Assim considerado,

[...] o dinheiro investido na manutenção das escolas e nos salários dos professores e funcionários não sai do processo produtivo, mas nele permanece fazendo girar a roda da economia. E, com a economia aquecida, os governos terão aumentadas significativamente suas receitas com a arrecadação de impostos, contando com recursos para

financiarem os diferentes programas considerados de interesse público (SAVIANI, 2011, p.17).

Esta proposta supracitada avista a transformação da docência em uma profissão socialmente atraente, em razão dos altos salários e das boas condições de trabalho. Por conseguinte, acabaria atraindo muitos jovens dispostos ao investimento de recursos, de tempo e de energia a procura de uma alta qualificação. Os estudos seriam obtidos em cursos de graduação de longa duração e em cursos de pós-graduação. Isto, no século XXI, só seria possível por meio de ações de governo por parte da instância majoritária. E pressentimos que ainda assim, não anularia a possibilidade de formar sujeitos unilaterais, que executam ações meramente técnicas sem se preocuparem com as consequências sociais de suas ações. Este é o cerne da questão tratada em *Didascalicon*. Esta possibilidade apresentada por Saviani (2011) nos parece atraente, mas, diante da memória de nossa história, entrevemos que sua instrumentalização é pouco provável. Isto porque o fundo permanente que há no ser humano (e do qual nos atrevemos a citar repetidamente) nos mostra que não foram somente os modelos socioeconômicos os vilões da nossa história, mas sim o próprio homem, autor e protagonista do enredo do qual a ganância e o individualismo são coadjuvantes.

A obra hugoniana apresentou aos seus seguidores, no século XII, os pré-requisitos para boas práticas de estudo: a Humildade, a vontade de aprender, a disciplina, a memória e a inteligência (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001). Todas estas virtudes deveriam ser exercitadas e regadas em uma mente tranquila, que busca bons hábitos. Um bom estudo facilmente ocorre em um ambiente reservado para isto, mas estes ambientes são, nada menos, que locais selecionados pelos estudantes. Por isto, São Vítor delegou aos seus discípulos a responsabilidade de encontrarem tempo e local para isto. A boa estrutura, a oferta de bons mestres e de bons livros é algo que possui valor econômico relevante, mas estas condições “ideais” nem sempre estarão disponíveis para que iniciemos a caminhada até o bom estudo.

Não desconsideramos as condições ideais como uma possibilidade histórica, mas destacamos a relevância de ações singulares em esferas menores, como por exemplo, as municipais, isto, pelo simples fato de que embora implementem as políticas de governo de instâncias superiores, as mesmas ainda dispõem de recursos mínimos e um certo grau de autonomia para investirem e quiçá implementarem uma

política própria de formação continuada dos que compõem o quadro do magistério na instância municipal.

Nesse sentido, metaforizando o pensamento aristotélico, precisaremos postular uma espécie de “primeiro motor imóvel” que sem ser “movido” por nada seja responsável pelo impulso inicial de um movimento constante e, por conseguinte, verdadeiramente crítico formativo. Assim considerado, pensamos na Universidade como sendo este “primeiro motor imóvel”, pois, mesmo diante de seu preocupante sucateamento não podemos deixar de considerar o cabedal de conhecimento que nela é gerido e que precisa chegar até aqueles que se encontram no chão da escola, como escreve Paro (2011).

Ademais, pensamos neste movimento não de modo aleatório, mas numa lógica ainda aristotélica, em que cada parte realizando movimentos singulares complementa e institui uma “harmoniosa perfeição” do todo bem como a sua compreensão, tendo na prática, a seguinte sequência de movimentos encadeados entre si: a) Universidade que pensa a formação, ou no mínimo, um diálogo necessário à capacitar o trabalho dos indivíduos integrantes de Secretarias Municipais de Educação; b) equipe municipal de Educação em condições de pensar setorialmente a formação continuada dos docentes da Educação Municipal; c) profissionais da Educação em condições de compreender a Educação numa perspectiva de totalidade e, portanto, em condição de pensar novos caminhos educativos, inscritos em bases mais democráticas de acesso ao conhecimento e também condizentes as necessidades da sociedade.

A mudança é possível se considerarmos a importância que as partes (as redes de ensino dos estados e dos municípios, os docentes e acadêmicos) de um todo (sociedade) podem ter ao assumir a missão de ensinar e humanizar. Em outras palavras, a Educação dos pequenos da Educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental precisa ultrapassar a esfera da problematização e da discussão, acreditamos que a ação organizada e conduzida criticamente nesse nível, com certeza surtirá consequências desejáveis para os próximos níveis formativos. Tudo isto está permeado do papel necessário que a leitura carrega neste desafio formativo e emancipador, pois será por meio dela que nos muniremos do conhecimento necessário para fazer de nossa “pequena” ação docente no ensino básico, uma grande fonte de formação humanizadora, a serviço da Memória Coletiva.

São Vítor apresentou seu método na obra *Didascalicon de Studio Legendi*, e ao fazer isto nos ensinou, sobretudo, a importância de se seguir um método que valorize nossas capacidades intelectivas e nos aproxime da sabedoria. Para ele isto seria possível ao discípulo e ao mestre que procura humanizar-se. Também nos ensinou que nós podemos aprender e ensinar com maestria sim, apesar da escassez de bens materiais, apesar da dificuldade em compreender determinados conteúdos e, trazendo para os nossos dias, apesar de muitas vezes haver pouco incentivo e valorização aos que se dedicam ao ensino. Isto acontecerá se prosseguirmos para o nosso alvo: ensinar e aprender, da melhor forma possível, pois tal tarefa é responsabilidade daquele que a toma para si, e não de terceiros.

A leitura como meio de aquisição de conhecimento e instrumento de resguardo da Memória Coletiva é o que nos garante de propostas de resistência à desvalorização dos espaços de ensino e dos profissionais que ali se encontram. Não temos a audácia de propor soluções aos problemas da sociedade pois, sozinhos não podemos alcançar tal intento. Por isto, buscamos contribuir com o que a nós, educadores, foi designado: pensar e melhorar a formação humana, em busca de reduzir o embrutecimento que a falta de conhecimento traz ao ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, ao buscarmos compreender o método de estudo de Hugo de São Vítor em sua obra *Didascalicon*, apreendemos a importância do conhecimento para a formação de sujeitos prudentes. Por meio dele, pudemos adquirir novos paradigmas sobre escolha de mecanismos formativos e conhecemos a leitura como recurso didático atemporal. Nossa análise revelou que a leitura e a escrita são, desde de a Antiguidade, instrumentos inquestionáveis para a perpetuação da memória dos povos. Entre os tantos princípios que nos foi apresentado, o que mais se destacou foi o estilo de leitura sugerido por São Vítor, que tem como objetivo ultrapassar a mera decodificação de símbolos e atingir o que há de mais íntimo no ser humano.

As recomendações da obra analisada nos indicam que a inteligência não foi considerada sinônimo de sabedoria. Mesmo o intelecto configurando-se essencial para a promoção da sapiência, ele não pode ser o único agente desta empreita, faz-se necessário, acima de tudo, a vontade do sujeito em seguir este caminho. Conhecendo o método hugoniano entendemos que ler de modo superficial é imprudente e que decifrar códigos linguísticos não pode, por si só, tornar alguém sábio. São Vítor sugeriu aos seus discípulos que para sê-lo, seria necessário que eles buscassem o bom comportamento; refletissem sobre o que aprenderam; tivessem bom senso na análise dos conteúdos adquiridos por meio da leitura - ou por meio de exposições orais; que tomassem cuidado na escolha dos escritos que seriam lidos; entre outras indicações que tratamos no desenvolvimento deste trabalho.

Avistamos nestes ensinamentos que esta leitura pode desenvolver o sujeito de modo integral e por isto, ela pode auxiliar na melhoria da formação de professores e, por consequência, ocasionaria a atuação congruente dos mesmos. Acreditamos que a vontade de compreender os conteúdos lidos e de utiliza-los para o bem comum é uma atitude madura e que torna o ser inteligente, sábio.

Assim entendido, antes de mais nada, precisamos considerar as seguintes assertivas, primeiro, ontologicamente a educação não pode ser a responsável principal pela transformação social. Segundo, para que ideias errôneas sobre a educação sejam superadas, é necessário munir os educadores com conhecimentos que permitam à eles o exercício harmonioso de suas funções. Sabemos, que historicamente a Educação tem sido convocada ao cumprimento de um papel social, delineado e indicado à ela conforme as demandas de cada sociedade em seu

contexto. Entretanto, precisamos ter atenção para que não nos envolvamos em discussões críticas ao ponto de perdermos o foco do trabalho docente: ensinar os conteúdos científicos aos acadêmicos.

Enfim, o discurso não pode ser contraditório às nossas práticas. Um olhar crítico para a totalidade do mundo e das relações humanas faz parte do papel do professor investigador, mas não podemos limitar-nos somente à crítica em detrimento da ação educativa. Se desejamos uma educação que emancipe, devemos agir para isto. Como? Desenvolvendo o nosso intelecto por meio do conhecimento e compreendendo que a leitura reflexiva é um dos meios para esse objetivo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Del Sentido y lo Sensible, De la Memoria y el Recuerdo**. Madrid: Aguilar, 1966.

ATHAYDE, Wesley Rodrigues. A Sapiência e as Sete Artes Liberais Segundo Hugo de São Vítor. **Humanidades em diálogo**, São Paulo - SP, v. 1, n. 1, p.179-195, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106115>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BLOCH, Marc. **A Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo - SP: Companhia das letras, - 1994.

CARDOSO, Maria Angélica e LARA, Ângela Mara de Barros. Sobre as Funções Sociais da Escola. *In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. p. 1313 – 1326. 2009.

CASTRO, Marcos de. *In: LE GOFF, Jacques. Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro - RJ: José Olympio, 2006.

CIORDIA, Javier Vergara. El De modo dicendi et meditandi de Hugo de San Víctor: Una lectio sobre la pedagogía del siglo XII. *In: Revista Española de Pedagogía*. Año LXV, n. 238, p.519-544. Set.-dez. 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2576708.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2017.

FAINTANIN, Paulo; VEIGA, Bernardo. *In: SANTO TOMÁS DE AQUINO. Comentário sobre “A Memória e a Reminiscência” de Aristóteles*. São Paulo – SP: EDIPRO, 2016.

FEUDO, Giorgio Lo. *Incipit ed equilibri testuali: alcune tipologie a confronto*. *In: Filosofi(e)Semiotiche*. vol.3, n.2, p.70-74, 2016. Disponível em: <<http://www.ilsileno.it/wp-content/uploads/2011/03/7-Giorgio-Lo-Feudo.pdf>>, Acesso em: 14 jun. 2017.

FRANCO JR., Hilário. **As Cruzadas**. São Paulo - SP: Editora Brasiliense, 1989.

GAMERO, Carmen Muñoz. **El pensamiento pedagógico de Hugo de San Víctor** *Didascalicon de Studio legendi*. 2008. 554 f. Tese (Doutorado História de la Educación y Educación Comparada) – UNED, Madrid. 2008.

_____. Estudio Preliminar *in: Didascalicon de studio legendi* (El afán por el estudio). Madrid: BAC, 2011.

GENTILI, Pablo Antonio Amadeu. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. A. A. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo***. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GEREMEK, Bronislaw. O Marginal. *In: LE GOFF, Jacques (Org.). **In: O Homem Medieval***. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GILSON, Philotheus; BOEHNER, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2012.

GLEISER, Marcelo. **A Dança do Universo: dos Mitos de Criação ao Big Bang**. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 1997.

HUGO DE SAN VÍCTOR, ***Didascalicon de studio legendi*** (El afán por el estudio). Madrid: BAC, 2011.

HUGO DE SÃO VÍTOR, ***Didascalicon***. A arte de ler. Campinas - SP: Vide Editorial, 2015.

_____, ***Didascálicon***. Da arte de ler. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

ILLICH, Ivan. **En El Viñedo Del Texto: Etología de la lectura: un comentario al *Didascalicon* de Hugo de San Víctor**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 28, p. 119 -137, jan./jun. 2007.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro, 1999.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru - SP: Edusc, 2005.

_____. **As Raízes Medievais da Europa**. Petrópolis -RJ: Vozes, 2007.

_____. **História e Memória**. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. *In: BLOCH, Marc. **A Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador***. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **La Baja Edad Media**. Madrid: Siglo XXI, 1979.

_____. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. São Paulo - SP: Martins Fontes, 1991.

_____. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo -SP: Martins Fontes, 1992.

_____. O Homem Medieval. *In*: LE GOFF, Jacques (Org.). *In: O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. **Por amor às cidades**. São Paulo - SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **Uma Longa Idade Média**. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira Fontes, 2008.

_____. **Os Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro - RJ: José Olympio, 2006.

MARCHIONI, Antônio. Introdução *in*: HUGO DE SÃO VÍTOR, **Didascálicon**. Da arte de ler. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

MENDES, Claudinei e OLIVEIRA, Terezinha. **A Análise dos Clássicos em/da História**. Maringá: Eduem, 2011.

NUNES, Ruy Afonso Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo - SP: USP, 1979.

OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. *In: Perspectiva*, Florianópolis – SC, v.23, n.02, p. 279-301, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. **A Educação cindida: corte e comuna dos séculos XI ao XIII**. *In*: II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Curitiba: 1999, CD-ROM.

_____. **Ensino e debate na Universidade Parisiense do Século XIII**: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio. Maringá - PR: Eduem, 2012.

_____. Memória e História da Educação Medieval: Uma Análise da *Autentica Habita* e do *Estatuto de Sorbonne*. *In: Avaliação*, Campinas – Sorocaba – SP, v.14, n.3, p. 683-698, nov. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a09v14n3.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2017.

_____. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. *In: Varia História*, Belo Horizonte - MG, v.23, n.37, p.113-129, jun. 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100007>>. Acesso em 30 jun. 2017.

PARO, Vitor Henrique. Políticas Educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. *In*: DOURADO, Luiz Fernandes e PARO, Vitor Henrique. Orgs. **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

PERIN, Conceição Solange Bution; SANTIAGO, Viviane Paes. Hugo de Saint-Victor: Considerações de um Clássico Sobre Questões Educacionais. *In: Imagens da Educação*, v. 6, n. 3, p.107-116, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i3.29451>>. Acesso em 25 jun. 2017.

PIRENNE, Henri. **As Cidades da Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1964.

QUADROS, Elton. A Questão da Memória em Aristóteles e Agostinho – Uma Leitura a partir de Paul Ricoeur. *In: Scintilla*, Curitiba - PR, v.13, n.2, jul.- dez. 2016.

RICCI, Rudá. O perfil do educador para o século XXI: de boi de coice a boi de cambão. *In: Educação & Sociedade*, ano XX, n. 66, p. 143-178, abril 1999.

RUIZ, Juan Gustavo. **La Noción de Sacramento en Hugo de San Víctor**. Pamplona: 1996.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. **Comentário sobre “A Memória e a Reminiscência” de Aristóteles**. São Paulo – SP: EDIPRO, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

_____. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Póesis Pedagógica**, V.9, N.1, p.07-19. 2011.